

MOVIMENTO



CENTRAL DO BRASIL NEVE GEADAS, ENCHENTES, POLÍTICA ECONÔMICA

Exuberância São Paulo em 1971?

1971: 1971: 1971: 1971

Os brasileiros

1971: 1971: 1971: 1971

Murphy no Cinema

1971: 1971: 1971: 1971

O professor Marcos Tardio

1971: 1971: 1971: 1971

Parlamentarismo de Urubici

1971: 1971: 1971: 1971

Sendo Gama e Severina

Mitos derrubados

As três grandes greves lideradas por anarquistas em São Paulo, de 1907 a 1917, foram greves de trabalhadores que entendiam muito pouco de anarquismo. Vinte anos depois, o processo de modernização e industrialização do país, incentivado pelas necessidades de reequipamento das Forças Armadas, aconteceu sem ter muito a ver com balas ou canhões. Pelo menos duas "verdades estabelecidas" sobre o passado recente do Brasil foram contestadas pelos historiadores em Belo Horizonte. O americano Michael Hall (atualmente na Universidade de Campinas) nega terem os imigrantes italianos e espanhóis trazido uma forte herança do ideal anarquista, quando vieram para São Paulo. E nega mais: a própria noção de que a classe operária da época demonstrou "consciência de classe e militância exemplares" é falsa. Essa noção, diz ele, "distorceu a correta compreensão da história operária no Brasil" e serviu como instrumento

para "crítica feita pelas esquerdas ao populismo" reavaliação que influi em atitudes políticas de hoje. Michael Hall não discorda das estatísticas básicas: 92% dos operários fabris de São Paulo no começo do século eram estrangeiros, a maioria esmagadora italiana. Mas ele diz: é possível que a maioria dos anarquistas em São Paulo fossem imigrantes, mas a recíproca não vale. A maioria dos imigrantes vieram em geral, de províncias agrícolas atrasadíssimas do Sul da Itália, onde o anarquismo ainda não havia chegado. O seu retrato das greves em 1907, 1910 e 1917 também é bem diferente do aceito até agora. Ele descreve os imigrantes como "sofrendo uma espécie de febre, comum nas Américas, que os levava a conceber a vida como uma corrida desenfreada para a conquista da fortuna" e os forçava a mesquinhas. Apesar disso, Michael Hall reconhece que a greve de 1907, apresentou características únicas na história da classe operária

de São Paulo, "tanto pela solidariedade demonstrada como pelas reivindicações" (semana de quarenta e oito horas de trabalho). E acaba não oferecendo uma explicação alternativa para o indiscutível caráter "anarco-sindicalista" do movimento (se essa ideologia não veio com os imigrantes, se implantou de que forma?).

Os militares não provocaram a industrialização

Já o historiador Italo Tronca, também da Universidade de Campinas, parece ter sido mais bem sucedido na demolição do outro "mito", o de que nas décadas de 30 e 40 as Forças Armadas influenciaram decisivamente no processo de modernização e industrialização do país.

Quando estourou a revolução de 32, o Exército nacional estava tão pobre de armas e equipamentos, que o General Góes Monteiro, revela Italo Tronca, mandou um memorando a Getúlio dizendo que se

preparasse para "uma guerra longa e exaustiva". Os paulistas, segundo Góes, tinham capacidade de fogo superior ao Exército nacional. Essa falta aguda de armas acabaria levando o Estado Maior a pressionar por política de compra de armamentos no prazo mais curto possível e não política de implantação de uma indústria bélica de base. Fato que acabou-se repetindo muitas vezes. Em 1933, por exemplo, o General Pantaleão Pessoa (que ainda vive e foi entrevistado pelo historiador), primeiro chefe da Casa Militar de Vargas, disse a Getúlio que os argentinos poderiam mobilizar 300 mil homens em 15 dias, enquanto o exército brasileiro não poderia mobilizar mais que 150 mil em menos que 30 dias, o que tornaria inevitável a perda inicial de boa parte do Rio Grande do Sul caso houvesse guerra entre os dois países.

Não havia realmente probabilidade de guerra com a Argentina naquela ocasião, mas as pressões do Estado

Maior levaram Getúlio a aprovar uma verba secreta de 6 milhões de libras esterlinas para a compra de equipamentos e armas no exterior. Secreta porque não havia condições políticas de fazer aprová-la, já que o país estava com uma dívida externa enorme.

Historiadores anteriores atribuíram também um papel decisivo, ou pelo menos destacado, às forças armadas no episódio que levou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Na realidade, segundo esta nova tese, os militares favoreceram uma política de industrialização, mas não atuavam *organizadamente* por essa política, porque Getúlio instituiu um sistema sui-generis de tomada de decisões como a da siderúrgica. Elas eram discutidas por vários órgãos e havia militares atuando em cada um deles, mas uma comissão nada sabia da outra e no fim Getúlio ficava livre para decidir como bem lhe aprouvesse, segundo ditames mais gerais de equilíbrio de forças políticas.

Revelando a história social

Em determinado momento de seu livro "Cem Anos de Solidão", Garcia Marquez faz uma referência simbólica a um problema crucial da história social em países latino-americanos: depois do assassinato cometido pela polícia, de milhares de trabalhadores de uma companhia bananeira americana na Colômbia, que fizeram uma greve, um dos sobreviventes do massacre conseguiu voltar à cidade onde ele ocorreu. Apenas uma semana, ninguém mais ousava falar do fato, todos respondiam que nada daquilo havia ocorrido, o terror impunha uma referência à mancha da qual não havia qualquer registro, à mera loucura do sobrevivente. Essa metáfora situa a dificuldade de se fazer a história das classes trabalhadoras e de suas lutas em países como a Colômbia ou o Brasil, dificuldade que não impediu que alguns cientistas políticos e historiadores se reunissem em Belo Horizonte, na Seção de Política da SBPC, para debater os problemas do estudo histórico-político da classe operária brasileira.

Uma das comunicações ali apresentadas, por Francisco Foot Hardman, da Universidade de Campinas, situa algumas razões para a escassa prática de história social dos trabalhadores entre nós, como a ausência de uma tradição de consciência histórica.

A questão foi colocada na sua complexidade mais atual em um dos debates do simpósio "Organização Sindical e Mundo Industrial". Referindo-se ao trabalho sobre as sociedades de bairro de São Paulo, de José Alvaro Moisés (da Universidade de São Paulo), um dos assistentes pôs em dúvida a validade de se criticar, como ele fez, certas atitudes de organizações políticas militantes entre a classe operária sem participar efetivamente de suas lutas. O coordenador do simpósio, Paulo Sérgio Pinheiro, fez lembrar que não havia nenhum comodismo acadêmico nessa crítica histórica e que pelo contrário, ela apenas denotava que, felizmente, a história social no Brasil está aos poucos saindo da posição quase "clandestina" que antes ocupava para tornar-se matéria de estudos científicos até certo ponto reconhecidos, o que ocorre em todos os países do mundo preocupados com a memória de sua formação.

O trabalho de Francisco Foot concorda com isso, lembrando que, nas universidades brasileiras, a "barreira de silêncio" sobre a história social começa a ser quebrada por alguns estudantes e professores, com uma série de teses em curso sobre os trabalhadores urbanos.

Embora seja verdade que muita coisa de nossa história social se tenha perdido para sempre, o autor apresenta um argumento decisivo para contrapor aos "comodistas" que relutam em estudá-la: só um dos arquivos que consultou, o do falecido militante anarquista Edgar Lauenroth, há cerca de 1200 títulos na seção de livros e folhetos e 650 coleções de jornais operários, nacionais e estrangeiros; e Foot está preparando uma bibliografia a respeito, para ser publicada proximoamente, com cerca de 1500 títulos.

Índios e antropólogos



O problema indígena era um dos debates mais prometedores da XXVII Reunião, fazendo com que a conferência do general Ismarth de Araújo Oliveira fosse completamente um auditório com mais de 400 lugares. Mas, logo que o presidente da FUNAI frisou que não admitiria debates, acrescentando: "eu não sou antropólogo, não entendo nada de antropologia, sou apenas um administrador", começou o lento, gradual e previsível esvaziamento da plateia. Dos 400 cientistas e curiosos do problema indígena, sobram 20 abnegados participantes para os aplausos finais.

No Simpósio a respeito a coisa foi um pouco diversa, mas principalmente pelas presenças marcantes da antropóloga Cármen Junqueira e do sertanista Orlando Villas Boas. Não fossem eles, o Simpósio seria — mais do que foi — uma contínua defesa de teses oficiais e emba-

tes amigáveis entre os antropólogos da FUNAI sobre seus próprios métodos. Uma espécie de "me-cita-que-eu-te-cito" dos colonistas sociais. O único missionário presente, padre José Vicente César, ex-presidente do Conselho Indígena Missionário (órgão de assessoria de grande parte das missões que cuidam dos índios brasileiros), não era citado no programa oficial, e não merecia a mínima atenção, exceto por alguns estudantes de antropologia, e "antropólogos divergentes".

Orlando Villas Boas, era a figura central dos debates. Ora rebatendo violentamente alguns desvios, ora reforçando críticas que de tão sutis, corriam o risco de passarem despercebidas. Numa dessas críticas sútilíssimas a determinada política governamental, Orlando subitamente perguntou: "Mas você não acha que

essa política é uma aberração?" Meio sem jeito a antropóloga dizia que "era isso mesmo que eu estava falando". "Eu sei... Eu sei... Só queria esclarecer". E reafirmava suas idéias sempre contrárias à integração do índio à enxada nacional.

Mas, notava-se, o velho combatente já estava cansado e desiludido, declarando-se mais preocupado com a sua aposentadoria. Sua preocupação agora é evitar o mal maior. "Não adianta a gente ser contra o aculturamento. Se nós não o fizermos da maneira mais correta possível, os seringueiros, garimpeiros e multinacionais vão fazê-lo. E citava o exemplo dos índios gigantes, transferidos quase que à força para o Parque Nacional do Xingu: "Dos 180 que encontramos só transferimos 79. O restante pagou o tributo da estrada".

As doces mulheres

Uma das costureiras matriculas das indústrias e empresas comerciais é o emprego de mulheres para o barateamento dos custos em salários. "A mulher recebe menos, tem tendência a lutar menos pelo que merece" — a frase, se não foi colhida diretamente da boca de ninguém, está no ar, consolida um preconceito existente na prática.

A comunicação Trabalho Industrial versus trabalho doméstico, da professora Eva Blay, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, apresentada na reunião da SBPC em Belo Horizonte, se não aborda diretamente este tema, contribui decisivamente para explicar os mecanismos psicossociais que contribuem para a manutenção desses preconceitos, inclusive para sua aceitação passiva, muitas vezes frequente, por parte das vítimas, as mulheres.

Na página 10 de seu trabalho, Eva Blay, em meio a uma minuciosa pesquisa sobre o trabalho da mulher fora de casa, fala sobre os momentos iniciais dessa participação, comparando os casos masculino e feminino:

"O início da atividade masculina remunerada costumava ser (parece-nos) cercado de um certo regozijo por parte da família e por uma aprovação ostensiva dos amigos. Todos acham que o rapaz que trabalha está cumprindo seus deveres, está desde cedo ajudando na casa, aliviando seus pais de um encargo econômico demonstrando maturidade. Mesmo nas camadas onde este trabalho não é necessário, ele é altamente valorizado como prematura demonstração da atitude "responsável" que o rapaz terá no futuro".

Depois: "Ao tratar da moça, porém, o início da vida profissional se faz frequentemente sob a expectativa de que este estágio de atividade é passageiro, de que "infelizmente" ela precisa trabalhar, mas ao se casar ela não mais precisará

fazê-lo, de que está sendo obrigada a isso por razões econômicas. Quando não há este clima de estar a mulher desempenhando um "falso papel", há uma indiferença que certamente vem se somar à desaprovção e não criar um estímulo".

É curioso, observa Eva Blay, notar que as poucas palavras de estímulo que se dizem às mulheres que vão trabalhar partem sempre, conforme a ampla pesquisa que realizou, de outras mulheres: mães e irmãs principalmente. Pais e namorados são os mais ferrenhos inimigos desse trabalho, explica a comunicação. Em geral o pai sente que a filha, ao ter de trabalhar, está comprovando seu "fracasso" em sustentar o lar; e o namorado sente que a namorada, ao ir trabalhar, já lhe prenuncia o mesmo "fracasso". Esses medos e receios, segundo mostra a pesquisa, não escolhem a classe em que se manifestam: vão de alto a baixo na sociedade.

Quer dizer: a mulher, quando se dirige para o mercado de trabalho, já vai "docilizada" por terríveis sensações de culpa, de inadequação do que está fazendo, de sentido "passageiro" de sua participação mais ampla na sociedade porque se trata de uma coisa "errada", "triste", ou coisa que o valha. O fulcro da passividade começa, portanto, nos esquemas de relacionamento familiar.

Tudo isso, evidentemente, só contribui para facilitar o caminho dos "líderes" dessa sociedade desigual. Que, evidentemente, são masculinos, pois como muito bem demonstra a pesquisa de Eva Blay, é raro a sociedade abrir um de seus cargos de mando para mulheres. Elas devem se resignar, conforme o nível social de que provêm, a serem farmacêuticas, químicas, assistentes sociais, nutricionistas, advogadas, secretárias e laboratoristas, datilógrafas, operárias na indústria do vestuário (ou, é claro, professoras). Mas nunca em cargos de direção ou gerência. (Flávio Aguiar)

CENA BRASILEIRA

Água Preta, Pernambuco, uma cidade dentro do carnaval.

O CANAVIAL

Ivan Maurício

O verde do canavial parece querer engolir o barro vermelho e o cimento que resta em Água Preta, 40 mil habitantes, na zona da Mata de Pernambuco — uma espécie de cinturão de terra fértil em volta do Recife. Água Preta é o município que mais produz cana no Estado, com quatro milhões de toneladas por ano. De suas 156 propriedades rurais, 138 são engenhos que ocupam 80% da área da cidade, onde não há qualquer indústria ou mesmo artesanato. Fora do canavial, resta o mercado público, a igreja, o jardim bem cuidado da praça principal, meninos empurrando pneus velhos pelas poucas ruas calçadas, dois salões de sinuca, bancas de jogo de bicho nas esquinas e homens jogando dominó na frente de um bar. Dentro do canavial, 20 mil pessoas estão trabalhando na limpa, plantio e colheita da cana-de-açúcar.

"Nasci em Garanhuns, no Agreste. Quando tinha 23 anos, olhei para o Sul e resolvi vir de cima para aqui, na mata. Naquele tempo não tinha salário para trabalhar na cana. Era tudo pago por "conta" (100 braças) a 40 mil reis cada; agora é melhor, é por diária com carteira fichada na usina, no fim do ano a gente tem dinheiro para comprar uma camisa," diz José Fernando da Silva, 39 anos, sete filhos, diária de Cr\$ 12,56 para cortar cana para a Usina 13 de Maio, calça remendada, chapéu de palha na cabeça, bota de borracha Verlon nos pés, "manga" (proteção feita de saco de açúcar usado para evitar que a folha da cana corte os braços), enxada numa mão e na outra o guarda-chuva e um prato embrulhado num pano branco levando o almoço (feijão com carne de cabeça de boi comprada a Cr\$ 6 o quilo na feira de Palmares).

"Fui menino de engenho em Água Preta, nasci e me criei lá, a verdade é que a população da cidade está diminuindo nos últimos anos, apesar de ser elevada a taxa de natalidade na região," diz o professor Nelson Chaves, 67 anos, consultor científico do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco e presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição. Por isso, o instituto escolheu Água Preta para iniciar um trabalho pioneiro de assistência às crianças desnutridas através da implantação, em 1969, dos Centros de Recuperação Nutricional (CERN) na zona da Mata açucareira, experiência hoje adotada como modelo pela Organização Mundial de Saúde, FAO, UNICEF e Fundação Ford.

"O circo não é meu não,
o circo é do público.
Que adianta um circo vazio,
sem público? Pode chamar de circo?
Pode não, circo é público,
os artistas é o segundo plano!"
O povo de Uruana,
Noroeste de Minas, concorda
com o palhaço Garrafinha:
grita, aplaude, vai, xinga.

Murilo de Carvalho

"Cai raio, cai corisco,
Cai as estrelas no céu.
As moças cai no meu braço,
As veia no bebelê."

O Circo Recreio Vilma vai estreiar seu espetáculo em Uruana, um lugarejo de pouco mais de 40 casas, no vale do rio Uruana, Noroeste Mineiro. José Pedreira, o palhaço Garralhinha, dono do circo, está sentado num caixote de maçãs, pintando o rosto magro refletido num pedaço de espelho apoiado na barraca. "Eu fabriqueei esse circo no Mato Gros-

so, em Porto Vilma, município de Dourados. Foi por isso que resolvi botar esse nome". O alto-falante anuncia o começo da função para dentro de 5 minutos. A praça está cheia de gente alegre, todos próximos das luzes do circo, as únicas da cidade, que não tem energia elétrica, água encanada ou esgotos.

Lúcia, atriz principal e mulher de Garralhinha, já está pronta, vestida num maço vermelho, desbotado, frouxo demais para conter seu corpo miúdo. Joel, o equilibrista, cuida do serviço de alto-falantes que oferece música de namora-

"As cinco horas tomamos um cafézinho, é farinha com um taco de carne, aí caminho um quilômetro à pé para chegar no serviço. Minha mulher, "Tana" (Sebastiana), também sai para trabalhar com o *empeleiteiro*, cortando cana, ela não tem carteira fichada, ainda recebe por "conta". A menina mais velha, 12 anos, fica em casa tomando conta dos menores e preparando o almoço. Ao meio dia, chego em casa de volta do engenho, almoço e vou pro campo novamente levar a comida de "Tana" e ajudá-la a terminar o corte das 100 braças que o *empeleiteiro* dá como tarefa. Quando os meninos estão brigando muito, levo eles para ajudar e deixar a casa mais sossegada," conta José Fernando.

"A gente começou visitando as casas de família, só de olhar eu já ia identificando os desnutridos, aí pesávamos as crianças e convencíamos as mães a aceitarem o internamento no centro. Primeiramente ficaram 30 crianças e 30 mães, algumas delas choraram porque não queriam ficar grande parte do dia separada dos filhos," diz Enilda Marize do Nascimento Pedrosa, instrutora e responsável pelo Centro de Recuperação Nutricional de Água Preta. Os primeiros resultados, em crianças menores de cinco anos, revelaram que apenas 37% das crianças tinham peso normal e num grupo de 618 crianças 63% eram desnutridas.

"No dia de domingo, eu vou à feira. Compro dois litros e meio de feijão: 18 litros de farinha, três quilos de fubá de milho, quatro quilos de açúcar, duas *bolsas* (sacos plásticos de 250 gramas) de leite Camponesa; um quilo de carne verde; uma barra de sabão; fumo de corda; metade (250 gramas) de café em caroco, que "Tana" esquenta, bota açúcar e pisa no pilão; quatro caixas de fósforos, dois litros de querosene e dois quilos de carne de cabeça de boi para botar no feijão. Fica tudo em 120 contos. As vez aumenta. A feira é que nem maré, tem domingo que fica por um preço, no outro já é diferente. Mas, isso não dá para aguentar uma semana, na quinta-feira ainda compro 30 a 40 contos no *barracão* (espécie de empório controlado ou arrendado pelas usinas). O barraqueiro, no sábado, desconta esse dinheiro na folha de pagamento da gente," diz José Fernando.

"Com as crianças internadas no centro, funciona um sistema de plantão rotativo, geralmente ficam escaladas três mães para ajudar na cozinha, lavagem de roupa e berçário, com isso o centro proporciona, através de uma

vivência prática, uma educação das mães do ponto de vista de higiene. No final do período de quatro meses, quando se completa o ciclo de observações clínicas, tem mães que saem chorando, implorando para ficar porque aqui elas têm alimentação certa," conta Enilda.

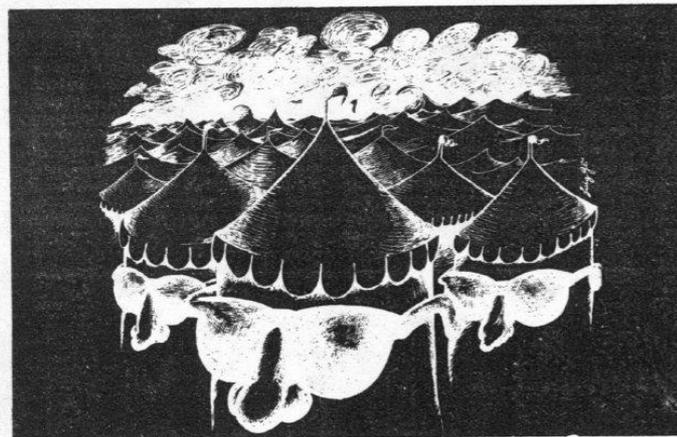
"Meus meninos nasceram todos com a parteira da usina. Foram criados na base do "engrossante" feito de massa de Arrozina, açúcar e uma medida de leite rasa porque leite demais dá diarreia. Quando eles estão fracos, dou chá de canela. Quando botam pra vomitar, dou chá de erva doce. Quando a situação piora levo eles pro ambulatório. É sempre diarreia. A doutora já disse para eu não dar leite quando eles estiverem com diarreia, é sempre bom caldo de arroz," diz "Tana", Sebastiana Maria da Silva, 31 anos, natural de Caruaru, Agreste de Pernambuco, desde os oito anos trabalhando na palha da cana.

Nos centros de recuperação da zona da Mata, a maioria das mães entrevistadas (79,2%) responderam ser o chá o primeiro alimento oferecido à criança, sendo que entre as pessoas que mais influenciaram na escolha do primeiro alimento se encontram a parteira (29,5%) e avó da criança (24,9%). "Temos observado nos centros que, como consequência de uma péssima alimentação, as crianças apresentam deficiências de mobilidade e de linguagem, além de um vocabulário reduzido; essas crianças não andam e mal engatinham; todavia, após a recuperação nutricional, sem qualquer tratamento médico, elas começam a andar e mesmo a correr, havendo também sensível melhora na linguagem," diz o professor Nelson Chaves.

"A alimentação do centro é pesquisada de acordo com as características da região e os hábitos alimentares; não adianta oferecer caldo de galinha para as crianças, elas nunca viram isso e terminam por achar o sabor esquisito. De manhã, o desjejum é a base de cuscuz com leite, pão com margarina e café com leite; o lanche é limonada; o almoço é feijão com jerimum e chuchu, macarrão com margarina e picadinho de fígado; lanche da tarde é bolo de fubá e o jantar sopa de feijão e banana comprida com margarina," diz Enilda.

O centro de Água Preta se encontra fechado, por falta de verbas, desde o momento que a Fundação Ford encerrou o convênio com o Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco. O mato já está cobrindo o quintal.

O Circo



o público que continua reclamando.

Agora é Joel, o equilibrista da corda bamba. Três tentativas e não consegue subir na corda. O público vai e muitos vêm para perto do picadeiro protestar. Só acalmam um pouco quando Joel consegue dar uns passos na corda. Mas o número vira um tumulto quando Joel cai em cima do Anão João, que rapidamente transforma a cena numa comédia improvisada, contorcendo-se pelo chão. Isso às vezes acontece, principalmente num dia que nem hoje, a gente cansado, triste porque saímos quase fugidos de Pedro Lopes, sem dinheiro. O caminhão que trouxe nós, pra cá levou nosso último dinheiro."

Garrafinha, agora palhaço, entra em cena para o início de uma comédia. Sua primeira fala é interrompida por um bêbado que vinha protestando desde o começo da apresentação. O bêbado entra no picadeiro, revolve na mão e risca o chão de terra umas três vezes, ameaçando acabar com a festa se o "circo não tomar uma melhora". Com jeito, dois rapazes convencem o bêbado a sentar-se e a guardar o revólver. "A gente está sempre sujeito a esses acontecimentos, vida de circo pequeno é assim, sempre maltratado, ameaçado, sem apoio nenhum. As autoridades nem mandam polícia pra garantir o espetáculo, não tem nem um soldado aí, faz anarquia quem quer e pronto."

continua na página seguinte

dos para namorados, "como prova de amor e dedicação", cobrando 1,00 por pedido. "Um jeito da gente conseguir uma rendinha extra e do pessoal se comunicar." Vera Lúcia, 14 anos, nascida no circo é equilibrista e acaba de colocar um saioite prateado. Atarefado, o Anão João prepara o material que será usado no primeiro número.

Joel bate três pancadas num pedaço de enxada, pendurada numa corda e anuncia o início do espetáculo. Uruana em peso está sentada nas arquibancadas de madeira.

"O senhor veja a nossa situação, se num é um moço emprestar 50 pra nós, os artistas iam começar a função de barriga vazia. Mas pelo público de hoje vai dar pra nós tirarmos uma renda melhor, pagar as contas, fazer nem que seja pra alimentação."

Começa o espetáculo. Lúcia está de pé, encostada numa tábuca, os braços abertos e é o próprio Garralhinha que começa a atirar as facas que deverão contornar seu corpo, perigosamente perto. O público espera tenso. Garralhinha atira a primeira faca, que não chega a fincar na

madeira, caindo de chapa no chão. Atrai outra, não finca também. O público ameaça uma vaia. As outras facas são jogadas nervosamente e apenas duas penetram na tábuca. Garralhinha apanha as facas e tenta novamente, errando quase todas enquanto o público vai, xinga e grita.

"Não sei o que aconteceu, fiquei nervoso e me apovorei. Uma vez aconteceu isso e eu quase matei a Lúcia, finquei uma faca no seio direito dela."

O Anão João entra correndo, vestido de palhaço, tentando, com suas cambalhotas, alegrar

ASSUNTOS

Dom Eugenio Sales e os empresários

Depois de realizar 95 encontros com trabalhadores, jovens, sacerdotes, religiosos e domésticas, desde 1973, a Arquidiocese do Rio de Janeiro volta-se agora para uma série de contatos com a classe de líderes e homens com poder decisório. O primeiro destes encontros, nos dias 11 e 12 últimos, reuniu um grupo de 31 banqueiros e executivos cariocas, entre os quais o presidente do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá, Teófilo de Azevedo Santos (presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa) e Francisco de Sá Junior, diretor-presidente do Banco Econômico. O objetivo foi "plenamente atingido", considera o cardeal-arcebispo do Rio, dom Eugenio Sales: "Proporcionamos aqueles banqueiros, num clima agradável e descontraído, uma convivência diferente, na qual, em ambiente de fraternidade, se refletiram os problemas econômicos a partir do homem".

Segundo dom Eugenio, nestes encontros - sob o tema "Os desafios da liderança em nossa era de crises" - a Arquidiocese procurou refletir junto aos banqueiros e executivos "a natureza das crises atuais, os valores transcendentais face às mudanças de hoje, os aspectos da doutrina social da Igreja que podem contribuir para a solução dos problemas".

Talvez porque considere que a Igreja não deve se imiscuir na vida social e econômica do país, dom Eugenio acredita - "na fé de que todo homem tem uma parcela de bondade dentro de si" - que influiu pessoalmente junto a uma parcela que detém o poder de decisão "possa ajudar os homens a perceber com mais clareza sua vocação integral, a construir um mundo mais de acordo com a dignidade da pessoa humana".

O interesse da Arquidiocese do Rio - diz ainda o cardeal - é o de dialogar com "todos os homens de boa vontade, crentes ou não". E, dentro dessa perspectiva, outros encontros já estão previstos com empresários da construção civil, coordenados por Teófilo de Azevedo Santos e João Fortes, com intelectuais, coordenados pelos professores Candido Mendes e Eduardo Prado. E ficou acertado para os dias 30 e 31, no Centro de Formação do Sunaré, um encontro com políticos da antiga Guanabara. Na segunda-feira da semana passada, dom Eugenio recebeu, numa longa reunião reservada, o deputado federal Celso Borja, presidente da Câmara, que coordenará o encontro entre os deputados federais dos dois partidos (Arena e MDB) do Rio de Janeiro, crentes ou não.

Paciência e inteligência, uma receita para o MDB

O senador mineiro Itamar Franco, vice-líder do MDB, aproveitou a monotonia dos dias que ficou "de plantão" no Senado, representando o partido para qualquer eventualidade, nesta época de inquérito recesso parlamentar, para esboçar um plano de atuação da Oposição no próximo semestre. "O MDB deve chamar a Arena ao debate no campo da inteligência e do governo ao jogo da paciência", sintetizou Itamar Franco a Movimento. E explica como seria essa nova atuação "inteligente" e "paciente" do partido: "O MDB não pode sequer propor uma reforma constitucional pois não tem os dois terços do Senado necessários. Mas pode debater no jogo da inteligência com a Arena, exercer a atividade parlamentar em toda a sua plenitude até se dizer a ele que não pode mais. No contexto geral é preciso fazer o jogo da paciência, porque o governo tem os instrumentos de execução. Não temos força para revogar o AI-5 e, assim, se exige a tolerância para com os desvios inevitáveis. Porque se o MDB perder a paciência, quem perderá será a Nação. O governo pode perder a paciência porque é poder".

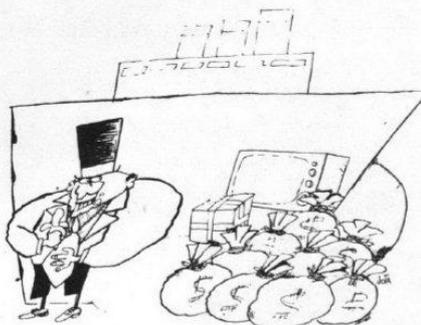
No episódio da aplicação do AI-5 contra o ex-senador Wilson Campos, Itamar Franco acha que houve uma inusitada boa vontade do governo: "O Senado absolveu

Wilson Campos às 13 e 30 de domingo e o governo só veio cassá-lo às 16 horas de terça-feira, depois que falharam todas as tentativas de alguns líderes da Arena para conseguir a sua renúncia. O governo esperou. Antes o governo esperava para aplicar o AI-5".

Itamar Franco, durante estes dias de "plantão" no Senado, também esteve empenhado numa curiosa tarefa: "graduar" a política de distensão pretendida pelo general Geisel. E, nesse sentido, chegou a expor suas idéias num programa oficial. A Voz do Brasil, quando defendeu a tese de que qualquer projeto de instauração de um Estado de Direito no país envolve uma perspectiva globalizante". Isto é, "a distensão só pode ser efetivada na proporção em que dinamizar todos os níveis da vida pública brasileira". Por outro lado, no entanto, admite o senador mineiro que o Estado possa ter "elementos para se defender de atos de subversão". E proclama que "o radicalismo não interessa à Nação, sobretudo ao MDB".

De acordo com as idéias políticas do senador Itamar Franco teremos, no próximo semestre, um MDB "inteligente", paciente, moderado e, sobretudo, bem comportado. O que não deixa de ser um estilo de oposição. (Teodomiro Braga).

O dinheiro dos secretários



Cautela ou atraso? O fato é que somente na edição do dia 17 último do Diário Oficial do Estado publicou as declarações de bens de alguns dos secretários do governo Paulo Egydio. Foram publicadas dois dias depois que os jornais anunciaram a assinatura de um decreto determinando a fiscalização das contas das empresas cujo capital seja total ou majoritariamente controlado pela União, Estados ou Municípios. Dos declarantes, a relação mais longa é a do secretário de Administração, Adhemar de Barros Filho. Ocupa uma página, assim distribuída: uma coluna e meia para terras e outros imóveis, desde casa em São Sebastião, fazendas, até uma gleba de terra "num lugar denominado Motta, Caraguatuba, São Paulo"; uma coluna para veículos (carros, caminhões, tratores) e uma lanha de madeira "com equipamento completo"; e as demais colunas se preenchem com papéis (ações principalmente) e saldos em conta corrente. O sr. Adhemar de Barros Filho não inclui o valor de seus bens em cruzeiros, ao contrário do secretário da Agricultura, Pedro Tassinari Filho, que diz quanto valem suas terras, veículos, ações, etc.: Cr\$ 43.273.744,72. José Bonifácio Coutinho Nogueira, da Educação, José Mindlin, da Cultura, Ciência e Tecnologia, Thomaz Pompeu Borges Magalhães, dos Transportes, estão entre os mais ricos.

Mas nenhuma declaração de bens foi maior do que a do próprio governador, publicada no dia mesmo de sua confirmação formal pela Assembleia Legislativa: 11 páginas e meia de um jornal de tamanho igual ao Movimento. Só que as letras são bem menores.

O ministro, o trem do subúrbio e a indústria automobilística

É mais do que uma coincidência: a indústria automobilística anuncia uma orgulhosa, a fabricação do 6.000.000º veículo, na primeira quinzena deste mês, e o ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, queixava-se da falta de trens. Sómente dentro de dois anos - se lamentava - começarão a chegar os primeiros 90 vagões encomendados pela Rede Ferroviária Federal e que "talvez melhorem um pouco" o transporte de

massa nos subúrbios do Grande Rio, abalados nos últimos tempos por insistentes revoltas populares.

Mas, se por um lado o ministro dizia que "vai partir para a improvisação" - pensa mesmo colocar frota de ônibus de prontidão nas estações, em caso de atraso dos trens - por outro anuncia o investimento, até 1979, de 33 bilhões de cruzeiros em projetos rodoviários.

O que é área social? Um cemitério, por exemplo?

O novo fundo chama-se de Apoio ao Desenvolvimento Social, tem a competente sigla - FAS - e nasce, razoavelmente endinheirado: três bilhões de cruzeiros que, até o final do ano, serão distribuídos nas áreas de saúde, saneamento, educação, trabalho, previdência, assistência social. A Caixa Econômica Federal vai administrar o FAS, cujos primeiros beneficiários serão, naturalmente, os ministérios da área social. Receberão as verbas o fundo perdido. Isto é, sem precisar devolver nenhum centavo.

Descontado esse dinheiro, cuja boa aplicação dependerá dos ministérios, o que sobrar, a maior parte dos recursos do FAS, será emprestado a empresas públicas ou privadas, a juros variando de dez a 30 por cento ao ano, mais ou menos as taxas de mercado. Por certo, os recursos do FAS destinam-se a projetos na área social, mas o que se deve entender por área social? Clínicas particulares que cobram pequenas fortunas? Ou um cemitério, que substitui os antiespasmódicos amon-

toados por um sereno gramado com discretas placas no chão, indicando o nome do ente querido? Pois antes mesmo que o FAS seja regulamentado, já existe uma fila de 50 projetos à espera de financiamento, estreleiros alguns de clínicas e uma para a construção do moderno cemitério.

razoavelmente sólidas, ou suficientemente picaretas, poderão pagar os juros e contratar firmas de consultoria para elaborar os custosos projetos a apresentar ao FAS. Juros e projetos serão obstáculos bem mais difíceis, por exemplo, para sindicatos que tenham planos de assistência social e pleiteiem financiamento do FAS.

Dois terços dos recursos do FAS vêm das loterias federal e esportiva, das cadernetas de poupança da Caixa Econômica Federal e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, poupança do trabalhador. O critério da aplicação parece ser o de que não se deve perder muito dinheiro com investimento em área social. Tem que haver, sendo rentabilidade, pelo menos algum retorno em juros.



O Circo

continuação da página anterior

Termina a primeira parte da comédia e Vera Lúcia vem fazer seu número equilibrando-se no topo de uma escada apoiada em 4 garrafas de conhaque Presidente. O público aplaude, esmê entusiasmo, exigindo a volta do palhaço Garrafinha que agradou mais. "A gente vem trazer diversão pro povo, num lugar perdido que nem esse não tem nada, só nós, e a única diversão deles, mas os prefeitos não reconhecem isso, perseguem nós, às vezes mandam prender, tocar o circo. A gente faz isso porque gosta da vida de artista, de alegrar o povo. Mas os manda-

chava acham que nós prejudicamos. Pensam que nós somos malandros, vamos abaguncar o coreto da cidade. Um dia vai acabar o circo por causa disso".

O espetáculo recomeça, uma comédia longa, ingênua, em que o povo acha uma graça danada, uma disputa por um lugar numa pensão lotada, entre um vendedor da Souza Cruz - bem vestido, cheio de dinheiro e um comprador de sebo, pobre mas inteligente e espirituoso.

O bêbado participa ativamente da comédia, completando falas, aplaudindo, interrompendo e procurando dialogar com o palhaço, dando instruções de como "passar a manta" no "seu Souza". Alguns meninos entram no picadeiro e ficam ajudando o palhaço a roubar o cobertor do "seu Souza". O circo inteiro participa, gritando, rindo, dando sugestões.

"O circo não é meu, não, o circo é do público. Que que adianta um circo vazio, sem público? Pode chamar de circo? Pode não, circo é público, os artistas é o segundo plano".

De repente o bêbado não gosta de uma piada e vai ao picadeiro protestar. Acaba dizendo uns palavrões pesados, o povo ri e incentiva-o e ele começa a falar um palavrão emendado no outro, numa espécie de embolada. Muita gente ajuda, gritando também outros palavrões, Garrafinha interrompe a peça e procura ganhar o controle da situação, mas a barbádia é grande e só quando o bêbado senta-se de novo é que volta um silêncio contente. Garrafinha pára no meio do picadeiro, dirige-se ao bêbado e começa a falar: "O senhor é um senhor de idade, precisa ter moralidade, o senhor está dizendo palavrões e

o circo está cheio de mocinha, de famílias, o senhor brinque, mas na moralidade. Está certo que o senhor está bêbado, a bebida faz essas coisas, é aperdição do homem".

O circo está silencioso. O bêbado, armado, poderia representar um perigo. Um rapaz levanta-se, volta-se para o público e diz: "O palhaço Garrafinha está certo, o velho é meu pai, mas a bebida serve é pra dar quatro coisas - ela faz medo, ela faz coragem, ela dá despeito, ela dá vontade matar e morrer. O Garrafinha está certo". Todos estão esperando alguma coisa, um tiro, uma agressão. Mas o bêbado, escutando o filho, começa a chorar e sai, enquanto o espetáculo recomeça e o povo aplaude Garrafinha em sua luta com o "seu Souza".

"O meu circo é pobre, na verdade, mas é um circo de

moral, cirquinho pequeno, mas tudo aqui é família. É uma residência familiar. Mas muita gente pensa que povo de circo não presta, não tem moral. Até as crianças do circo tem gente que acha que não presta. Mas nós somos só artistas, queremos levar diversão. E a gente não faz isso por dinheiro, não, se fosse por dinheiro nós iam dormir numa tábuá dura dessas, em vez de cama? Nós iam dormir numa barriguinta de lonas dessas, que não dá nem pra ficar de pé? Se fosse pra ganhar dinheiro nós iam fazer como muito gráduo por aí, viver nas desonestidades. Mas nós somos é artistas, de divertir o povo, passamos muita dificuldade, até fome, às vezes, não por causa do público, mas por causa de certas autoridades que não deixam nós trabalharmos. Aqui, em Uruana, por exemplo, eles deixaram, deram

um certo apoio, mas tem lugar aí que nós somos tratados que nem bandidos, nossas mulheres de mulher à toa, nossas crianças de pedidor de esmola".

O espetáculo já terminou faz tempo. Garrafinha retira a maquiagem, as luzes foram apagadas e uma caneca de queijão é passada de mão em mão para espantar o frio da noite. Mas agora eu tenho um rumo e se Deus quiser não largo mais não. Vou subindo daqui pra cima, até chegar na Bahia, na minha cidadezinha, onde eu sai faz anos e quero mostrar pro meu pai, pra minha mãe, se eles forem vivos ainda, que o filho deles é alguma coisa na vida. Pobre, tá certo, mas é um que ganha a vida com o suor do rosto, ganha a vida com honestidade, divertindo o povo".

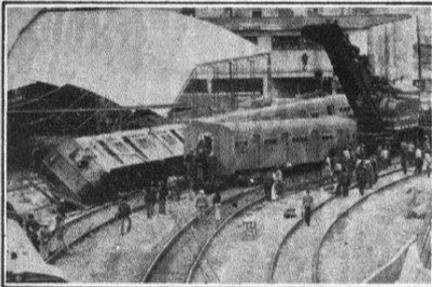
José Pereira, o palhaço Garrafinha, está triste.

O GRANDE FRIO

Uma sucessão de calamidades e erros

Um grande frio entrou no país de sul para norte, no fim da semana passada. Rude, penetrante, inesperado, ele fez chover em São Paulo, dissolheu o ar podre da poluição que pairava sobre a cidade como uma "besta negra", para usar a expressão do governador Paulo Egydio e, na sexta-de-manhã, o céu apareceu azul e encantador. O frio fez neve nas ruas de Curitiba, como há meio século não se via; o operário João Altamiro Kosmiski, de 39 anos, foi encontrado morto na cama sem coberta grossa, na quinta de manhã que amanheceu alegre no centro da cidade, com gente fazendo bonecos e brigas de bolas de gelo brancas, como nos natais de Hollywood. Geadas cobriu campos e secou plantações do Ric Grande ao sul de Minas, o presidente do Instituto Brasileiro do Café estimou ainda na quinta que metade dos 27 milhões de sacas da safra de 76/77 se previam perdidas, o governo do Paraná anunciou no começo da nevasca, que se agravaria nos dias seguintes, que pelo menos 10% da safra de trigo tinham sido aplastadas pelo cobertor de gelo. "Em Flórida Paulista", dizia um agrônomo, "a geada queimou até tabuas", "em 1976, café vai ser vendido em farmácia", dizia outro técnico, em Marília, SP; no Rio, técnicos do IBC estavam satisfeitos, na bolsa de Nova York, a cotação do café subia o máximo permitido, no porto de Santos café de 385 cruzeiros por saca subia para 415.

A grande massa de frio chegou ao Nordeste como chuva forte, encheu o Capibaribe, o Ipojuca, o Serinhaem, o Jaboatão, o Tapecuru, transbordou das margens no Agreste e na Zona da Mata, encheu o grande estuário que desemboca em Recife numa das maiores enchentes da história. Moradores das partes baixas e sujas dos canais pegaram seus *teréns* e se mudaram para os altos, passar a noite na casa de parentes, como dizia o rádio, recomendação da Comissão de Defesa Civil da cidade. O estado de emergência foi decretado pelo governador Moura Cavalcanti, 80% da área de Recife estava inundada, 26 pessoas tinham morrido até a noite de sexta; em Pau d'Alho, o operador do Departamento de Telecomunicações informava que aquela era sua última mensagem, refugiando-se no telhado, esperando alguém socorrer.



O grande frio, com seu arrastão de tristeza muita e pouca alegria, tornou sombrio o estado de espírito da nação e apreensivos seus dirigentes; uma desgraça na Central — o descarrilamento de um trem de subúrbio na estação de Magno em Madureira, com 11 mortos e 382 feridos (a nota oficial de sexta-feira), ocorrendo depois de todas as desgraças do fim de semana e das duas rebeliões populares contra os trens e equipamentos da Rede Ferroviária Federal uma semana antes, fez o presidente da República abandonar uma viagem a Maceió para reunir-se na própria Central do Brasil com os técnicos da Rede Ferroviária e com boa parte do alto comando político e militar do país — o ministro Armando Falcão, o ministro do Exército, o chefe da secretaria do Planejamento, o ministro dos Transportes, os chefes da Casa Civil e Militar.

Que fazer contra esse mar de problemas?

A reunião na Central durou uma hora e meia e o comunicado oficial distribuído à tarde anunciava socorro e indenização para as vítimas e um programa de emergência para a Central. O governo certamente estava preocupado com as repercussões sociais do desastre que ocorre num serviço público federal detestado pelo povo. De certa forma, o povo tem transformado a RFF no bode expiatório de seus sofrimentos. A visita à Central, por menos efetiva que fosse, mostraria interesse e boa vontade do Presidente para com os problemas do povo.

Em relação à poluição do ar em São Paulo Geisel também tinha pedido providências imediatas, dias antes. As chuvas provocadas pelas massas frias do sul afastaram provisoriamente o problema no fim de semana, mas a poluição tinha atingido a marca de 235 pontos numa escala onde 250 é um limite crítico que exige quase a evacua-

ção da área atingida (tanto mais que os jornais de São Paulo, semanas antes, anunciavam já alarmados, índices por volta de 60).

O 3º pronunciamento oficial indicando a seriedade dos problemas do governo afetados pelos desastres e calamidades naturais do fim de semana foi a entrevista do Ministro Mário Henrique Simonsen. Simonsen disse que a dívida externa brasileira estava em 19,3 bilhões de dólares e que, se o país não equilibrasse seu balanço de pagamentos em dois anos, teria que promover uma completa reformulação na sua política de crescimento econômico. Para o equilíbrio do balanço é necessário aumentar as exportações e diminuir as importações. Com uma safra de café pela metade mesmo com a atual elevação de preços — em virtude da escassez relativa provocada pelo desaparecimento de 14 milhões de sacas brasileiras — é possível que se perca receita de café, no próximo ano. O café representou no ano passado 12,3% dos totais das exportações brasileiras e o IBC esperava que ela representasse mais este ano. Prejuízos certamente serão causados pela geada nas plantações de cana-de-açúcar e no pasto do gado. O mais grave contido pode ocorrer com o trigo. Em 1975 o Brasil consumirá 4,4 milhões de toneladas de trigo das quais 2,4 milhões serão importados. Mas se as culturas de trigo forem afetadas em 50%, como sugerem algumas previsões pessimistas, será necessário importar 3,2 milhões de ton. o que, a preços atuais, daria 150 milhões de dólares a mais do que o previsto (E isso se um aumento de importação brasileira da ordem de 1,2 milhão de toneladas não fizer o preço do trigo subir no mercado internacional).

Soluções imediatas para esse acúmulo de desencontros o governo parece não ter. A RFF tem deficiências de mais de duas décadas e, de certa forma, é hoje um organismo doente em virtude do descaso a que foi submetida por sucessivos governos desde que a indústria automobilística se transformou no carro-chefe do desenvolvimento industrial brasileiro e ditou uma política de prioridade máxima e — como se vê hoje, com a crise da energia — irracional predomínio do transporte rodoviário. Não se prevê também uma imediata redução dos índices de poluição do ar. Não se imagina uma descentralização industrial — como a que sugeriu oficialmente na semana passada o ministro Severo Gomes — sem um planejamento muito grande das forças produtivas do país. E, particularmente nesse momento o governo central está sendo acusado de estatizador por uma campanha coordenada de vários órgãos de informação e entidades patronais. E recuando diante dela. Faz pouco tempo o Presidente da República anunciou que nenhuma expansão de atividades produtivas de empresas estatais para fora de seu campo poderia ser feita sem ordem do Presidente da República.

Por outro lado, uma mudança de política econômica, embora já admitida pelo ministro Simonsen — mas só em caso de fracasso das metas do governo, que ele não prevê — e sugerida insistentemente pelo ministro Severo Gomes — embora de uma forma que se confunde com as diretrizes econômicas atuais, que estão longe de se constituírem realmente numa mudança —, está muito mais distante ainda no horizonte.

Parece restar no curto prazo apenas a possibilidade de o governo Geisel purgar erros do passado recente. Sobre coisas mínimas, como por exemplo, as cheias de Recife. Ali, uma propaganda de pernas curtas está sendo desmascarada: o governo de Pernambuco disse no começo desse ano que a solução para as cheias estava pronta com a grande barragem feita no Capibaribe. Todos técnicos medianamente informados sabem contudo que essa represa se destinava apenas a resolver o problema de abastecimento de água da cidade.

A tragédia da Central

Em menos de um mês, esta é a quarta vez que a Central do Brasil vive manchete de jornal. Primeiro, no dia 24 de junho, duas mil pessoas, irritadas com o enguiço de um *parador* na estação de Olinda, depredaram vários vagões e destruíram as estações de Nova Iguaçu, Mesquita, Juscelino, Nilópolis e Olinda. Depois, no dia 9 de julho, todo o sistema de trens suburbanos foi paralizado com a explosão de uma caixa de força de 40 mil volts — e os passageiros depredaram as estações de Tomás Coelho, Engenheiro Leal e Comendador Soares. No dia seguinte, uma pane no sistema de sinalização da estação de Cascadura provocou novos quebra-quebras: desta vez foram as estações de Mesquita, Morro Agudo, Deodoro, Queimados e novamente Olinda.

Somente este ano, nove cinco depredações nos subúrbios do Grande Rio (o que inclui apenas os *grandes* quebra-quebras, já que todo mês a Central do Brasil é obrigada a trocar cerca de 4 mil vidros de janelas de trens atingidos por pedradas).

A velha ferrovia, desde sua implantação, em 1937, sofreu apenas uma reforma, em 1943. Recentemente apareceram algumas novidades, a maioria para dar combate aos pingentes, como os trens de portas intertravadas (que só sai da estação com as portas fechadas) ou então as *litorinas*, um trem de luxo que, com passagens a Cr\$ 5,00, tem preferência sobre os demais em todos os pontos da linha e é geralmente muito visado nos adrejaramentos.

Quem não pode pagar os Cr\$ 5,00 pela *litorina* tem mesmo que se contentar com as velhas composições. Desses passageiros, a maior parte *depende* dos trens. Nem tanto pela rapidez — não se leva menos de 2 horas dos subúrbios mais distantes até o centro.

As linhas de ônibus que fazem percursos paralelos aos trens custam, em média, Cr\$ 3,00, cinco vezes mais que o trem (que custa Cr\$ 0,60) e portanto fora do alcance dos que ganham salário mínimo.

Nos anos 50 e principalmente nos anos 60, os investimentos em transportes, acompanhando os interesses da recém-nascida indústria automobilística nacional, dão uma guinada de 180º: é a época da abertura das grandes estradas, viadutos, pontes, túneis e toda a parafernália urbana indispensável à corte do automóvel particular. E a ferrovia vai ficando cada vez mais para trás e com ela toda uma política voltada para o transporte de massa é jogada fora, aposentando-se até mesmo a rede de bondes da cidade, uma das maiores do mundo.

Os resultados disso são difíceis de imaginar: a ferrovia suburbana está hoje nos mesmos níveis de quando foi implantada, e quando a população da atual região metropolitana, hoje beirando os 8 milhões de habitantes, ainda estava na casa dos 1,8 milhão de habitantes. O sistema é tão ultrapassado que as linhas de ônibus que correm paralelas a ferrovia, planejadas inicialmente para complementá-la e substituir as linhas de bonde, acabaram por competir com o sistema ferroviário e hoje em dia transportam 8,3 vezes mais passageiros do que o trem.

Por que as coisas chegaram a este ponto?



Aparentemente, porque nas últimas duas décadas a Rede vem encarando o problema do ponto de vista menos recomendável para resolvê-lo e mais lamentável para seus heróis passageiros: o financeiro. Os subúrbios do Rio, tradicionalmente, são deficitários e assim as atenções da Rede voltaram-se para o transporte de cargas.

Para melhorias no sistema ferroviário suburbano do Grande Rio — foi reservado uma verba de 745 milhões de cruzeiros. Já para a construção da ferrovia Belo-Horizonte — São Paulo, que transportará minério — a menina dos olhos da Rede — está previsto um investimento da ordem de 8 bilhões de cruzeiros.

Os investimentos na rede suburbana não são financeiramente compensadores, não dão qualquer margem de lucro. Trocando em miúdos, o transporte ferroviário suburbano tem que ser subsidiado pela empresa, dá prejuízo. Mas para a economia da região e até mesmo do país, seu atual estado vem acarretando outros prejuízos, possivelmente maiores, como a redução dos padrões de mobilidade da população e, consequentemente, das oportunidades de emprego, o aumento do consumo de combustíveis, lubrificantes, pneus, etc. — devido ao desvio de passageiros para o sistema rodoviário — e o não atendimento das populações de menor nível de renda, com transporte barato.

O Rio de Janeiro apressa-se para construir seu metrô, agora contemplado com créditos que permitirão, se as obras saírem do marasmo atual, a conclusão de alguns trechos até 1979. O metrô custa 44 milhões de dólares por quilômetro construído. A elevação da ferrovia suburbana aos mesmos níveis de eficiência de um metrô custaria muito menos — cerca de 7 milhões de dólares por quilômetro e seria muito mais rápida, dispensando obras de construção civil.

MOVIMENTO

Conselho Editorial

Alecar Furtado, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermilo Borba Filho, Orlando Villas-Boas.

Conselho de Redação

Aguiar Silva, A.C. Ferreira, Bernardo Kucinski, Elías Andreato, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J.C. Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azevedo, R.R. Pereira, Teodomiro Braga.

Diretor de Operações

Francisco Marsiglia

Diretor Responsável

Antônio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Editores especiais: Bernardo

Kucinski e Marcos Gomes

Nacional: Sérgio Buarque (editor-assistente), Carlos Alberto Sardenberg (editor-assistente), Teodomiro Braga (editor-assistente, Brasília), Francisco Pinto (chefe da sucursal de Brasília), Genilson Cezar e Celina Whately (sucursal, Rio), Aguiar Silva, Percival de Souza (polícia), Bernardo Lerer (política paulista), Carlos Gentile de Melo (medicina), José Zatz e João Lizardo (ciência), Luiz Bernardes (repórter), Elmar Bones, Carlos Mosman e Jefferson de Barros (repórteres), Rio Grande do Sul: Ivan Maurício (correspondente, Nordeste), Luiz Pontual (correspondente, Salvador), Lelio Fabiano dos Santos (correspondente, Belo Horizonte), Dirceu Brisola, Maurício Azevedo e Ricardo Kotscho (editores-contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Welfort, Hamilton Almeida Filho, Moniz Bandeira, Nelson Werneck Sodré (colaboradores).

Economia: Arlindo Mungoli (editor), José Roberto de Alencar (consumo, editor-assistente), Helio Pereira (repórter, Rio), Paulo Cezar (repórter, Brasília), Francisco de Oliveira (editor-contribuinte), Paulo Singer e Ricardo Bueno (colaboradores).

Cultura: Fernando Peixoto (editor), Flávio Aguiar e José Miguel Wisnik (editores assistentes), Ricardo Maranhão (história), Marcus Penchel (editor-assistente, Rio), Antônio Mendes Junior, Carlos Nelson Coutinho, Gilberto Vasconcelos, Hector da Luz, Luiz Roncar, Marco Aurelio Nogueira, Paulo Vidal, Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Pechman (ilustr.), Jean-Claude Bernardet (cinema).

Internacional: Flávio de Carvalho (editor), Italo Sardenberg (editor), Paulo Esmanhotto (América Latina), J.M. Nunes Pereira (África), Carlos de Souza (correspondente, Paris), David Klaitter (correspondente, Nova York) e Jayme Sautchuk (correspondente, Londres).

Arte: Elías Andreato (editor), Valdir de Oliveira (secretário gráfico), Joca Pereira e Silvio José Macedo (idiogramação), Cassio Loredano, Chico Caruso, Carlos Clemen, Jota, Jayme Leão, Luiz Gê, Luiz Trimano, Paulo Caruso e Rubem Grio (desenhistas), Iolanda Hussak, Leda Trindade, Ricardo Alves, Augusto Ramasco, Antônio Carlos d'Ávila, Marcia Rabelo, Juca Martins e Antônio Saggese (fotógrafos).

Pesquisa: Maria Cecília Magalhães (chefe), Jacqueline Tyssen (Internacional) e Eduardo Macedo (Microeconomia).

Revisão: Luiz Roberto V. de Jesus e Armando A.T. Sartori.

Publicidade: Pedro João Cury

Administração: Luiz Carlos Bittencourt (chefe), Luiz Augusto Caetano (auxiliar), Mana das Graças Rodrigues (secretária).

Movimento é uma publicação de Edição S.A. Editora de Livros, Jornais e Revistas, Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Telefone: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua Voluntários da Pátria, 249, Sala 202, Telefone: 226-0625. Sucursal Brasília: Edifício Marcia, sala 1.007, Telefone: 24.1627. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Góes, 515, São Paulo, Telefone: 65-5111. Composto e Impressão nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo, Telefone: 282-2523. Maternal internacional via Varig.

Uma sucessão de calamidades e erros

continuação da página anterior

Evacuar São Paulo em 1978?

Em Campestre vive o que se poderia chamar de "a aristocracia operária" da indústria automobilística. Uma classe média arraniada na vida, morando em casa própria com jardim e quintal. O bairro está encravado na região industrial de Santo André, um dos quatro grandes municípios industriais do chamado ABC - Santo André, São Bernardo, São Caetano e Mauá.

Há muito tempo e com intensidade crescente, a população de Campestre e de quase todos os bairros residenciais do ABC vem sofrendo de forma palpável, mensurável mesmo, os efeitos do envenenamento do ar. Em todas as casas há estoque de remédios para tosse, catarro, irritação da vista, bronquite, asma. Em maior ou menor grau, todos sofrem da intoxicação dos gases lançados pelas indústrias da região. Só em Santo André as indústrias (principalmente de adubos) despejam 40 toneladas de dióxido de enxofre no ar por dia. Em Mauá, são 28 toneladas e em São Caetano mais de 30. Outros poluentes, como o altamente nocivo, dióxido de nitrogênio, são lançados também em grandes quantidades. A taxa de concentração de poeira no ar dobrou nos últimos três anos. Todas as taxas que medem poluição do ar, na verdade, dobraram de 1972 para cá, segundo medidas feitas pela Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico (CETESP), empresa mista encarregada de "controlar a poluição no Estado".

E velha, portanto a história da poluição no ABC. Mas desde o dia 2 do mês passado, essa história tomou um rumo novo. As onze horas da noite daquele dia, quando muitos assistiam, seus filmes "enlatados" da TV, uma nuvem branca começou a penetrar nas casas pelas frestas das janelas e vãos das portas, provocando, intoxicação, vômitos e enjôo. As famílias

se assustaram, principalmente por causa das crianças.

Instintivamente, muitos moradores apanharam algumas peças de roupa, agarraram crianças, as vezes cachorros e fugiram de carro no meio da noite. Alguns para casas de parentes, outros sem rumo. Alguns só voltaram no dia seguinte, aproximando-se do bairro devagarinho, para ver se a "nuvem branca" ainda estava. Pela primeira vez parte de um bairro espontaneamente optava pela evacuação imediata, pela única forma de fugir à poluição. O episódio consagrou politicamente o tema poluição. E talvez tenha introduzido a ideia da "evacuação" no jargão dos que lidam oficialmente com poluição em São Paulo. Na terça-feira da semana passada, quase seis semanas depois daquele episódio, o rádio e a TV em São Paulo proclamavam que no ritmo em que cresce o nível de envenenamento do ar na cidade, toda a sua população - mais de sete milhões de habitantes - teria que ser evacuada no inverno de 1978. E durante o inverno, quando ocorre e chamada "inversão térmica", com o ar quente se acumulando a baixa altura e sem ventos de dispersão, que a carga de gases tóxicos se concentra à altura do chão, criando uma situação de desastre.

Uma praga por mês desde o começo do mandato

A ideia assustadora de que talvez toda a população do Grande São Paulo tenha que ser evacuada num dia qualquer do inverno de 1978 foi divulgada pelo próprio governador Paulo Egydio, depois de receber um relatório de uma de suas assessorias. Paulo Egydio queixava-se a seus assessores de que a cada mês uma "bete noire" atinge seu governo. Primeiro a meningite, depois a encefalite e agora a poluição. "O grande

ABC corre o perigo de se transformar na nossa Central do Brasil", disse Paulo Egydio na terça-feira passada, insistindo mais uma vez junto aos industriais para que fizessem "alguma coisa" para estancar os despejos tóxicos de suas fábricas. Por enquanto e exatamente devido à carga política da poluição, Paulo Egydio evita mobilizar a opinião pública, numa campanha de conscientização. Exatamente como aconteceu com a meningite, quando o governo procurou minimizar os efeitos da epidemia no inverno de 74, passando depois, um pouco antes do inverno deste ano, a estratégia oposta, exagerando inclusive na sua campanha de alerta, mas já com as vacinas na mão e com um grande exército mobilizado para a aplicação das vacinas. Mas para poluição não existe uma vacina. E preciso forçar os industriais a instalar filtros; forçar a indústria automobilística a adotar novos padrões; obrigar as empresas de ônibus e transportadores e particulares a calibrar corretamente seus motores. - entre outras medidas. E uma campanha de mobilização da opinião pública significaria, nesse caso, mobilizar a população como força de pressão contra os industriais. Não era essa a intenção de Paulo Egydio na terça-feira. A previsão apocalíptica de uma população inteira sendo evacuada foi feita em roda restrita de industriais e só saiu na primeira página de *O Estado de S. Paulo* porque havia por perto um repórter eficiente, ou um industrial indiscreto.

Segundo a notícia, Paulo Egydio, irritado com os industriais, mostrou a eles um mapa de medidas de poluição do ar, registrando o índice 235 para Mauá em dias da semana anterior. Nesse nível do chamado Índice de Poluição do Ar de São Paulo (ver Movimento nº 2), o envenenamento do ar supera todos os "limites de alerta" da Organização

Mundial de Saúde e o "limite máximo permitido" dos Estados Unidos e de quase todos os países onde esse limite é imposto. O limite máximo é definido como aquele que só pode ser tolerado em casos excepcionais, durante um único período de 24 horas em cada ano. No nível de 235 pontos, os dois poluentes que entram no índice paulista (que aliás ignora outros poluentes igualmente perigosos) superam em cinco vezes a concentração máxima permitida, por exemplo, na Suíça, Tchecoslováquia e União Soviética. Nesse nível, está provado que aumenta o número de mortes induzidas por agravamento de doenças respiratórias. Paulo Egydio disse que não deixou publicar esse índice, para não alarmar a população.

O manifesto dos industriais

O episódio do êxodo em Santo André, naquele dia dois de junho, foi seguido de várias manifestações de donas de casa em outros bairros da cidade (em geral bairros de classe média), como Pompéia, quase no centro da capital. E, alguns dias depois, industriais paulistas chamaram jornalistas para uma conversa sobre poluição, distribuindo cópias de um memorial que antes haviam enviado sigilosamente à Secretaria Especial do Meio Ambiente, em Brasília. Nesse manifesto, assinado por presidentes de seis importantes associações de indústrias, eles acusam "interesses e vícios que vem apresentando uma projeção exageradamente aumentada do problema (da poluição), com distorções que não podem passar despercebidas aos que o encaram seriamente, pois nela estão contidos objetivos interesses incompatíveis com os interesses do desenvolvimento nacional".

O manifesto classifica ainda a hesitante e tímida reação dos organismos encarregados de impor um controle ambiental, como "exigências arbitrárias, que não encontram paralelo em outro país industrializado". E diz que "a atuação desses órgãos fiscalizadores tem

gerado nas classes produtoras um clima de incertezas e sobressaltos..."

Mas os industriais reconhecem que o problema é sério e pedem tempo e incentivos fiscais para a instalação dos filtros e para "as despesas de operação desses equipamentos."

O governo federal intervém

O prefeito de Mauá, Amaury Fioravanti, ainda estava chamando o índice 235 de "grande mentira, parte de uma campanha para que a indústria petroquímica não possa se expandir no município", quando o governo federal decidiu intervir. Na quarta-feira, dois ministros, Severo Gomes e Rangel Reis, disseram a Paulo Egydio que o presidente Geisel ordenara "providências imediatas". Um terceiro ministro, Ueki, já dera ordens para que a Petroquímica União reduzisse o limite mínimo permitido de enxofre no petróleo processado - um dos fatores do envenenamento do ar por enxofre.

De Brasília ainda, o secretário especial para o meio ambiente, Paulo Nogueira Neto, telefonou ao secretário de obras de São Paulo, Francisco Fernando de Barros, perguntando se era verdade o tal "índice 235". Fernando de Barros não desmentiu e nem confirmou, mas admitiu mais tarde que um índice de 160 pontos, também em Mauá, medido no ano passado, havia sido mantido em sigilo.

Com o índice 160, já é certo também o aumento no número de mortos.

O sigilo em torno de índices de poluição alarmantes, portanto, já dura pelo menos um ano. O próprio Índice de Poluição do Ar de cinco bairros centrais só mede dois poluentes, ignorando vários outros e usando como referência padrões bem inferiores para a qualidade do ar. Esse sigilo a rigor, o que Paulo Egydio prognostica para 1978, não só já aconteceu em Santo André uma vez, mas deveria ter acontecido em vários bairros do grande São Paulo, várias vezes.

A semana em Brasília,

Chico Pinto

MÉRITOS DO RECESSO

Se as circunstâncias conduziram o Congresso a uma posição secundária isso não significa - como alguns afirmam - que é melhor vê-lo fechado que o semi-aberto. O recesso do Congresso tem esse mérito: mostrar aos descrentes ou menos avisados como é salutar o seu funcionamento, mesmo diante das limitações que a Constituição outorgada lhe impõe. Por pior que seja a composição de uma Assembleia Popular existem sempre vozes esclarecedoras que protestam, denunciam e discutem problemas da comunidade. Basta se ler os Anais da Câmara para se aferir essa verdade. Muita coisa séria é elaborada e discutida no Parlamento Brasileiro claro que há épocas mais estimuladoras que outras para a atuação política, onde a criação é mais intensa. Mas, mesmo na fase de inspiração escassa, existem debates purificadores, capazes de gerar esclarecimentos e produzir informações. O importante é que a nação esteja sempre mobilizada para seus problemas, suas ambições e suas próprias perspectivas. E isso está acontecendo apesar do pes-

simismo de muitos.

Brasília, com o Congresso fechado por impedimento constitucional, é uma pasmaceira. Para sobre o Planalto um silêncio atroz. Os únicos fatos que despertam as atenções maiores dos jornalistas são o olho de Golbery, os rins de Golbery, o estomago de Golbery.

É evidente que todos desejam o seu plano restabelecimento e sua total recuperação. Mas, como as notícias são escassas, os jornalistas passam a gastar toneladas de papel, e quilos de tinta para preencher os espaços vazios, com esse tipo de informação. Não há dúvida que o olho do General Golbery constitui um fato político, não pelo problema dos olhos em si, mas é que ele simboliza uma corrente de opinião bem representativa e o seu afastamento poderá desfalar um contingente que se encontra entrosado, com ele, na mesma linha de pensamento e de ação política. Independentemente do lado humano, que a todos comove, o episódio, mesmo considerado politicamente, é lamentado, sem exceção, pelos arenistas e emedebistas. Isso revela a

enorme liderança que o General Golbery exerce, hoje, no país e o prestígio que desfruta no cenário nacional.

Existe um adágio popular que diz: há um cego pior do que aquele que perde a visão, o que dispondo dela não quer ver. E o que não acontecerá nunca com o General Golbery, em qualquer circunstância, um homem de visão dentro de sua perspectiva. Pode-se discordar dele. Todos contudo tem de lhe reconhecer os méritos, sua capacidade de articulação e de envolvimento. O Governo sofrerá com o seu afastamento, se isto vier a ocorrer. Não faltarão políticos, e alguns que se auto intitulam apolíticos, que não disputem o cargo. Mas, quantos destes, de vista limpa, não sofrem de miopia política? Só enxergam a curta distância. Só vêem o dia a dia. O político, contudo, tem de antever. Tem que ter a capacidade de prever os acontecimentos e nunca por eles ser surpreendido. A nação precisa de homens, que não queiram amarrar a história, no exercício dos seus cargos mais importantes.

CIÊNCIA

Desde a Reunião de Recife, no ano passado, a SBPC começou a ter importância política.

CIENTISTAS ENSAIAM O DEBATE

Ricardo Maranhão

Reúna alguns milhares de pessoas em um recinto, deixando-as falar com um grau de liberdade um tanto maior que o de seu cotidiano e elas tenderão a falar de seus problemas mais importantes e sentidos. Se a reunião for feita em uma Universidade de Belo Horizonte, em julho de 1975, com brasileiros razoavelmente bem informados, qualquer que seja o tema proposto para debater, elas discutirão política.

Embora o debate político brasileiro, de dois anos para cá, tenha se tornado um pouco mais viável e menos constrangedor, para a maioria da população ele ainda não é uma prática constante. Por isso mesmo, a 27ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi uma oportunidade notável para que cientistas, pesquisadores, professores, estudantes, jornalistas e curiosos debatêssem temas como a situação da mulher, a ecologia, a história social, os índios, o acordo nuclear Brasil-Alemanha, a educação pré-primária, a obra de Guimarães Rosa, a genética humana, ou mesmo o "juízo de maracujá amarelo", procurando trazer os debates ao máximo possível para o plano da realidade, e privilegiando os aspectos políticos dessa realidade. Na intensa movimentação de jovens cabeludos, professores de óculos e gravata e mulheres de 17 a 70 anos que participaram de 52 simpósios, 32 mesas-redondas e assistiram a 36 conferências, notava-se a disposição de tirar a ciência da frieza dos laboratórios e bibliotecas, levando-a para o dia-a-dia, e para o clima agitado da Assembléia Geral.

Embora exista há 27 anos, a importância política da SBPC só começou a tornar-se realmente clara na reunião de Recife, em julho do ano passado. A própria atitude do ministro do planejamento, Reis Veloso, de comparecer naquela reunião, para anunciar medidas de apoio governamental à pesquisa básica e tecnológica, que se consubstanciaram depois no Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, dá uma medida de sua importância. No encerramento da reunião deste ano, no dia 16 de julho, o prof. Oscar Sala, físico e presidente da Sociedade, lembrou do "respeito que o governo tem" atualmente pela organização que preside, exemplificando com os 12 programas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico aprovados depois de consulta aos cientistas a ele ligados.

Esse fato, que em qualquer país desenvolvido é extremamente corriqueiro, no Brasil dos últimos dez anos assume grande significado, pela estreiteza do acesso dos intelectuais aos canais decisórios. Pode também dar margem a ilusões, como a do prof. Crodowaldo Pavan, biólogo paulista eleito agora para a diretoria da SBPC, que chegou a afirmar na Assembléia Geral de segunda-feira: "a SBPC tem mais força que qualquer grupo atualmente, tem quase tanta força quanto os grupos políticos no passa-

do." Ilusão que não pode esconder um fato crucial: nenhum dos seus cientistas foi consultado sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha, e a maioria não havia analisado sequer o texto publicado nos jornais, desconhecendo completamente seu texto integral, (ver Acordo Nuclear na página 9). Aliás, o professor Sala a tentar mesmo adiar, por alguns meses ou por um ano, o debate proposto por membros da Sociedade Brasileira de Física sobre a energia no Brasil, debate que deverá pedir esclarecimentos e oferecer sugestões ao governo.

Se a importância da SBPC para o poder é menor do que muitos pensam, a presença de políticos e autoridades na 27ª Reunião mostra que ela é inegável. Na seção de abertura, dia 9 do corrente, o governador Aureliano Chaves, que tem demonstrado suficientes pretensões de liderança política, fez um discurso informal e descontraído, insinuando uma crítica velada aos que dificultam a participação dos cientistas em todas as fases dos acordos internacionais que o Brasil está realizando. Estava presente também o ministro Reis Veloso, de ouvidos atentos ao discurso ético-político do prof. Oscar Sala, que lembrou: "perturba-lhe (ao homem de ciência) o fato de que os resultados de seus trabalhos científicos tornaram-se uma ameaça para a humanidade desde que foram para as mãos de políticos moralmente cegos".

O governador paulista Paulo Egydio, que está aprendendo a não perder oportunidades políticas, também marcou indiretamente sua presença, através do seu secretário de Ciência e Tecnologia, José Mindlin. Mindlin compareceu na terça-feira ao simpósio "Política Científica". Ali, afirmou que projeto do governo estadual a ser enviado à Assembléia Legislativa em agosto, estrutura os níveis salariais dos cientistas dos institutos de pesquisa em uma escala semelhante à da Universidade de São Paulo, variando entre seis mil e 17.500 cruzeiros mensais.

Mulheres, filosofia e ideologia à vista de um morro destruído

Os seguidos dias de sol de Belo Horizonte não permitiram apenas que vários dos congressistas aproveitassem para fazer excursões a Ouro Preto e Mariana. Deixaram ver também as serras que rodeiam a cidade, muito bonitas, mas que sob observação atenta mostram os riscos de destruição da natureza por uma exploração desenfreada: um dos morros visíveis já foi completamente destruído pela empresa MBR de extração de minérios, o que não só tem provocado protestos dos mineiros como também foi discutido em debates sobre a preservação do meio-ambiente, na 27ª Reunião.

Mas as preocupações estéticas não impediram a grande maioria dos mais de quatro mil participantes

(2.573 regularmente inscritos pagando a taxa de Cr\$ 150,00) de disputar a duras penas um lugar nos debates mais concorridos, que em alguns casos reuniam de 300 a 600 pessoas apinhadas junto às paredes, portas e janelas das salas do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais. Alguns deles decepcionaram um pouco os ávidos assistentes.

Entretanto, superados os problemas de comunicação, o caráter sofisticado de certos debates não afastou muito a platéia: surpreendente, por exemplo, foi a afluência de mais de 200 assistentes à mesa-redonda: "Por que Filósofos?", coordenada por José Arthur Gianotti, do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) de São Paulo. As preocupações ético-políticas atraíram também muita gente ao importante simpósio "Pesquisa: Para Que?", em que o clima de liberdade e franqueza do debate permitiu que um jovem cearense, depois de se declarar "um idealista", levantasse muitas questões que entusiasmaram o professor Warwick Kerr, do Instituto de Pesquisa da Amazônia, a discorrer sob seu trabalho e expô-lo a críticas diretas, coisa incomum entre nossos diretores de instituições.

Podia-se ouvir nos corredores frases como esta: "Não adianta, os homens ficam sempre por cima mesmo", dita por uma jovem bióloga de olhos enormes. Na verdade, as discussões sobre a condição da mulher entusiasmaram os congressistas a ponto de, além dos dois simpósios e uma conferência a respeito, ter sido realizada uma reunião extra para se tirar uma moção, que foi apresentada e aprovada na assembléia geral. Nela, as representantes do sexo feminino pedem ao governo que o plano de ação da ONU sobre a mulher seja aplicado no Brasil, e que se reveja o Código Civil brasileiro para se retirar dele qualquer discriminação em relação à mulher.

Debates bastante livres sobre política e distensão

Ao término da Reunião, elogiou-se muito a liberdade de debate vigente na SBPC, e o professor Oscar Sala (que havia sido contemplado na Assembléia Geral com uma moção de louvor "pela maneira democrática com que conduziu os trabalhos"), chegou a atribuí-la ao "esforço do governo para normalizar a situação política do país".

Entretanto, as opiniões sobre a política de distensão e abertura não foram sempre tão benévolas como a de Sala. No simpósio mais concorrido de todos, "Perspectivas Políticas do Brasil Contemporâneo", os cientistas políticos Fernando Henrique Cardoso (Cebrap - S. Paulo) e Fábio Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais) jogaram uma ducha de água fria nos opositores que depositam muita esperança na distensão. Fernando Henrique, depois de dizer que "o processo político brasileiro, é conduzido como um clube muito fechado, em que poucos participam do jogo", mostrou as dificuldades de se tentar fazer do MDB um partido de massas, realmente democrático. Fábio Wanderley acentuou o ceticismo quando demonstrou que a coesão do sistema atual, para ser mantida, embora necessite de pequenas concessões aos que estão "de fora", não pode deixar de exercer "elevadas taxas de coerção" ou de "enganar a muitos todo o tempo".

O ponto alto do clima de ampla discussão da 27ª Reunião foi a Assembléia Geral, na segunda-feira à tarde, que lotou o maior auditório do Instituto de Ciências Exatas com quase mil pessoas. Como tradicionalmente acontece, as pessoas presentes apresentaram moções, individualmente ou em nome de entidades, e estas, se aprovadas pelo plenário, passaram a fazer parte de um documento que deverá ser enviado às autoridades.

Verdadeiro teste para mesa da Assembléia, presidida por Oscar Sala, as moções apresentadas pelos diretores estudantis ganharam logo, amplo apoio da platéia. Mas serviram para mostrar limites da liberdade colocados no quadro da política de distensão: a exigência de "realismo" que tal política impõe aos líderes, políticos ou cientistas, levou a direção da SBPC a fazer o possível para evitar a inclusão da moção dos estudantes no documento final da SBPC.

O manifesto final da SBPC não incluiu o documento dos estudantes. Mas, entre outras reivindicações, tomou uma posição crítica em relação ao acordo nuclear, graças a uma decisão da SBF. Finalmente, no encerramento da 27ª Reunião, o documento final, foi desmembrado em 20 documentos distintos, sem que se tenha esclarecido a razão dessa divisão.



Mais de seis milhões de hectares ocupados ilegalmente em Rondônia

Lei de Segurança para os grileiros

“Os novos senhores, para manter a ilícita e criminosa detenção de terras públicas, cercam-se de grupos de bandoleiros que, a ferro e fogo, tenta garantir aquilo que a lei não protege”
(De um relatório do Incria sobre os grileiros de Rondônia)

“Mais de seis milhões de hectares foram grilados em Rondônia”, costuma dizer o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incria, Lourenço Vieira da Silva. E o Instituto, limitado à burocracia dos tribunais, pouco consegue fazer contra os empresários inescrupulosos ou simples grileiros que, não só no Território de Rondônia, no Acre, como em toda a Amazônia, compram uma pequena propriedade, apossam-se das áreas contíguas, falsificam documentos, vendem terras ilegalmente e expulsam seringueiros e agricultores das terras.

Mas, há duas semanas, o Incria conseguiu uma medida que pleiteava há algum tempo: enquadrar grileiros na Lei de Segurança Nacional. Os primeiros, de uma série que tem tudo para ser imensa,

foram os irmãos Nilo e Romeu Melhorança, donos da Imobiliária Itaporanga.

Eles se estabeleceram na região do rio Aripuanã, na divisa de Rondônia com Mato Grosso e seguiram o processo normal da grilagem: compraram uma pequena área e se apossaram de mais de um milhão e 200 mil hectares (cada hectare tem 10 mil m²), “na sua totalidade terras públicas federais”. Um milhão de hectares eram terras do Parque Indígena de Aripuanã, onde vivem cinco mil índios cinto-larga, gaviões e suruí. E mais 200 mil hectares eram patrimônio da União. A Itaporanga, em virtude dos métodos fraudulentos, nunca obteve no Incria o registro de colonizadora que a credenciaria a lotear glebas. Mesmo assim, levou cerca de 700 famílias para o Espigão D'Oeste, dentro dos

limites do parque indígena. A colonizadora explicava que as terras não eram suas, mas que conseguia no Incria o título de posse para os colonos. E, pelos serviços que prestava, cobrava 30 mil cruzeiros de cada família.

Esta fraude também valeu aos irmãos Melhorança um processo de estelionato, movido pelo Incria. Segundo o Instituto, a Itaporanga criou um clima de animosidade, instigando os colonos a se revoltarem contra o governo quando lhes dizia que era o Incria quem se negava a legalizar as terras. Em abril deste ano, quando um grupo de funcionários do Incria se dirigia ao Espigão D'Oeste para fazer o cadastramento dos colonos, os Melhorança mandaram derrubar a ponte da estrada. Os soldados da Polícia Militar enviados ao local terminaram por entrar em

choque com os agricultores. Os soldados foram imediatamente punidos, mas, segundo o deputado Jerônimo Santana, do MDB de Rondônia, aguçado crítico do Incria e dos grileiros, o incidente demonstrou que o governo se comporta mal no episódio.

Santana acusa funcionários do Incria de tentarem extorquir dinheiro dos lavradores para regularizar as terras loteadas pela Itaporanga. Um deles, Jorge Pankow, segundo o deputado, pediu sete mil cruzeiros a cada colono. “Não tendo sido aceito o suborno, começaram as dificuldades criadas pelo Incria”. Santana, cuja posição de crítico não impede que vá a sede do Incria, em Brasília, parabenizar o presidente do Instituto por algumas medidas, elogiou o enquadramento dos irmãos Melhorança na Lei de Segurança Nacional, mas

lembrou que não é suficiente. Realmente, existem muitas irregularidades e muitos grileiros no Território. A Calama, por exemplo, outra empresa de colonização, comprou 100 mil hectares e apossou-se de 975 mil contígüos. O Incria recorreu à Justiça e obrigou a empresa a devolvê-los. Mas, segundo Jerônimo Santana, a Calama continua a vender lotes com “títulos frios”. A Guaporé Agroindustrial continua impune apesar de ter um título de sete mil hectares e ocupar 300 mil. E o empresário João Arantes, que tomou posse de uma área não calculada (no Acre ocupou mais de 500 mil hectares) é acusado pelo deputado de vender “terras públicas em importância superior a 30 milhões de cruzeiros”.

As grilagens na Amazônia se agravam na medida em que

os “novos senhores”, como são chamados pelo Incria, desalojam “sumária e, muitas vezes brutalmente, os efetivos ocupantes, que algumas vezes residem no local há mais de meio século”. Diz um relatório enviado de Rondônia à Brasília que “os novos senhores, para manter a ilícita e criminosa detenção de terras públicas, se cercam de grupos de bandoleiros que, a ferro e fogo, tentam garantir aquilo que a lei não protege”.

A repressão a esses crimes, diz ainda o relatório, torna-se difícil porque a grilagem se expandiu rapidamente: “Qualquer aventureiro se instala num hotel, hospedaria ou bar de beira de estrada, principalmente em Vilhena e passa a vender posse. Tais elementos, geralmente, dão nomes falsos, são lúgubros e escapam à investigação como água entre os dedos”.

Juarez Távora (1898-1975)

Juarez do Nascimento Fernandes Távora, que morreu sevofeira, de pneumonia, no Rio, conspirou de 1922 a 64, do que se sabe. Mas em 1967, ano que iniciou o período de vida que ele próprio denominou de “Descendo a Contra-Encosta”, tomaria uma decisão: a “de não mais participar de golpes militares, para tentar corrigir, pela força das armas, os desvios do poder público”. Foi nesse período que Távora passou a encarar com ceticismo as “virtudes da ditadura”, como instrumento excepcional de regeneração democrática.

A decisão de não mais participar de golpes parece realmente ter significado para o velho marechal um afastamento da política, mesmo na forma de pronuncia-

mentos. Mas deixaria os dois volumes das memórias intituladas “Uma vida e muitas lutas”, nos quais Távora contou sua história pessoal e sua participação em alguns dos mais importantes fatos da história nacional nos últimos 55 anos, desde que, como “tenente” em 1922, conspirava contra a posse de Artur Bernardes na presidência da República.

Távora participaria da Coluna Prestes, guerrilha “tenentista” contra o governo Bernardes, de 1924 a 26, mas, anos depois, renegaria a marcha pelo sertão. Em 1930, pouco antes da Revolução de outubro liderada por Getúlio Vargas, romperia com Luís Carlos Prestes, que se tornara comunista, e logo se integraria no



rigor do governo revolucionário. Dirigiria a Comissão de Correção Administrativa, tribunal punitivo de crimes cometidos no serviço público. Foi denominado “vice-rei do Norte” em 1931 por ter-se apoderado do comando político do Norte e do Nordeste, começando com a mesma oligarquia latifundiária que combatera nos oito anos anteriores; interveio, sempre que era de seu interesse, na política dos Estados, especialmente do Ceará, onde nasceu em 1898.

Já em 1932, Juarez Távora ganhava o primeiro Ministério, o da Agricultura, que tinha funções muito amplas, entre elas a de coordenar os incipientes planos de exploração de petróleo. Mas, como ministro ele cometeu o erro histórico de referenciar um relatório de geólogos norte-americanos negando a existência de petróleo

na Bahia. O poço de Lobato, jorrando óleo alguns anos depois, demonstraria o erro. Nas memórias, Távora explicaria: “Como ministro leigo, não me senti com autoridade para dissentir do parecer de meus assessores técnicos”.

Depois disso, ficou esquecido por muito tempo, dedicando-se a livros sobre petróleo, política nuclear, política econômica e desenvolvimento, geralmente contra o nacionalismo e a intervenção do Estado na economia. Em 1964, apoiando o movimento de março, voltaria ao Ministério, ficando a pasta de Viação e Obras Públicas (hoje Ministério dos Transportes) do governo Castello Branco.

Considerando encerrada sua tarefa, como afirma, no livro “Missão Uniprida”, editado em 1968, retirou-se discretamente da política.

O AI-5 e o 477 são os casos onde, às vezes, a necessidade desconhece a lei”. A frase, já ouvida de muitos defensores da normalidade de exceção, é parte do repertório de efeito, “sério”, do líder do MDB na Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, José Maria Duarte. Ele é um “chaguista fisiológico”, na definição do deputado estadual Délio dos Santos, do mesmo partido e que deve encaminhar nos próximos dias um pedido de expulsão de Zé Duarte do MDB, por infidelidade partidária.

Na semana passada, o líder da maioria declarou-se favorável “às medidas de força e ao Ato Institucional nº 5”, pois eles garantem “tranquilidade aos empresários e ao povo trabalhador”, acrescentando: “Sou empresário e tive ocasiões de dificuldades nas greves, quando meus empregados não vinham trabalhar. Não tenho nada contra o AI-5 e, se nada tenho, por que vou querer sua revogação? Ao contrário, se tiver o AI-6, bota também”.

O discurso de Duarte revoltou alguns deputados do MDB. Délio dos Santos, por exemplo, disse em aparte: “Não é possível, em vésperas de eleições, ir-se para a televisão, pra-

cas públicas, dizer que este é o programa do MDB, e depois de eleito renunciar a tudo o que foi afirmado”. Acusado de trair o programa partidário, Duarte respondeu: “Não quero saber se estou ou não traíndo. Estou exatamente na corrente pura do MDB, que deseja o engrandecimento desta terra, a tranquilidade do trabalhador, da família, e do empresário”.

Mas, no dia seguinte, quando alguns deputados opositores foram ler o diário da Assembleia, não encontraram, no discurso do líder, nenhuma das suas declarações comprometedoras. Duarte havia eliminado esses trechos numa triagem às notas taquigrafadas. Aos repórteres, dizia: “Vocês gostaram? Sempre fui um profissional e serei um líder eterno. Essa turma ainda tem que aprender muita coisa comigo. Afinal, eu fui mágico”.

Realmente, ele já foi presidente do Sindicato dos Mágicos, conhece com perfeição dois mil truques com cartas de baralho e obteve o primeiro lugar — medalha de ouro — no Congresso de Mágicos Amadores de 1958, em Nova York. Além disso, está acostumado com certo tipo de prestidigitação: como escurador, conseguiu certa vez, com destra

manipulação, trocar quatro votos contrários por quatro favoráveis à concessão, pela Assembleia da ex-Guanabara, do título de cidadã carioca ao animador de TV Jota Silvestre. E ele mesmo quem conta: “Depois da votação, os seis opositores da proposta se trancaram e saiu até tapa entre eles, na ânsia de descobrir quem havia traído o grupo”. Nessa linha, há um outro episódio: a pedido do deputado Jamil Haddad, retirou do bolso de outro deputado, Roberto Gonçalves Lima, uma emenda que alterava um projeto de Haddad. Gonçalves, não encontrando o papel no bolso, desistiu de apresentar a emenda.

Além do constante exercício de “bater” carteiras dos seus pares, desenvolvendo-as depois da brincadeira. Zé Duarte dedicava a mais duas coisas na Assembleia Constituinte: como “não entendo muito de Constituição”, preferia dedicar-se à defesa dos hotéis de alta rotatividade, que entende como uma facilidade turística (foi autor da lei que autorizou a instalação desses estabelecimentos), presentear ingressos de cinema (é o principal distribuidor da cadeia Lívio Bruni, com mais de 700 salas de exibição em todo o país) e contar piadas no bar do Palácio Tiradentes. Só falou cinco vezes nos três meses de funcionamento da Consti-

tuinte, “para não desgastar a imagem e ficar como o José Bonifácio e para valorizar as minhas palavras. Quando eu falo, entretanto, o que eu digo vira manchete”. Mas confessou à revista “Veja”: “Confio na burrice da memória do povo. Daqui a um ano, vão até pensar que fui um defensor dos interesses deles. E sempre assim”. José Duarte foi eleito para a liderança do MDB por quase todos os representantes do MDB do novo Estado (27 do antigo Estado do Rio e 36 da Guanabara). Hoje, diz-se que muitos votaram nele porque não conheciam o seu passado político: começou como assessor de Virgílio Távora, no Ministério da Viação do governo João Goulart. Diz que foi beneficiado na época pelo medo do chefe de gabinete de Virgílio em viajar de avião. “Eu então me tornei uma espécie de *valet de chambre* do ministro. Viajei com ele por todo o país e tive oportunidade de nomear mais de duas mil pessoas na Guanabara. Estas pessoas, posteriormente, como querendo me dar uma recompensa, trabalharam para minha eleição como deputado federal pelo PSP de Ademair de Barros”. Mas Zé Duarte não conseguiu se eleger. Ai apareceu — e sumiu, quase que ins-

tantemente — sua “grande chance”: “Fui beneficiado pelas cassações da revolução de 64. Eliminaram, eliminaram e chegaram a mim. Fui a Brasília, diplomei-me num dia e no outro, pelo manhã, tomei conhecimento de que os suplentes de deputados cassados não assumiriam”. Derrotado, diretamente nas urnas e indiretamente pelas cassações, candidatou-se à Assembleia carioca. Em 1966 teve pouco mais de 6 mil votos. “Não há grande oscilações na minha votação. Eu não tenho votos ideológicos e nem fisiológicos. Meus eleitores são meus amigos, eu os conheço pelos nomes”.

Duarte autodefine-se como “um homem de centro, anti-comunista, amigo do diálogo, da trama e do conchavo”. Para exercer a liderança do MDB não tinha grandes dificuldades até a semana passada: “Exceção ao pessoal que joga com as camisas 10 e 11, pela esquerda, os outros não me criam maiores problemas”. Um companheiro de partido, Cláudio Moacir, compara-o com a deputada Sandra Cavalcanti, líder da minoria: “A única diferença de comportamento entre os dois é que a Sandra mente com ar seriedade e o Zé Maria mente sorridente”.

UM MANIFESTO E VÁRIAS PERGUNTAS SOBRE O ACORDO NUCLEAR

Bernardo Kucinski

Porque foi quebrado o monopólio sobre os minerais atômicos?

Porque foi comprada a única máquina de enriquecimento de urânio ainda não provada industrialmente?

Porque os cientistas não foram consultados?

No Brasil não há muitos físicos, mas há muito físico importante. Quando eles se encontraram em Belo Horizonte e descobriram que o governo acabara de definir toda a estratégia de implantação de energia nuclear no país e nenhum havia sido consultado, houve um certo espanto e muita frustração. Vários deles, inclusive, são velhos personagens da longa luta pela implantação da energia nuclear no país. Era inevitável que acabassem discutindo o acordo nuclear assinado com a Alemanha Ocidental, mais do que qualquer outro assunto. O resultado está chamado "Manifesto dos Físicos", aprovado em nome de todos os físicos do país pela Sociedade Brasileira de Física e referendado por aclamação na Assembléia Geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O "Manifesto" foge deliberadamente da antiga discussão "urânio natural versus urânio enriquecido", que por tanto tempo dividiu cientistas de um lado (maçicamente a favor do urânio natural) e governo do outro. O "Manifesto" evita também a discussão quanto ao mérito do acordo exatamente porque faltavam aos físicos maiores informações. Os físicos se concentraram em algumas outras questões, fundamentais: pediram o monopólio "estrito" sobre os recursos naturais de natureza energética (o monopólio sobre o urânio foi quebrado meses antes, para preparar o terreno para o acordo); pediram a integração da comunidade científica no programa nuclear ao nível decisório; falaram da necessidade de rediscutir todas as questões energéticas do país, de forma global; sugeriram um organismo autônomo para controle da possível poluição radioativa e térmica dos futuros reatores. E, principalmente, o "Manifesto dos Físicos" pede um debate "indispensável para que se discuta livre e amplamente os termos do Acordo Nuclear e suas implicações nos vários aspectos tecnológicos, econômicos e sociais da vida brasileira." Um debate que o governo dificilmente poderia recusar agora, porque o motivo principal alegado para o sigilo (necessidade de evitar pressões norte-americanas enquanto o acordo não fosse assinado), já não existe. E um debate que de qualquer forma já tem hora marcada, porque o Acordo precisa passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Sugestões sim. Debate não.

No dia seguinte, em Brasília, o Ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que talvez contasse com uma passagem tranquila do acordo pelo Congresso, reagiu ao "Manifesto" com cautela, dizendo ambigüamente que "não queria entrar em debates ou criar polémica" e que o governo "está aberto a quaisquer sugestões que venham aperfeiçoar sua política nuclear." Muito conciliador, Ueki reduziu a questão a supostas divergências entre cientistas que acreditam poder o Brasil absorver a tecnologia adquirida da Alemanha e os que não acreditam. Mas Ueki foi incisivo ao negar que os cientistas brasileiros não haviam sido consultados: "No decorrer das negociações com a Alemanha reunimos 40 dos nossos melhores técnicos nucleares e debatemos exaustivamente todos os aspectos da questão." Uma frase, no mínimo infeliz, porque agora cada um dos frustrados cientistas não consultados sabe que Ueki não os considera parte dos "40 melhores técnicos nucleares do país." Inclusive, o professor Oscar Sala, presidente da SBPC.

Menos feliz ainda, o senador Virgílio Távora, tradicional porta-voz do governo em questões nucleares, veio em socorro a Ueki, dizendo: "A opção brasileira em política nuclear (do urânio enriquecido) resultou de consultas aos cientistas atômicos nacionais, 80%, dos quais favoráveis a essa solução. Só em Belo Horizonte havia cerca de cem físicos, dos 250 membros da Sociedade Brasileira de Física. (1)

Virgílio Távora foi muito claro ao definir o conceito que tem dos cientistas que divergem do acordo e insistem, (como Marcelo Damy), nos reatores a urânio natural: "Só os poetas podem desejar essa solução. A poesia dos que se opõem ao urânio levemente enriquecido visa proteger a doutrina de que devemos ter, em matéria nuclear, uma tecnologia inteiramente nossa, o que seria como pretendermos fabricar um modelo de automóvel brasileiro, "quando já existem os estrangeiros prontos."

No dia seguinte Damy retrucou, orgulhando-se de ser chamado de poeta, "homens que possuem e usam a imaginação criadora." E passando por cima do lapso mental de Virgílio Távora, quando falou de urânio "levemente enriquecido" (uma admissão inconsciente de que o enriquecimento pode não ser boa coisa), se disse completamente "favorável a construção de um automóvel inteiramente brasileiro."

Nem essa troca inicial de ironias e nem mesmo o tom grave do "Manifesto dos Físicos", devem ser tomados, no entanto, como indícios de conflito insolúvel entre físicos e o governo. Na verdade, o próprio presidente da SBPC, Oscar Sala, era contrário a que se discutisse o acordo nuclear na reunião de Belo Horizonte.

Pressões vieram de estudantes e físicos jovens

Na cerimônia de abertura da reunião, Reis Veloso e também o governador de Minas, Aureliano Chaves, centraram seus discursos exatamente nas glórias do acordo nuclear. A partir daí nasceu entre os físicos a idéia do debate, que foi realizado com auditorio superlotado. Surgiram imediatamente duas tendências, a maioria defendendo a tese de que o país provavelmente dispõe de alternativas energéticas, inclusive através da descentralização industrial e poderia, portanto, dispensar boa parte dos reatores a urânio enriquecido. Instalaria alguns, para cobrir o vácuo energético a curto prazo na região Centro-Sul, mas aplicaria ao mesmo tempo um esforço considerável no desenvolvimento de um plano autônomo sério de pesquisa nuclear. A outra corrente, incluindo físicos mais ligados ao "establishment", como José Goldemberg e José Vargas, defendia o chamado "realismo nuclear". Apesar de admitirem a existência de outras opções talvez melhores, consideravam que o acordo abria uma era de valorização da energia nuclear, que já estava assinado "e o negócio era aproveitar a oportunidade" da melhor forma possível para o desenvolvimento do setor nuclear.

Ao final os físicos, que também são muito políticos, chegaram a um texto compromisso, aprovado por unanimidade. Assim nasceu o "Manifesto dos Físicos", sem rejeitar o acordo propriamente dito e até admitindo que "seria possível inferir uma certa convergência de opiniões entre autoridades do governo e físicos", mas cobrando do governo a discussão de conceitos fundamentais (2).

Também do lado do governo, o cuidado para que não se crie uma situação de hostilidade na comunidade científica e técnica é grande. Alta fonte do governo admitiu a "Movimento" que há duas possibilidades de não acontecer realmente a tão desejada transferência de tecnologia no acordo com a Alemanha. A primeira, caso não funcione a firma de engenharia que vai ser criada com 25% de capital alemão e 75% de capital nacional e que deverá fabricar todos os equipamentos nucleares pesados, exceto as turbinas, a partir do terceiro reator. Na semana passada em São Paulo, Ueki reuniu os principais empresários nacionais fabricantes de equipamentos pesados e prometeu abertura total dos 75% de participação brasileira nessa empresa ao capital privado

nacional (os alemães, na verdade vetaram a participação de capital privado que não seja brasileiro ou alemão). As promessas de Ueki devem ter agradado, porque Paulo Villares (Indústria Villares) saiu da reunião dizendo: "Pela primeira vez (neste governo) ouvimos música." (3)

A segunda possibilidade de fracasso do programa de transferência de tecnologia — e a que mais preocupa setores do governo — está na total insuficiência de técnicos e cientistas. As primeiras estimativas indicam que serão necessários no mínimo 4 mil novos especialistas, para que o processo de transferência de tecnologia tenha probabilidade de acontecer. E o país não está preparado para formar esses especialistas, inclusive porque o sigilo, considerado necessário pelo governo para o êxito das negociações, afastou os negociadores de qualquer contato com a comunidade científica: "O acordo será inteiramente insustentável a longo prazo, se não forem tomadas providências urgentes para a formação de pessoal qualificado, tarefa afeta a universidades," disse a "Movimento" o professor Antonio Carlos Azevedo, vice-reitor da Universidade de Brasília. Quanto a essa questão (item 2 do "Manifesto dos Físicos"), há unanimidade entre físicos e governo. Em compensação, o "Manifesto" defende o "estrito monopólio estatal sobre recursos naturais", questão na qual governo e cientistas divergem profundamente.

A guerra do monopólio sobre os minerais atômicos

Quando o governo preparou o terreno para o acordo criando a Nuclebras, em outubro do ano passado, como órgão desvinculado da Comissão Nacional de Energia Nuclear, um dos itens mais importantes foi a quebra do monopólio estatal sobre os minerais atômicos. O artigo oitavo, apesar de insistir na expressão "monopólio", abre na verdade a exploração do urânio a empresas mistas, mantendo a Nuclebras sempre 51% do capital. A enorme carga histórica em torno do "monopólio" dos minerais atômicos, incluindo o famoso escândalo da exportação das areias monazíticas nos anos 50 e mais duas comissões parlamentares de inquérito, implicava em que o governo deveria encaminhar o assunto com o máximo de delicadeza. Um debate, naquela altura, por causa do item monopólio, poderia desencadear um debate mais amplo sobre toda a política nuclear. Além disso, poderia por em risco a própria idéia de quebra do monopólio; condição essencial para o interesse da Alemanha no acordo. "A Alemanha buscou no Brasil basicamente sua potencialidade em urânio, sabendo que as reservas atuais são pequenas mas que a probabilidade de descoberta de novas jazidas exploráveis é enorme" revelou a "Movimento" um alto funcionário do governo. Há várias outras declarações de altos funcionários alemães e do próprio presidente da Nuclebras, Paulo Nogueira Batista, confirmando ter sido essa a motivação básica dos alemães. Paulo Nogueira Batista diz, inclusive, que o urânio poderá pagar pelos reatores. Segundo o geólogo Edison Szyzyski (autor de vários trabalhos importantes de geologia), as reservas brasileiras são de fato pequenas, mas o Brasil "possui a maior área prospectável para o urânio no mundo, com potencialidade somente comparável à da União Soviética." Na verdade, técnicos alemães já sugeriram áreas para prospecção; a Nuclebras aceitou algumas e recusou outras. O Brasil, garante fonte do governo, poderá se recusar a exportar a parcela dos 20%, caso considere insuficiente suas reservas estratégicas. A Alemanha, no entanto, considerou que a "estabilidade do regime" no Brasil contrabalançava essa possível risco. "Sem a estabilidade política que oferecemos, o acordo nunca teria sido assinado", comentou a mesma fonte.

Os cientistas, por outro lado, acreditam que o patrimônio do país em urânio deve ser preservado, não só porque está prevista uma falta de urânio, ou pelo menos uma alta considerável em seus preços, a partir de 1981, mas, provavelmente também, por uma questão de princípios — daí a defesa genérica dos "recursos energéticos" no texto do manifesto.

Na ocasião da tramitação em regime de urgência e com o Congresso ocupado com as eleições, do projeto que criou a Nuclebras, tudo isso passou despercebido. Mas já naquela época o governo temia uma reação adversa e vários "press-releases" foram distribuídos a imprensa em dias anteriores ao envio da mensagem, testando uma possível sensibilidade da opinião pública à mudança nas regras do monopólio do urânio ("Dependerá ainda de estudos que estão sendo feitos na área da CNEN a forma de contrato de serviço que deverá ser celebrada... entre a CBTN e empresas privadas para a prospecção de urânio no Brasil..." dizia um dos aparentemente gratuitos press-releases).

E agora, se o MDB ou os cientistas se lançarem num debate amplo sobre o monopólio dos minerais atômicos? Pelo menos por esse motivo, o governo certamente terá que se valer da muita "imaginação criadora."

continua na página seguinte



235

Um tribunal da revolução

Há uma década o STF vem sofrendo transformações com um mesmo sentido, maior integração com os governos revolucionários.

Os últimos 10 anos modificaram substancialmente o Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte de justiça do país. O essencial dessas mudanças é a disposição do movimento nascido em março de 1964 de adaptar o Supremo, o cérebro do terceiro poder da República, à nova ordem estabelecida na nação. Em 1965, o presidente Castello Branco, através do Ato Institucional nº 2, começava a mudar a face do tribunal aumentando de 11 para 16 o número de ministros.

Com mais cinco ministros, Castello criou um problema físico, já que o arquiteto Oscar Niemeyer concebera o prédio do tribunal, na praça dos Três Poderes, em Brasília, para somente 11 juizes. Mas não só evitava as cassações reclamadas por setores mais radicais do movimento de março, como alterava substancialmente a maioria vigente no Supremo sem o desgaste político das punições drásticas.

Dos novos juizes, três eram da União Democrática Nacional, o velho partido conservador — Oswaldo Trigueiro, Prado Kelly e Aliomar Baleeiro. Os outros dois eram juristas de origem não política — Adalício Nogueira e Carlos Medeiros da Silva. Mas, se não eram filiados à UDN, ambos estavam alinhados com a revolução; pelo menos Medeiros da Silva, futuro redator do AI-5 e ministro da Justiça de Castello. Nomeados os cinco novos juizes, delinavam-se no Supremo três alas de Ministros: a dos velhos, nomeados por governos anteriores a 64 e não aceitos pelo Movimento; a dos udenistas, entusiastas de março mas liberais; e a dos magistrados puros.



Victor Nunes Leal



Hermes Lima

Castello Branco recebeu muitas pressões para cassar a primeira ala, representada sobretudo por Hermes Lima, ex-primeiro ministro, ex-chanceler de João Goulart, ex-membro do Partido Socialista; Evandro Lins, ex-chefe da Casa Civil e também nomeado por Jango; e Victor Nunes Leal, nomeado por Juscelino Kubitschek. Dizia-se na época, em jornais ligados ao movimento de março, que ele atingira a todos os prédios da praça dos Três Poderes, menos o STF.

As cassações, contudo, não partiriam de Castello, viriam com o AI-5, em 1968. Editado o ato, em dezembro, o Supremo perdeu o poder de decidir sobre casos considerados "crimes políticos e contra a segurança nacional e a ordem econômica e social".

Em janeiro, novamente com o AI-5, Costa e Silva aposentou Evandro Lins, Victor Leal e Hermes Lima. Dois dias depois, a 18, inconformado, o presidente do STF, Gonçalves de Oliveira, renunciou ao cargo, pedindo aposentadoria. O tribunal ficou sem direção, que

caberia aos ministros mais antigos. A presidência deveria ficar com Lafayete de Andrade, há 23 anos no tribunal, mas ele renunciou. Segundo se dizia na época, as renúncias de Gonçalves de Oliveira e Lafayete apenas evitaram a nova edição do AI-5.

Liberais incômodos em choque com os juizes apolíticos

O tribunal ficou durante algumas semanas com cinco ministros a menos. Mas, com o objetivo alcançado, Costa e Silva preferiu editar o AI-6 e reduzir de 16 para 11 o número de ministros, ao contrário do que fizera Castello. Assim, as vagas dos cinco juizes não precisavam ser preenchidas nem por amigos do regime. A 5 de fevereiro de 1969, os udenistas Oswaldo Trigueiro e Aliomar



Adauto Lucio Cardoso



Aliomar Baleeiro

Baleeiro, nomeados por Castello na leva do AI-2, assumiram a presidência da corte. Dos juizes nomeados antes da revolução só restava Luis Gallotti.

O Tribunal ficaria então com apenas duas alas distintas. E, embora os udenistas fossem muito afinados com a revolução, terminariam por se destacar como liberais incômodos, em choque permanente com os juizes apolíticos. Em algumas questões, invariavelmente, os liberais Bilac Pinto (udenista, nomeado por Costa e Silva em 68), Trigueiro, Baleeiro e Gallotti eram sempre votos vencidos. Mas contra eles não viriam os atos, e sim aposentadorias: foram se afastando aos poucos, por limite de idade (70 anos), à exceção de Bilac Pinto, que só deixará o STF em 78. Adauto Lucio Cardoso, também udenista e liberal, pediu aposentadoria em 1971 em protesto contra o decreto que instituiu a censura prévia a livros e periódicos e que o STF recusou-se a examinar.

Luis Gallotti saiu por limite de idade, no ano passado, dando lugar a Cordeiro Guerra, ex-procurador do ex-Estado da Guanabara no governo Carlos Lacerda e que, em 1954, presidia ao inquérito sobre o atentado que o próprio Lacerda sofrera na rua Toneleros, no Rio, em que morreu o major da Aeronáutica Rubem Vaz. Em maio deste ano, Oswaldo Trigueiro também completou 70 anos e para substituí-lo o presidente Geisel indicou o então procurador-geral da República, José Carlos Moreira Alves. Aliomar Baleeiro, outro liberal e udenista, embora a compulsória por idade estivesse perto, sairia antes, por razões de saúde, para ser substituído pelo desembargador mineiro Carlos Fulgênio da Cunha Peixoto.

A história jurídica dos dois novos ministros não se parece com a dos liberais udenistas recém-saídos. Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, 63 anos, que deixou o Tribunal de Justiça de Minas para assumir o STF, é um admirador do ex-ministro Alfredo Buzaid, de quem disse, certa vez: "Seu pensamento é o que melhor se coaduna com o Direito brasileiro".

José Carlos Moreira Alves, paulista de Taubaté, autor da lei sobre direitos autorais, é amigo pessoal do ex-ministro Alfredo Buzaid, cujo gabinete no Ministério da Justiça chefiou antes de ir para o procuradoria da República, em abril de 1972. Assumindo a vaga de Oswaldo Trigueiro, será o mais novo ministro do tribunal, com 42 anos. Ele se destacou na procuradoria no ano passado, quando conseguiu a condenação, no Supremo, do ex-deputado Francisco Pinto, que protestou contra a presença do general chileno Augusto Pinochet no Brasil. Comenta-se nos meios jurídicos que esta condenação valeu-lhe o cargo de ministro do STF. A denúncia contra Francisco Pinto foi encaminhada ao tribunal apenas 24 horas depois de enviada pelo Ministério da Justiça. Alves defendeu-a oralmente, empenhando-se num tema em que não é especialista (sua especialidade é Direito Civil). E empenhou-se com afincamento semelhante na absolvição do deputado arenista Clovis Stenzel, acusado, como Pinto, de atacar um chefe de Estado estrangeiro, Fidel Castro, a quem chamou de "barbudo assassino". Mas, alegando que o Brasil não é amigo de Cuba, como é do Chile, Moreira Alves reteve a denúncia durante 10 meses, até março de 1975.

Agora, o STF parece ter chegado ao final de um ciclo de transformações. Todos os ministros foram nomeados depois de 64 e Geisel já indicou quatro. O primeiro deles foi o advogado João Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil de Medici. Leitão, ao lado de Bilac Pinto e Eloi da Rocha, é um dos três ministros atuais que não vieram diretamente da magistratura. Moreira Alves, Xavier Albuquerque e Cordeiro Guerra eram procuradores da República, cargos de confiança do governo, que comumente levam ao STF. E Cunha Peixoto, Rodrigues Alckmin, Antonio Neder, Djaci Falcão e Thompson Flores já pertenciam ao poder Judiciário.



Moreira Alves



Cunha Peixoto

Talvez por isso, os ministros não têm prioridade a questões consideradas "políticas", como a revogação do AI-5, que limitou substancialmente o trabalho do Supremo, além de ter removido garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, por exemplo. No mês passado, coincidindo com a nomeação dos novos juizes, o presidente do STF, Djaci Falcão, um magistrado de carreira, cunhado do deputado Etevíno Lins, encaminhou ao presidente Geisel um relatório sobre a reforma do Judiciário com apenas uma linha sobre as limitações impostas aos tribunais e aos privilégios da magistratura. O relatório dizia que "o Poder Judiciário deve acompanhar as exigências do desenvolvimento do país e que seja um instrumento de garantia da ordem jurídica". Para alguns juizes, isso significou que o tribunal parece ter finalmente se enquadrado na estrutura do poder vigente. E, com essas características, não seria surpreendente que as decisões de aplicação do AI-5 viessem a ser partilhadas pelo STF, como alguns juristas que analisam a "institucionalização" do regime já propõem.

O ACORDO NUCLEAR

continuação da página anterior

O item 4 do "Manifesto dos Físicos" parece, à primeira vista, o menos importante. "A Sociedade Brasileira de Física reitera sua posição contrária à utilização da tecnologia nuclear para fins militares." Essa também é a posição formal do governo brasileiro. A importância da declaração dos físicos declaram que não querem servir programas armamentistas de forma geral — esse foi o espírito que levou à formulação do item 4, um fato que tem importância histórica. A preocupação com o meio ambiente (item 5), também pode ser enquadrada nessa nova atitude, de maior preocupação social dos físicos.

E algumas questões que os físicos não levantaram

Exatamente porque procuraram fugir dos detalhes do acordo, o "Manifesto dos Físicos" passou por cima de algumas perguntas interessantes, que estão sendo feitas por colegas, fora do âmbito da reunião de Belo Horizonte. A principal, é sobre a máquina de enriquecer urânio, sem dúvida o maior ponto fraco do acordo, depois da carença nacional de pessoal especializado. O professor Damy, (em artigo publicado em Movimento nº 2) revela que esse processo está sendo trabalhado há 30 anos sem sucesso e tem custo, em energia, muito mais alto que o custo dos outros dois processos, o da difusão

(tradicional) e o da centrifugação, que a própria Alemanha está instalando, enquanto nos passa esse método ainda experimental. O professor Damy lembra ainda que o gás necessário para arrastar o urânio nessa máquina só pode ser fornecido pelos Estados Unidos. Enfim, uma série de fatores que somados reduzem quase a zero o grande sonho da autosuficiência em urânio enriquecido. Certamente não se pode basear um projeto de energia tão importante, numa hipótese tão fraca. "Temerário", disse Damy.

"Foi o único processo ao qual o Brasil teve acesso. A Alemanha não pode ceder a tecnologia da centrifugação porque não é detentora exclusiva das patentes e os Estados Unidos não cederiam processo algum" revelou em Brasília fonte do governo. Para "dourar um pouco a pilula", a Alemanha cedeu ao Brasil 50%, na empresa que vai tentar o processo (o que nos daria parte dos direitos de patente do futuro), mas em compensação, o diagrama dos empreendimentos conjuntos revela que o Brasil, aparentemente, financiará parte das pesquisas na própria Alemanha.

Não seria exagero dizer que neste acordo a Alemanha ganhou acesso a jazidas de urânio que ainda não se sabe se existem e o Brasil, em troca, ganhou um método de enriquecimento de urânio que ninguém sabe se vai funcionar. Com a diferença de que é bem maior a probabilidade de o urânio ser encontrado.

(1) Entre os não consultados estão físicos brasileiros que mais entendem de reatores no Brasil: Marcelo Damy, ex-presidente da CNEA, um dos construtores do maior reator experimental do país

(em São Paulo), José Israel Vargas, atualmente secretário no governo de Minas, ex-membro do famoso "grupo do tório", o que mais se aproximou da construção de um reator nacional de demonstração; José Goldemberg, ex-chefe do departamento de física nuclear do Instituto de Energia Atômica de São Paulo; Alfredo Marques, diretor científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (Rio); Alceu Pinha, coordenador dos programas de pós-graduação e pesquisa da PUC (Rio); Roberto Sabharwal, um dos maiores entendidos em reatores também em política nuclear, atualmente na França e que já se manifestou contra os termos do acordo; e mais de uma centena de físicos presentes em Belo Horizonte.

(2) Além do "Manifesto", a SBPC endossou também uma proposta dos físicos para a convocação de uma conferência de cientistas de diversas especialidades para discutir problemas gerais de energia.

(3) Há outros problemas de natureza financeira e técnica que podem frustrar a transferência de tecnologia. A privatização total da empresa que vai construir os equipamentos, sugerida na sexta-feira passada por Ueki, implicaria numa política voltada para o lucro acima de tudo. E a possível escala de produção, dez reatores em dez anos e um ritmo não muito diferente nos anos seguintes, não garante rentabilidade. Curiosamente, Ueki justifica o esquema de transferência de tecnologia exatamente no fato de se comprar "todos os dez de uma vez", dando o exemplo da instalação, uma de cada vez, de centrais hidroelétricas no país, cada qual com sua concorrência pública, sem que até hoje o país fabrique suas turbinas. José Vargas diz que sem um laboratório de testes de material não haverá transferência. Há ainda o fato de a KWU fabricar seus reatores sob licença da própria Westinghouse. Como passar ao Brasil uma tecnologia que é, ela mesma comprada? Fontes da Nuclebras, garantem que se trata de modelos novos sobre as mais Westinghouse, abdicou de seus direitos de licença.

POLÍCIA

Manoel Gomes da Silva, 35 anos, morador em Queimados, Estado do Rio e pai de cinco filhos menores, disputou na semana passada, com dezenas de outros candidatos, uma vaga de cobrador na Empresa Evanil, que explora linhas de ônibus na Baixada Fluminense. Uma exigência que Manoel e os outros candidatos tiveram que cumprir foi a obtenção de um atestado de que não eram portadores de doenças infecto-contagiosas e de que sua saúde mental era perfeita. O local onde eles poderiam conseguir o documento foi indicado por um funcionário da própria empresa: o Banco de Sangue Paturi, à Rua do Matoso, 170, na Tijuca.

Disposto a conseguir a vaga de cobrador — há mais de um ano vivia de biscoites — Manoel, na terça-feira, pegou o trem *parador* das 5h40 na estação de Queimados e rumou para a cidade, em busca do atestado. No Banco de Sangue, ele teve que esperar numa longa fila, até que o chamaram. Fizeram um furo em seu dedo e o encaminharam a outra sala, onde lhe pregaram uma agulha no braço e lhe tiraram meio litro de sangue. Timidamente, ele perguntou à uma mulher, vestida de enfermeira, porque lhe faziam aquilo e ela respondeu sumariamente: "O sangue é necessário para o exame".

Depois que lhe retiraram a agulha do braço, Manoel recebeu 15 cruzeiros e um copo de leite. E sem que fosse examinado por um médico, ou que tivesse conversado com psicólogos ou psiquiatras, lhe deram afinal o documento. Nele, o banco de sangue atestava que Manoel não é portador de qualquer doença infecto-contagiosa e que sua saúde mental é ótima. "Na fila — ele comentava à saída, ainda espantado com o que lhe acontecera —, eu vi pelo menos uns dez *caras* que tinham ido, como eu, à empresa de ônibus, tentar a vaga de cobrador". Infelizmente Manoel, como os outros, não conseguiu a vaga de cobrador na Empresa Evanil, preenchida há vários dias. Em compensação, ao sair do Banco de Sangue Paturi, ele acabou de acrescentar mais um biscoite aos muitos com que ganhava a vida: a mulher vestida de enfermeira lhe comunicou, com um ar grave: "Volte dentro de um mês, porque precisamos *acertar* seu sangue". E acrescentou, com um sorriso cúmplice: "Tudo o que você tem a fazer é deixar a gente esperar seu braço e ganhar, depois, um copo de leite e quinze cruzeiros".

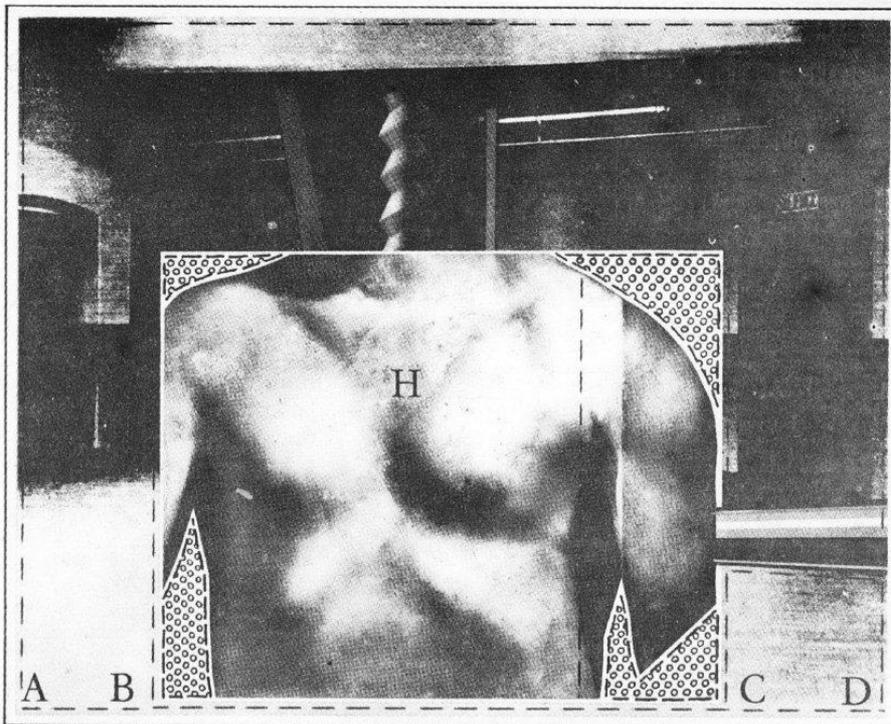
Cento e cinquenta estabelecimentos comerciais denominados bancos de sangue funcionam atualmente no Grande Rio. Alguns mascaram o simples comércio utilizando nomes pomposos, como o Banco Central de Sangue. Outros, com a proliferação de filiais, demonstram claramente as vantagens do negócio: é o caso da rede que pertence ao Dr. Antônio Paturi e Souza, que se espalha atualmente pelos subúrbios do Rio e Baixada Fluminense e que detém, com dois outros, o monopólio do fornecimento de sangue aos hospitais do INPS. Concorrendo vantajosamente com o Instituto de Hematologia Artur Siqueira Cavalcanti — único banco de sangue do Estado e onde as doações são realmente gratuitas —, todos eles funcionam de acordo com um princípio — o da doação gratificada, que pode ser explicada assim: os doadores, em troca de Cr\$ 15, entregam ao banco meio litro de sangue. E este vende a mesma quantidade do produto, aos hospitais, por Cr\$ 127.

As vantagens do negócio de sangue são evidentes: os menores bancos registram uma média diária de 40 doações, enquanto os maiores, como o Natal (Rua Carolina Machado, 484, em Madureira), recebem um volume diário de sangue muito maior que o recolhido pelo Instituto Estadual de Hematologia. Esse fato pode ser atestado pelos próprios hematologistas do Instituto, já que muitos deles são proprietários de bancos de sangue, embora se registrem na Comissão Nacional de Hematologia apenas como médicos responsáveis.

Dois salas (uma, bem maior, destinada à recepção, e outra para a coleta de sangue), alguns instrumentos, uma recepcionista e uma pessoa que saiba espetar o braço dos doadores: isto é suficiente para que um banco de sangue comece a funcionar. Seu proprietário, ao entrar no negócio, já estará informado sobre um detalhe importante: o sistema de doações gratificadas só atrai pessoas como o biscoiteiro Manoel e seus companheiros de desemprego. Assim, um banco de sangue instalado em Madureira ou na Baixada Fluminense terá um movimento bem maior, o que explica o fato de que na Zona Sul da cidade eles são muito poucos.

A constatação desse fato é possível em Caxias: na Rua Piratini, 12, (outra vez) o Banco Paturi tem uma de suas filiais mais prósperas: ela funciona em cima de uma loja de fogos Adrianino e sobre o prédio de dois andares, além do letreiro de propaganda da loja de fogos, existe um outro, em letras igualmente grandes: "Banco de Sangue. Aceitamos doadores gratificados". A média diária de doações, ali, chega a 60, segundo o dono da loja de fogos.

E a concorrência cada vez maior que faz com que os proprietários de bancos de sangue descubram métodos sofisticados de atração de doadores. Um deles, em execução já há algum tempo, consiste em — atraí-los a partir do pedido de tipagem sanguínea e de atestados de saúde física e mental. Este foi o golpe em que Manoel Gomes da Silva, o biscoiteiro, caiu e é muito simples: basta, com a conivência de um chefe de departamento de pessoal de uma empresa qualquer, colocar um anúncio nos classificados dominicais do jornal *O Dia*: precisa-se de cobrado-



VAMPIROS TROPICAIS

Aguinaldo Silva

res (ou de vigias, ou de guardas de segurança, ou qualquer outra coisa que não exija, dos candidatos, qualificação); já na segunda-feira, a média de doadores da semana estará garantida.

É também a concorrência que faz com que os bancos de sangue particulares descubram nomes e endereços dos portadores de sangue Rh negativo (raro e valioso) que compareçam ao Instituto de Hematologia. Essas pessoas, mais cedo ou mais tarde, recebem em suas casas suscintas telegramas: "Favor comparecer ao endereço acima, para tratar de assunto do seu interesse". O endereço acima, como o interessado descobrirá, é um banco de sangue particular, que lhe oferecerá Cr\$ 40 em troca de meio litro. A mesma quantidade será vendida depois, a um hospital, por Cr\$ 182. Há, ainda, uma fase posterior na comercialização do produto: a Casa de Saúde São José, um hospital particular no bairro de Botafogo, cobra Cr\$ 700 aos seus pacientes por uma transfusão de meio litro de sangue.

Deitado em uma das camas da sala de coleta do Banco de Sangue Paturi (Avenida Edgar Romero, 105, Madureira), Sérgio Oliveira Abreu, pintor desempregado, 23 anos, vê seu sangue cair gota a gota no frasco de meio litro, quase cheio. Na sala de espera, outros doadores aguardam a vez, num ambiente pouco animador: as escarradeiras derramam chumaços de algodão empapados de sangue sobre o piso de tacos soltos, manchados e cobertos de pó. E as janelas mal deixam entrar a luz suficiente para iluminar uma placa, à porta da saleta de exames, onde se lê os preços do sangue: zero negativo, Cr\$ 35; A, B e Ab negativo, Cr\$ 20; positivo, Cr\$ 15.

Na sala de coleta, de repente, começa a gritaria: Sérgio acaba de receber Cr\$ 15. Revoltado, diz que seu sangue é A negativo e por isso quer mais Cr\$ 5. A enfermeira tenta despachá-lo com uma ameaça: "é bom não enobar, mocinho". Mas o pintor desempregado responde com uma outra: "esse é um casinho *prá* polícia resolver". A enfermeira resolve, após uma nova troca de ameaças, colher amostra do sangue de Sérgio para nova tipagem. Mas, diz ela, em sua ficha (ele já doara outras vezes) constava a informação de que seu sangue era Rh positivo. A

tipagem mostra que Sérgio estava com a razão: ele recebe os Cr\$ 5 e vai embora, depois de ouvir um comentário da enfermeira: "o doador tem a obrigação de saber de cor seu tipo de sangue, pois a gente não tem tempo de ficar conferindo ficha por ficha".

O incidente da troca de tipagem foi encerrado ali, na pequena sala de exames, com a complacência e a discreção do médico e da enfermeira, ajudados pela ignorância do doador. Pois Sérgio não sabia que os fatores Rh são antígenos e que seu sangue Rh negativo, se fosse classificado no banco como Rh positivo e aplicado depois num receptor que tivesse esse tipo de sangue, poderia provocar uma reação capaz de matá-lo em poucos instantes.

Durante uma peregrinação de dez dias pelos bancos de sangue do Grande Rio, a repórter Alexandra Bertola assistiu a uma série de incidentes desse tipo, foi personagem de alguns deles ao se apresentar como "doadora gratificada" e no final, constatou essas irregularidades: pessoas doando sangue sem apresentarem qualquer documento; doadores completamente alcoolizados; doadores com tipagem de sangue errada na ficha do banco; cardíaco afastado do serviço pelo INPS doando sangue; admissão para doar sem nenhum exame, senão uma ligeira inspeção na mucosa dos olhos; ausência de médicos durante o sangramento; menores de 18 anos e pessoas com menos de 50 quilos doando (há uma lei que o proíbe); funcionário que coloca e retira o equipamento, manuseando dinheiro para pagar ao doador; reaproveitamento de agulhas descartáveis; alciamento de novos doadores a partir do pedido de atestados e tipagem sanguínea; sujeira em todas as dependências do banco.

— Se esses bancos fossem visitados pela inspeção do Serviço de Fiscalização de Medicina e Farmácia da Secretária de Saúde — a repórter comenta —, teriam suas portas fechadas imediatamente.

Mas, quanto a isso, os proprietários de bancos de sangue estão tranquilos: nenhum deles foi fiscalizado neste ano de 1975. E o próprio Serviço de Fiscalização não está muito bem informado sobre eles. Por exemplo: antes de

continua na página seguinte

A VOLTA DO BOTA ABAIXO

O prefeito do Rio Marcos Tamoio tem Cr\$ 300 milhões para destruir uma área tradicional da cidade

Maurício Azedo

Ha 70 anos atrás, quando o Rio de Janeiro ainda era um burgo provinciano com menos de um milhão de habitantes, o engenheiro Paulo de Frontin despertou furôres na cidade quando anunciou o início da execução de um plano que o tornaria conhecido como "O Bota-Abaixo". Para abrir a Avenida Rio Branco, ligando a orla marítima da Praça Mauá à Avenida Beira-Mar, Frontin realizou uma espetacular operação de arrasamento da cidade: a derrubada de 641 prédios, muitos dos quais ele destelhava pessoalmente, para apressar a saída de seus ocupantes.

Quarenta anos depois, no começo da década de 40, o Prefeito Henrique Dodsworth Martins seguiu as pegadas e o exemplo de seus mais eminentes antecessor: para construir a Avenida Presidente Vargas, uma via que foi monumental até se transformar em estacionamento de automóveis sob o Governo Carlos Lacerda, ele derrubou 525 prédios sem olhar o domo; entre eles havia quatro igrejas, seis bancos, o paco municipal e um mercado. Dodsworth, homem educado que até hoje honra seus velhos amigos com sua prosa amena nos tranqüilos almoços do Jockey Clube Brasileiro, não precisou cometer violência ao arripio da lei para consumir seu plano, como fizera o destelhador Frontin. Diante de uma dificuldade maior, Dodsworth ia ao próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, que lhe dava pulso forte com os poderes que lhe atribuía o Estado Novo, implantado quatro anos antes.

Tal como Frontin e Dodsworth, o novo Prefeito do Rio, Marcos Tamoio, se prepara para desencadear uma formidável operação bota-abaixo, desta vez com uma magnitude que faria inveja a ambos. Para construir a "Cidade Nova", Tamoio vai derrubar 1.186 prédios de uma das áreas mais tradicionais — O Catumbi dos ranchos e o Estácio das escolas de samba — assim que tomar posse dos imóveis com os Cr\$ 300 milhões postos à sua disposição pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano do Banco do Brasil. Depois de arrasada a terra, Tamoio pretende erguer ali um núcleo habitacional para 63 mil pessoas, com a construção de dezenas de blocos residenciais de 15 andares em áreas de 120 hectares a ser liberada a golpes de picareta.

Frontin e Dodsworth foram dois gigantes, e como tal passaram à história da cidade. Professor da Escola Nacional de Engenharia, Frontin formou gerações de engenheiros durante cerca de 50 anos, ele foi o primeiro grande reformador do Rio na gestão do Prefeito Pereira Passos, a qual deixou obras ainda hoje marcantes na vida do antigo burgo que os dois modernizaram: além da Avenida Rio Branco, ele construiu como prefeito, cargo que assumiu no fim da década de 10, ele alargou a Avenida Atlântica, abriu a Avenida Delfim Moreira e a Avenida Niemeyer, prolongou a Avenida Beira-Mar, abriu dois túneis — enfim, deu à cidade a fisionomia que ela possui hoje em sua Zona Sul. Dodsworth ampliou essa obra colossal, construindo a Avenida Presidente Vargas, abrindo a Avenida Brasil — principal eixo viário da Zona Norte da cidade —, urbanizando a Esplanada do Castelo. Restou-lhe uma confusa frustração: a de não ter podido demolir o Morro de Santo Antônio, no centro da cidade, porque sobreveio a guerra e, com ela, o racionamento

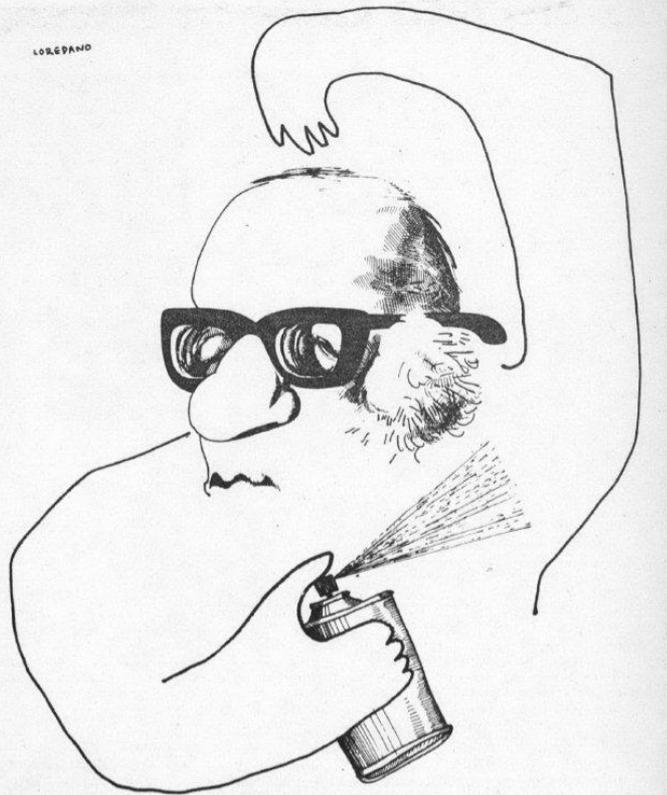
de combustível e a redução das importações obstararam seus planos.

Entre Frontin e Dodsworth, de um lado, e Tamoio, nosso contemporâneo, há uma distância maior que estes muitos lustros que os separaram. Tamoio imagina a "Cidade Nova" como uma "revolução urbanística", como ele definiu o empreendimento, há alguns dias, em extenso *release* distribuído pela sua "Coordenação de Comunicação Social", sob o pouco modesto título "A Humanização do Rio começa pela Cidade Nova". E que lhe falta a envergadura de um Frontin ou de um Dodsworth, como ele próprio provou nestes seus quatro meses de gestão.

Conforme se soube algumas semanas depois, Tamoio assumiu a Prefeitura do Rio abdicando parte de seus poderes em favor do Governador Faria Lima, ao qual transferiu, do papel passado (um convênio que ambos firmaram com esse fim), a responsabilidade de uma série de serviços e encargos da competência constitucional do Município. Por esta singular cerimônia de *capitis diminutio*, Tamoio contentava-se em receber suas atribuições progressivamente, como um menor que assume seus deveres e direitos à proporção que vai ficando mais tulinho, encorpado, de voz grossa. Passados alguns meses, ele já detém alguns poderes: há semanas o Governador reconheceu-lhe a competência para cuidar do problema do lixo, ao transferir para o domínio da Prefeitura a empresa especializada em aliviar as casas de seus detritos.

Além de ser um prefeito sem poderes, Tamoio era também um prefeito sem Prefeitura. Na pressa com que se consumou a fusão Guanabara-Estado do Rio, o Governo do novo Estado apossou-se de todos os bens imóveis importantes que encontrou pela cidade, entre eles todos os palácios de despachos e residências oficiais. A Tamoio restou o consolo de um gabinete no Edifício Estácio de Sá, batizado assim em memória do fundador da cidade e destinado a sede das Secretarias do extinto Estado da Guanabara; deram-lhe umas poucas salas sem brilho nem pompa, mas com a compensação de não ter de disputar um lugar no elevador nas longas filas que durante o dia inteiro dão sinal do barburinho que é a cidade. O Presidente da República ofereceu-lhe uma sede, o antigo Paço Imperial que hospedou Dom João VI em seu exílio, mas já então Tamoio achou-o incompatível com o seu orgulho: preferiu comprar pela fábula de Cr\$ 37 milhões o palacete de Botafogo que hospedou a Embaixada Britânica enquanto sediada no Rio.

Junto com os poderes, Faria retirou de seu conformado alcaide também uma parte apreciável das verbas que a este cabiam. Há dias, num encontro na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Tamoio explicou sua impotência com a revelação de um dado essencial: dos Cr\$ 6 bilhões que cabiam à cidade, foram-lhe assegurados apenas Cr\$ 2,1 bilhões, ou cerca de um terço. Essa depauperação dos cofres municipais teve as contrapartidas admissíveis numa situação de crise: há vários meses os colégios particulares postulam à Secretaria de Finanças do Município o pagamento das bolsas de complementação dos alunos que não encontraram vagas na rede oficial, sem que o Secretário pro-



nuncie a frase mágica que os faria sorrir: "Passa na caixa que seu cheque está pronto".

Nestes quatro meses, Tamoio dissipou seu precioso tempo em visitas, almoços e jantares. E pouco mais fez: cassou os alvarás de licença de funcionamento de dois mafusás da Barra da Tijuca, embora fizesse vista grossa para o maior deles, o do empresário de circo Orlando Orfei, instalado na margem da Lagoa Rodrigo de Freitas a título precário e agora ali fixado com ânimo definitivo; cassou a licença de funcionamento de uma clínica de excepcionais, num ato tão gritante que obrigou a intervenção do Presidente da República para reformá-lo; visitou o Pão de Açúcar, onde prometeu à concessionária, da família de seu amigo e ex-collegiãoário udenista MacDowell Leite de Castro, a omissão de que ela precisam em sua obra de desfiguração da montanha-símbolo da cidade; visitou o Corcovado e lá cuidou de estudar, já aí por sua conta, a construção de uma nova linha de tremzinho que vai oferecer importante quota à desnaturação da paisagem do Rio.

Apesar de tudo, Tamoio não perdeu a pose, nem o *savoir-faire*, nem o requinte que, no Governo Carlos Lacerda, o levou a decorar com seus recursos pessoais o escritório-sede das obras de abertura do túnel Rebouças, feita em sua gestão como Secretário de Obras. Ele é figura obrigatória em todas as recepções da vida mundana no Rio, sua mulher Belita é citada quase diariamente nas mais importantes reuniões sociais e já desponta, segundo o jargão especializado, como uma das *locomotivas* da temporada ou talvez uma das *hostesses* do ano.

Animado pelo apoio financeiro do Governo Federal, Tamoio lançou-se à obra com que no

intimo pensa marcar a mal iniciada gestão. Em tempo recorde, segundo *release* de sua assessoria de imprensa, ele fez "todos os estudos necessários à modificação do projeto original e sua implantação definitiva" e "decidiu acelerar o processo de humanizar o centro urbano, determinando que o processo de liberação da atual Cidade Nova, na área do Mangue, seja concluído em três anos".

A "renovação urbana dessa área", como a define a Prefeitura, prevê a criação de um centro administrativo, a construção de um núcleo habitacional com edifícios de 15 pavimentos ("altura compatível com edificações destinadas a habitação de menor custo, pois é sabido que em edifícios maiores há uma sobrecarga nos custos dos elevadores e estrutura") e em alguns pontos de 25 andares e a abertura de vias de acesso para o tráfego entre a Zona Sul e a Zona Norte, que atravessa o bairro depois de passar por túneis e viadutos (a grande moda urbana no Rio). Tudo isso em ruas apertadas, num bairro que foi importante no passado e perdeu sua significação exatamente porque o transformaram em mero caminho de automóveis, onde não há lugar para os homens.

Embora o processo de desapropriação e reintegração de posse atinja cerca de 3.300 imóveis, parte dos quais já posta abaixo, Tamoio promete fazer o arrasamento da área "sem ocasionar êxodo populacional". Dissu nem Frontin nem Dodsworth foram capazes: fazer milagres, como esse anunciado pelo homem que definiu sua posição urbanística com uma frase simples e direta — "a liberação do gabarito na praia do Arpoador vai quebrar a monotonia da paisagem".

intermediários, que mantêm corretores em Miami". A declaração foi feita pelo diretor do banco de sangue do Hospital das Clínicas de São Paulo, médico Francisco Antonácio. Ele comentava, na ocasião, as denúncias feitas por Hendrik Krijnen, a maior autoridade em hematologia dentro da Organização Mundial de Saúde, o qual, em relatório à OMS, citou vários países latino-americanos — entre eles o Brasil — como implicados nesse contrabando.

Para o Dr. Antonácio, trata-se de "uma inversão criminosa: os países ricos, sim, é que deveriam enviar suas proteínas (o plasma sanguíneo) para os mais pobres ou em desenvolvimento".

Mas para o biscateiro Manoel Gomes da Silva, pai de cinco filhos e cidadão de Queimados, a questão é elementar: como deixar de fazer mais este biscate — ganhar, de 15 em 15 dias (prazo mínimo para cada doação), Cr\$ 15 em troca de meio litro de sangue?

Como é elementar também, para o Dr. Antônio Paturi e Souza, próspero comerciante. Informado de que seu banco seria citado numa reportagem, ele se saiu com este afilto comentário: "Ah, meu filho, não faça uma coisa dessas. Depois que os jornais publicam essas denúncias meu movimento sempre cai".

VAMPIROS TROPICAIS

continuação da página anterior

iniciar sua peregrinação, Alexandra Bertola pediu, à Seção de Cadastro do Serviço, uma lista completa de bancos de sangue, com seus respectivos endereços. E descobriu, que onde os fiscais imaginam que funciona um banco de sangue (à rua Dias da Cruz, 108, no Méier) existe, na verdade, a Camisaria Imperator e antes dela, lá funcionou realmente um banco, mas foi o Itaú-América, que coleta dinheiro e não sangue. E há também o contrário: o Banco de Sangue Guadalupe (Avenida Brasil, 23446), um dos mais movimentados do Grande Rio, não consta da lista dos fiscais.

Os órgãos oficiais reconhecem essas falhas: Alcyr Saddock de Freitas, diretor do Departamento de Fiscalização Sanitária, ao qual está subordinado o Serviço de Fiscalização de Medicina e Farmácia, diz que são precários os recursos de que dispõe, mesmo para uma fiscalização apenas razoável.

Semana passada Lucimar Inocêncio Pereira, o filho

recém-nascido nos braços, deixava revoltada a maternidade da Associação de Caridade Hospitalar de Nova Iguaçu. Ela explicou o motivo da revolta: as parturientes pobres, não seguradas do INPS, só podem retirar os filhos da maternidade após arranjam quatro doadores de sangue. Ela só conseguiu arranjar dois e por isso teve que pagar Cr\$ 100 à maternidade: "caso contrário meu filho ficava preso aí, como um outro que só saiu porque o juiz veio e deu em cima dos médicos". O expediente de fazer os pacientes arranjam doadores de sangue é comum, nos hospitais instalados em áreas menos favorecidas do Grande Rio. Na maioria dos casos, a opção, para quem não quer arranjar os doadores, é pagar taxas inacessíveis.

O grande movimento dos 150 bancos instalados na área do Grande Rio e as constantes manobras para arranjar um número cada vez maior de doadores, permite que se faça uma pergunta: para onde vai todo esse sangue?

"Milhões de litros de sangue e plasma são vendidos, mensalmente, através de uma rede de tráfico que se inicia na América Latina e se destina a países europeus, com lucros fabulosos para muita gente, principalmente os

O discreto Gilberto Pessoa

Gilberto Pessoa na chefia do gabinete da Casa Civil e o general Golbery como "ministro Extraordinário"? A especulação, a princípio quase não foi levada a sério, principalmente em relação ao desconhecido Gilberto Pessoa, mas até o final da semana passada ainda estava viva.

Pelo menos por enquanto, Gilberto Pessoa continua na chefia do Gabinete Civil, despertando a curiosidade até mesmo de assessores da Presidência da República que também não o conheciam bem até a sua nomeação interina, para o cargo de Golbery, no dia 25 passado. O que mais se sabe dele é que tem um comportamento muito parecido com o do general Golbery, de que é considerado "amicíssimo".

A ligação entre os dois vem de longe, desde os tempos em que eram companheiros na antiga Escola Militar do Realengo, no Rio. Golbery foi para a reserva, aos 50 anos, em 1961, enquanto Gilberto Pessoa durou pouco no Exército; saiu no final da década de 40, quando era tenente e contraiu uma doença no pulmão que o levou para a reserva e para Minas, onde se formou em Direito. Depois viria se integrar, segundo contam, na "primeira turma da Revolução como um dos mais radicais contra o governo do presidente João Goulart". Era udenista de serviços públicos, logo após ser reformado no posto de major; foi fiscal do governo de Minas junto à extinta Lanã do Brasil; efetuou levantamentos sobre o setor de transportes para um dos planos de desenvolvimento do governo de Minas e posteriormente chefiou a

Comissão de Abastecimento e Preços do Estado.

Era diretor da Acesita (Aços Especiais Itabira, empresa estatal) quando foi chamado pelo general Golbery para servir ao movimento de 64 como chefe da agência do SNI em Minas, onde atravessou todos os governos e crises desde Castello, durante nove anos, até ser convocado, novamente por Golbery, para ocupar a subchefia da Casa Civil. Nomeação que surpreendeu até mesmo o vice-líder da Arena no Senado, Virgílio Távora, que também foi seu colega na Escola do Realengo. "Uma das grandes surpresas que tive foi ver o Gilberto Pessoa feito subchefe da Casa Civil. Nunca soube dele metido nestas atividades. A impressão que tinha dele era de cadete, que falava muito pouco e sem entrar na política, mais voltado para assuntos de caserna".

"É um homem bastante equilibrado", diz dele o líder da Arena na Câmara, deputado José Bonifácio, em meio a lembranças da passagem de Gilberto Pessoa pelo SNI mineiro. "As oposições que não tinham culpa no cartório ficaram tranquilizadas", garante Zéinho Bonifácio. "Ele só punia os verdadeiros subversivos". Na verdade, a passagem de Gilberto Pessoa à frente do SNI mineiro foi praticamente desaperecebida pela população e não veio à evidência nem mesmo nos momentos mais delicados, como no episódio do dia 24 de abril de 1968, quando estudantes da Universidade Federal detiveram um agente do SNI infiltrado na assembleia da Escola de Direito. João Batista de Souza, da pequena cidade de Almenara, no Vale do Jequitinhonha,

ganhava apenas 120 cruzeiros por mês como funcionário público e recebia mais de 80 do SNI. Chorou muito quando foi descoberto e acabou solto pelos estudantes. O caso ganhou as páginas dos jornais, mas o chefe do SNI mineiro manteve-se firme no anonimato.

Na Casa Civil, Gilberto Pessoa era uma espécie de sombra burocrática do ministro Golbery. "A estrutura da Casa Civil do governo Geisel tem dois aspectos: o burocrático e o político", conta uma fonte ligada ao Palácio do Planalto. "Quando estava no exercício de sua função, o general Golbery era o sustentáculo de toda a estrutura, enquanto Gilberto Pessoa, seu assessor direto, desempenhou papel importante ao seu lado, mas sempre no andamento do esquema burocrático, nunca em decisões políticas. Tanto que quando Golbery se afastou do cargo, sua rotina de trabalho não se alterou. Geisel assumiu os encargos políticos na Casa Civil, delegando poderes a Magalhães Pinto, a Petrônio Portela, a Célio Borja e ao general Moraes Rego, seu assessor especial, mas se manteve como o sustentáculo".

Gilberto Pessoa, 58 anos, até hoje funcionário da Acesita (1), dois filhos - um dos quais recentemente foi nomeado pelo governador de Minas para a presidência da Codevale, órgão de desenvolvimento do miserável Vale do Jequitinhonha - realmente se manteve fiel a imagem que o retrata como o verdadeiro homem da lei e do governo, que se limita estritamente a função que recebeu, de maneira obstinada.

(1) Segundo sua secretária ele está na Casa Civil como "requisitado" da Acesita.

O contra-ataque de Eliseu Rezende

A multa simbólica de 10 salários-mínimos que o Tribunal de Contas da União impôs ao ex-diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Eliseu Rezende, ao constatar irregularidades nas contas do órgão que ele dirigiu durante dois governos, não abalou este bancário que já foi cotado para governar Minas Gerais. Ao jornal "O Globo", Rezende disse que o tribunal "julga apenas erros de formalidades das contas". Logo em seguida, teceu uma teoria curiosa: "O DNER é uma repartição federal visada porque trabalha muito: constrói estradas, tem 30 mil funcionários e, além disso, é hoje um modelo na administração federal em termos de organização".

Considerado em Minas "um técnico-político altamente maleável", é indubitável que Rezende foi descortês com o tribunal. Se poderia acreditar que o TCU, ao constatar irregularidades, estaria "visando" o DNER? O próprio tribunal depois de dizer que as irregularidades eram várias, principalmente aumentos arbitrários em contratos, (um de eles de 5.918%), para punir os responsáveis multou - e ainda simbolicamente apenas - três antigos diretores. Rezende pagará a multa mais alta - pouco mais de Cr\$ 5 mil - mas isso não será certamente um problema. Atualmente ele recebe um salário de Cr\$ 50 mil mensais na Samarco, firma norte-americana que constrói e implanta um mineroduto de 420 quilômetros para levar minério de Minas ao Espírito Santo.

Nem sempre, porém, Eliseu Rezende dispôs de tanto dinheiro. Filho de um retratista começou a trabalhar aos 15 anos (hoje tem 45) como contínuo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, onde ganhou a fama de "garoto prodígio". Enquanto estudava Engenharia na Universidade Federal, subia no banco: casou-se com uma filha de um ex-diretor e em pouco tempo era chefe do Departamento de Engenharia do banco. Em 1963, estudou na Universidade de Nova York e



de lá voltou para dirigir o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas, a convite de Magalhães Pinto

Eliseu Rezende saiu novamente de Minas em 1967, para assumir a direção-geral do DNER. Atravessaria dois governos (Costa e Silva e Médici), sempre ao lado de seu amigo Mario Andreazza, que permaneceu no Ministério dos Transportes durante o mesmo período. Seria ele o defensor em alguns auditórios implacáveis das grandes estradas da Amazônia, especialmente a Transamazônica, cuja viabilidade técnica Rezende defendia ardorosamente. Certa vez, admitiu que não houve estudos, que a Transamazônica "era uma decisão política", o que não condizia com a promoção feita nos folhetos que o próprio DNER distribuía.

O currículo de Eliseu Rezende incluiu um prêmio internacional. Em 1971, foi eleito "Homem do Ano" pela Federação Internacional das Rodovias por ter contribuído para o "desenvolvimento viário de seu país". Antes dele, na América Latina, só o ex-presidente peruano Belaunde Terry recebeu o título. Hoje, contudo, algumas daquelas obras, como a rodovia

Perimetral Norte, estão sendo contestadas pelo próprio DNER.

Mas, pelo menos por Mário Andreazza, Rezende é defendido agora. Numa carta a "O Globo" sobre o julgamento das contas do DNER, o ex-ministro chamou Rezende de "profissional dos mais qualificados entre os muitos com que conta este país e que soube cumprir fielmente as diretrizes que recebeu dos Governos a que, juntos, servimos".

O ministro Mauro Renat, do TCU, chegou a se surpreender com o burburinho em torno das contas do DNER: "Todas as vezes em que fazemos uma investigação descobrimos irregularidades". O que certamente justifica a declaração de Rezende de que os métodos administrativos que usou no DNER são os que encontrou e que continuam sendo aplicados pela diretoria atual. Isso permite supor que pagamentos sem justificativas, dispensa de concorrência para compra de equipamentos, reajustamentos no valor de contratos com construtoras bem acima do total inicial e outras irregularidades constatadas nas contas do DNER podem continuar a ocorrer?

Darlene, glória a Deus

Eu não venho sendo nada. Vocês não deixam. Ninguém me deixa tomar uma atitude. Eu sou uma palhaça". Essas frases eram ditas pela atriz Darlene Glória, na peça *O Trágico Fim de Maria Goiabada*, de Fernando Melo, na qual ela representava uma mulher a quem tentavam anular, mas que descobria em si mesma qualidades mágicas. A peça, de certa forma, foi profética. Dois meses depois que ela saiu de cartaz, Darlene descobria em si mesma uma mágica tão forte que a faria até abandonar a vida artística: o que ela chama, agora, de fé em Deus, e que a fez entrar num processo cujo ponto máximo ocorreu no dia 12: o casamento com o jovem presbiteriano Marcus Vinícius de Almeida Brandão (técnico tributário do Ministério da Fazenda, salário mensal de Cr\$ 9.300), e a mudança do apartamento de cobertura de Copacabana para uma casa - "simples mas muito grande" - na Ilha do Governador.

Um crítico escreveu, certa vez, que "Darlene Glória foi a única atriz brasileira capaz de manter, com a câmera fotográfica, uma íntima relação". A frase, meio pedante, significava apenas que Darlene fotografa-

va como ninguém, e com o tempo aprendera a usar o próprio rosto para transmitir emoções ao olho da câmera. Esse aprendizado ficou patente em *Toda Nudez Será Castigada*, seu melhor filme (mas não o último: este foi *Os Homens que Eu Tive*, proibido após duas semanas de exibição, no Rio). Os elogios e prêmios que o filme de Arnaldo Jabor lhe proporcionou, no entanto, aparentemente não satisfizeram a atriz Darlene. Pouco antes da estreia de *Maria Goiabada*, numa entrevista, ela falava sobre as rugas que tinha ao redor dos olhos - "marcas de uma vida ganha palmo a palmo, enfrentada com a coragem dos que se fazem fortes".

A vida ganha palmo a palmo, para ela, significava o apartamento de quarto-e-sala em Copacabana, onde viveu seus primeiros anos de aprendizado artístico ("aqueles de boate de madrugada e círculo no interior"); as muitas portas fechadas ("os sapos que a gente tinha que engolir"); as imprecisões, os palavrões ("eu ensinei Leila Diniz a dizer-los"); os filhos de pais mais ou menos varcos ("não me fale em Mariel Mariscot, faz favor"); os raros triunfos ("às vezes o pessoal se espantava: apesar de tudo, eu era boa atriz"); as muitas decepções

("a gente vai, dá mil voltas"), e as compensações equivocadas ("eu estava procurando. Em tudo. Drogas. Alcool. Quando machona era coisa do morto, eu queimava. Pode botar isso").

Uma vida que incluía, necessariamente, um público. Esse que Darlene tem, ainda agora, quando entra para o culto na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em Madureira, um público que constata, extasiado, a mágica expressão de beatitude que seu rosto exprime. Ela conta como ocorreu sua conversão, nessa mesma igreja:

- Quando cheguei estavam cantando *Segura a Mão de Deus*. A água saía sem parar de meus olhos. Achei que estava debilitada, emocionada, e por isso tinha aquela reação. Quando falaram que quem quisesse dar seu coração à Jesus levantasse a mão, parecia que eu estava grudada na cadeira. Era um peso enorme no meu corpo. Levantei depois, aos prantos. E no momento em que conseguí, fiquei leve, tornei-me uma menina. Já imaginei, irmão? Ogum tem 21 demônios, Iansã tem outros 21, Oxalá é o chefe. Eu, que achava que tinha o corpo fechado, estava era com toda a legião de demônios. E fiquei livre. Glória a Deus.

E verdade que os demônios

ainda não se conformaram com a perda, como ela mesma explica:

- Quando a gente aceita Jesus, aí é que o diabo tenta. E não fica satisfeito, não. Está furioso comigo. Um dia desses aconteceu. Senti sua presença no banheiro. Vim para a sala, abri a Bíblia ao acaso, bem no Salmo 91 ("não temerás espanto noturno, nem seta que voe de dia", etc.). Com o diabo tem que se tomar cuidado, ele é dono deste mundo.

Nessa nova fase da vida da atriz Darlene Glória, a câmera com quem ela mantém agora uma "íntima relação", portanto, são os olhos extasiados dos fiéis presbiterianos. A televisão mostrou, em ocasiões diferentes, um sermão que ela fez, em praça pública, em sua cidade natal, Cachoeiro do Itapemirim ("eu vim aqui para lhes dizer que conheci Jesus"), e cenas do seu casamento na igreja de Madureira. Nas duas ocasiões, era possível perceber que os que a cercavam não viam mais nada além do rosto da atriz: se Deus estava ali, para eles provavelmente isso não tinha muita importância; o que importava realmente era o que lhes dizia o rosto de Darlene, e o que ele significava dentro da confusão que cada um abrigava

("o Senhor tem me usado. Já ganhei algumas almas para Jesus"). Nas cenas do casamento, ninguém parecia mais fascinado pela atriz do que Marcus Vinícius, o noivo. Dias antes ele já anunciara que ela não mais voltaria à vida artística - ia permanecer em casa para cuidar da família, glória a Deus.

Darlene Glória, trinta e um anos confessa, atriz muito elogiada, mas de trabalhos nem sempre vistos pelo público (seu último filme exibido, *O Marginal*, sofreu alguns cortes nas seqüências em que ela aparecia, senhora de uma vida que ela mesmo reconhecia "desregrada" (nós diríamos melhor: atormentada), diz que atingiu, agora, o que chama de *aplenitude do espírito* ("quando você aceita Jesus, o Espírito Santo vem habitar você"). Quando Billy Graham esteve no Brasil, ela conta, um jovem ator, que a viu cantando no coro, a esperou à saída do Maracanã, e lhe disse em prantos:

- Darlene, você capitulou. Você era nossa última esperança, nossa rainha, você era uma das poucas pessoas que ainda sabia dizer as coisas, você subia no palco e tudo estava lá. E agora você enlouqueceu.

Como é que a gente vai continuar?

Darlene louca? Se for verdade, é um tipo de loucura que vem atacando com frequência cada vez maior nossos artistas, nos últimos tempos. A loucura de Darlene é ter aderido à Assembleia de Deus em Madureira? Pois é a mesma loucura que faz Rita Lee cantar esganada como uma negra americana, e anunciar que assumiu uma *postura rock*; é a mesma loucura que faz Tim Maia, vestido de branco, cabelos cortados rentes, anunciar, cantando, "vejjam como é bela a natureza", o prosaico slogan de sua salvadora religião, o Racional Superior. E é, igualmente, a mesma loucura (só que aqui mais requintada) que faz Marília Pera citar Jorge Luís Borges, empunhar os livros de Carlos Castañeda e considerá-los a Bíblia de uma religião privadíssima, e anunciar, misteriosa, que é "uma feiticeira". Uma loucura que vem atacando nossos artistas, e que pode ser resumida assim: cada um siga seu próprio caminho encontre sua própria desculpa para fugir à realidade. Pois, diria o pastor da igreja de Darlene, quantos estão realmente preparados para serem os cordeiros de Deus? A.S.

ESPORTE

Quanto custa um Supercartola

Henrique Lago

No Fluminense, um clube onde o tratamento é fino e elegante, a oposição anda dizendo que o Presidente Francisco Horta tem uma política "irresponsável"

A lua-de mel durou seis meses. A esposa descobriu que o galã de seus sonhos ronca, tem péssimo humor e administra mal as finanças da família. Foi assim o idílio Francisco Horta-Fluminense. Idolatrado por conselheiros do clube e torcedores no início de sua gestão como presidente do clube mais conservador do Rio, Horta aos poucos foi mostrando sua verdadeira face, intolerante e personalista, a ponto de provocar a oposição do clube, sempre tão cavalheiresca em suas atitudes, atos que até o ano passado eram inadmissíveis.

Foi a oposição que informou à imprensa que Horta já elevou a dívida do clube a mais de Cr\$ 13 milhões, em operações bancárias para a compra dos passes de Rivelino, Paulo César, Mário Sérgio e Zé Mário. Também foi ela que divulgou o pedido do presidente ao Conselho Deliberativo para suplementação de verbas para o orçamento do clube da ordem de 70 por cento (Horta queria mais 10 milhões do Conselho). Falaram até em renúncia do presidente. Veio do porta-voz da oposição uma declaração quase chocante, quando se pensa em termos de Fluminense, onde tudo é dito em tom dos mais formais. Jorge Frias de Paula, ex-presidente do clube por quatro períodos, considerou a política de Horta como "irresponsável".

Primeiros sinais

Os primeiros sinais da crise doméstica surgiram quando o presidente resolveu comprar o passe de Paulo César, no final de maio. Até então, suas atitudes personalistas e prepotentes eram consideradas normais pela imprensa e pelo público. Ninguém, jornalistas ou dirigentes, protestou quando Horta submeteu aos órgãos de segurança os nomes dos jornalistas credenciados junto ao clube e os de seus próprios dire-

tores. Afinal, o Fluminense estava vencendo os jogos, tinha um grande time.

Que importava então um presidente personalista e prepotente, que sempre procurava aparecer mais que diretores e jogadores, procurando projetar sua imagem até então desconhecida — ou conhecida apenas como o juiz de direito que permitiu ao cantor e alcaide do DOPS Wilson Wimalal viajar para o exterior, mesmo tendo sido condenado por sequestro e torturas de um ex-empregado — se o time conquistava a Taça Guanabara?

Mas, quando ele simplesmente anunciou que compraria Paulo César como sempre sem ouvir o técnico ou a comissão técnica ou mesmo o Conselho Diretor, as primeiras vozes discordantes surgiram. O vice-presidente de futebol Hugo Molinaro, que nunca fora consultado em nenhuma das contratações, pensou que tinha voz ativa, vetou a compra do jogador e procurou influenciar o Conselho Diretor a tomar a mesma atitude. Engano seu pensar que poderia enfrentar a fúria de Horta.

Foi só a esposa dizer que seria melhor poupar um pouco mais que o marido estorou. Na reunião do Conselho Diretor que decidiu a compra de Paulo César, Horta deu até soco na mesa. Criticou duramente o Conselho por tentar divergir de suas opiniões e, por castigo, obrigou Hugo Molinaro a conduzir as negociações finais para a contratação do craque. O dirigente, humilhado, acabou renunciando ao cargo. Renú-



cia disfarçada em licença para tratamento de saúde e só oficializada há poucos dias. A esposa, surpresa, procurou não brigar e Paulo César foi contratado.

Mais renúncias

Não satisfeito em humilhar o Conselho Diretor, Horta resolveu ir mais longe. Não condicionou a compra de Paulo César aos exames médicos prévios, tradicionais em qualquer clube do Brasil. Com isso, simplesmente ignorou seu vice-presidente médico, o otorrinolaringologista Angelo Chaves, que renunciou, mas voltou atrás, aconselhado por outros diretores, inclusive o humilhado Hugo Molinaro. Tudo em

nome da tradicional paz tricolor.

A esposa desconhecia até então, outra face de seu galã preferido: o espírito vingativo. A atitude corajosa de Angelo Chaves, para o prepotente presidente, não poderia ficar impune. Bastou que o irmão de Angelo, o jornalista João Máximo, escrevesse um artigo há duas semanas, traçando o perfil verdadeiro do presidente, para que Horta pedisse o cargo a Angelo Chaves. Desta vez, a esposa resistiu um pouco mais. O vice-presidente de finanças Manoel Schwartz e o primeiro secretário Nelson Diz anunciaram para breve sua demissão por não concordarem com a atual política do clube.

Novas crises

Assim, o juiz titular da Vara de Execuções Criminais do Estado do Rio, pouco conhecido até se tornar presidente do Fluminense, vai acumulando crises em uma gestão que começou há apenas sete meses. Tanto no plano econômico político. Sua vontade de aparecer acima de qualquer nome no clube o levou a forjar uma crise com o comando técnico do time, o modesto Paulo Emilio, que provocou, inclusive uma reação inédita entre os jogadores, que se uniram para, num manifesto, hipotecar solidariedade ao treinador.

A falsidade, outro aspecto revelado por Horta, apareceu quando ele resolveu, sem perguntar a ninguém, como sempre acontece, anunciar a contratação de Didi, coisa que nunca passou por sua cabeça em nenhum momento, já que nunca falou diretamente com o famoso treinador. O problema é que Paulo Emilio estava se tornando famoso demais, era mais procurado para entrevistas. Então Horta lançou o nome de Didi ao mesmo tempo em que garantia a Paulo Emilio que ele estava prestigiado — palavra chave para qualquer demissão de técnico. Só a atitude corajosa — um risco dentro do Fluminense atualmente — do treinador cortou a crise pela raiz. Paulo Emilio procurou o presidente e cobrou dele uma definição. Ficou então demonstrado que Horta nunca pensara em Didi. Acuado, ele foi obrigado a renovar o contrato do técnico até o fim do ano, apesar de Didi não encontrar no Rio e esperar um contato com Horta.

Promoção pessoal

A dívida do clube chega a mais de Cr\$ 13 milhões e a folha de pagamento do Departamento de Futebol atinge os Cr\$ 500 mil por mês. A situação política do clube está chegando a um ponto de rutura quase evidente. Mas Horta — o juiz que se orgulha de anunciar que toma cafézinho com condenados pela justiça — pouco se importa com isso. Pede a complementação financeira e continua a procurar a imprensa para lançar suas "bombas" e promover seu nome. A mesma imprensa que ele colocou sob suspeição quando assumiu o cargo.

Essa preocupação com a promoção é tão grande que na volta de recente viagem ao exterior, o presidente confundiu os jornalistas ao anunciar, de uma só vez, cinco notícias importantes — como um mágico tira coelhos da cartola, mas sempre fazendo questão de dizer que ele fora o responsável direto.

Assim, todos poderiam esquecer que Horta cobrou do clube a dispendiosa recepção para os jogadores do Bayern de Munique na boate *Preto 22*, de seu tio Flávio Cavalcanti. Agora, todos estão acordando e os problemas que o clube enfrenta começam a surgir. Talvez a tentativa de cerceamento da liberdade de imprensa tentada pelo sempre simpático presidente no início de sua gestão seja amplamente publicada. Pouca gente sabe até agora que o mesmo jornalista João Máximo foi convidado por Horta para ser o Assessor de Imprensa do clube e, dignamente, recusou o convite. A causa da recusa do jornalista foi a tarefa que o assessor teria: tudo no clube seria vedado aos jornalistas, que se reuniram no final da tarde com o assessor de imprensa, para receber as notícias previamente preparadas pelo presidente. O simpático, mas personalista e intolerante Francisco Horta.

CONSUMO

Bancos

A desorganização reconhecida

Eurico Andrade, jornalista de São Paulo mandou uma carta para CONSUMO. A carta começa assim: Senhor redator....

Por que o senhor vai encerrar sua conta? Porque este banco está bagunçado. Nesse ponto, eu concordo com o senhor.

Esse diálogo eu travei hoje (16-7-75) com um funcionário do Banco de Crédito Nacional, Ag. Avenida Paulista (SP) e a concordância dele quanto à qualidade dos serviços bancários que presta não reduziu em nada a minha raiva. Eles perderam o carnê — já quitado — do pagamento de um carro financiado e agora, para retirar o documento de quitação do veículo, preciso fazer carta, reconhecer firma, o diabo. Antes que eles reconhecessem a perda, estive no banco três vezes, falei com um monte de funcionários e nenhum deles sabia ao menos ouvir meus argumentos — é tudo gente incompetente, má remunerada e sem informação.

Mas o BCN não é o único. A agência do Itaú da rua Cardoso de Almeida devolveu anteriormente um cheque da minha mulher com um carimbo de "sem fundo". Ontem fui lá, falei meia hora com um certo Sr. Alexandre, o gerente, e a coisa se esclareceu: o banco depositara o dinheiro dela na conta de outro cliente e o Sr. Alexandre acha que "não tem nada demais carimbar um cheque e devolvê-lo com "sem fundo". O mesmo Itaú, noutra agência — Posto 1, da agência Clélia — levou 40 dias para fazer a remessa de um dinheiro para Recife, embora tivesse cobrado a taxa de telex para depositar no dia seguinte.

Quer dizer: como eu não sou a única vítima da ineficiência dos bancos, esses exemplos provam que a qualidade do serviço bancário está caindo na proporção inversa à expansão dos seus lucros. O que se pode fazer?

No setor automobilístico, nos momentos em que o mercado está forte e reagindo bem à produção das fábricas, os revendedores sempre encontram uma fórmula de cobrar além dos preços da tabela. O "por fora" nunca é pedido descaradamente. Sempre vem acompanhado das desculpas conhecidas e mal alinhavadas sobre preços de frete e seguros de transporte, equipamentos extras que já saíram colocados da própria fábrica, ou mesmo a necessidade de oferecer algum pequeno suborno ao pessoal das montadoras para uma liberação rápida do carro pedido.

O comprador que não está disposto a pagar o "ágio" ou comprar equipamentos muitas vezes indesejados deve ter paciência e perseverança para dar um sinal, digamos de Cr\$ 1.000,00 ou Cr\$ 2.000,00, esperar dois ou três meses e correr o risco de se ver surpreendido por um aumento da tabela. A manobra é tão bem urdida que, para ser esperto, o comprador acaba aceitando a proposta.

Misteriosamente, todas essas alegações usadas pelos revendedores para dar uma suspeita respeitabilidade à instituição do "ágio" desaparecem quando o mercado está em baixa. Neste mês, por exemplo, o comprador poderá encontrar inúmeras marcas de automóveis zero Km vendidas abaixo da tabela oficial das fábricas.

Automóveis

A hora da vingança

Uma época de vendas fracas é o melhor momento para o consumidor descontar as imposições e ágios normalmente impostos pelas revendedoras de veículos.

Basta insistir nos descontos, desviar-se das lojas das grandes revendedoras e procurar a melhor oferta na certeza de que hoje os carros já não saem das fábricas com equipamentos extras e o preço de seguros e fretes inexplicavelmente ficou mais barato.

Em março deste ano ainda reinava a confiança entre os revendedores apesar das vendas estarem apenas normais. Uma rápida pesquisa efetuada na cidade de São Paulo mostrava o seguinte:

Corcel Standard, 1975, duas portas — preço de tabela Cr\$ 33.344,36. Preço à vista pedido pela Cia. Comercial Borda do Campo —

Cr\$ 33.960,00. Preço pedido pela Sonnervig — Cr\$ 33.892,00. Preço pedido pela Cia. Santo Amaro de Automóveis — Cr\$ 33.754,00.

Brasília 1975 — preço de tabela Cr\$ 29.500,00; preço "oficial" das revendedoras com pequenas variações — Cr\$ 32.000,00.

Para se avaliar como em julho a situação mudou, basta uma tomada de preços junto as lojas menores que não dispõem de capital suficiente para aguentar uma retração do mercado e estocar os veículos encalhados. Na semana passada, o Corcel 1975 Luxo (preço de tabela Cr\$ 40.428,00) estava sendo oferecido por Cr\$ 39.500,00 na Christians Ve-

ículos, loja da "boca" formada por ruas da capital paulista onde inúmeros estabelecimentos negociam com carros novos e usados. Na mesma área, a Dinâmica Veículos oferecia o Corcel Standard (tabela Cr\$ 37.935,00) por Cr\$ 36.500,00. O Passat 1.5 2 portas (tabela Cr\$ 43.580,00) era vendido por Cr\$ 42.500,00 na loja da Conselheiro Nébias, 746. No caso do Chevette, as diferenças são bastante mais significativas. O preço oficial é de Cr\$ 35.990,00 porém é possível comprá-lo por até Cr\$ 32.000,00 (rua Conselheiro Nébias, 540) sendo que o preço médio pedido está por volta de Cr\$ 33.000,00.

Talvez indiferentes à concorrência, possivelmente habituados à instituição do "por fora" ou ainda adotando política idêntica à das montadoras, aumentar os preços dá mais lucros, às vezes o suficiente para compensar a queda nas vendas — as concessionárias autorizadas das fábricas, em julho, ainda insistiam na manutenção de preços acima da tabela. Na semana passada, a Santo Amaro Automóveis pedia Cr\$ 2.000,00 a mais por um Corcel Luxo duas portas; e a Brasília exigia quase Cr\$ 1.000,00 a mais por um Passat.

Como no setor automobilístico a tabela só existe para as montadoras, o comprador sem duas saídas: resistir aos pedidos de ágio e especular preços sem constrangimento. Para isso, o momento é favorável.

ECONOMIA

Em conferência na Escola Superior de Guerra, os ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio indicaram a necessidade de reajustes do modelo econômico brasileiro. Simonsen propôs alterações. Severo Gomes defendeu uma reforma mais ampla e ousada



SEVERO X SIMONSEN

MARCOS GOMES

É fora de dúvida que a Escola Superior de Guerra (ESG) constitui, de alguns anos para cá, o mais privilegiado foro de debates existente no país. É lá que periodicamente comparecem ministros de estado para expor seus pontos de vista de forma sistemática e elaborada a uma platéia composta por oficiais e empresários - representação simbólica das forças que constituem a base do regime.

A curiosidade em torno dos recentes pronunciamentos dos ministros Severo Gomes e Mário Henrique Simonsen na ESG talvez seja motivada exatamente pelo tom com que os dois ministros analisaram, cada um a seu modo, as modificações que se estão processando na economia brasileira em virtude da crise econômica mundial. O que se diz perante um auditório tão representativo do "poder nacional" - para empregar uma expressão familiar aos esguedianos - deve necessariamente ser levado em alta conta.

A grande novidade da exposição do ministro da Indústria e Comércio é que ele descobriu que nas recentes conferências internacionais promovidas por organismos da ONU, os países desenvolvidos do ocidente vêm se opondo sistematicamente às mais justas e legítimas aspirações dos países em desenvolvimento. Mais precisamente, Severo Gomes, depois de constatar que uma nova ordem internacional está em vias de se estruturar, afirma que este ordenamento não se efetivará nas bases aspiradas pelos países em desenvolvimento. E cita como exemplo o que ocorreu na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) realizada em março desse ano em Lima, onde pôde constatar pessoalmente "a intransigência - insensível e inflexível" de alguns países industrializados, tendo à frente os Estados Unidos, em face das aspirações dos países subdesenvolvidos. Foi impossível, segundo o ministro, obter-se o consenso em relação a quatro tópicos "tidos como fundamentais pelos países em desenvolvimento". Que tópicos são esses?

- O direito inalienável de cada país exercer livremente sua soberania e permanente controle sobre os recursos naturais de seu território (praticamente todos os países desenvolvidos votaram contra essa declaração).

- O direito e dever de cada país, individual e coletivamente, e como pré-requisito para o desenvolvimento, de eliminar o colonialismo, o "apartheid", a discriminação racial e o neocolonialismo, a ocupação e toda a forma de agressão estrangeira (votaram contra, entre outros, os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e o Reino Unido, enquanto a França, o Japão e a Itália se abstiveram).

- Registrava-se a necessidade de se estabelecer justa e equitativa relação entre os preços das matérias-primas, gêneros de primeira necessidade e produtos manufaturados produzidos pelos países em desenvolvimento e os preços desse mesmo material e dos bens de capital por eles importados (a França foi o único dos grandes países desenvolvidos a votar a favor do registro dessa observação).

- É urgentemente necessário que os países em desen-

volvimento modifiquem seu método tradicional de negociação, para isso conjugando suas forças com o objetivo de reforçar sua posição transacional em face dos países desenvolvidos - como a formação de associações de produtos de matérias-primas - (praticamente nenhum país industrializado aceitou essa declaração).

Na busca de uma explicação que justificasse a posição dos países industrializados em não aceitar na conferência até mesmo "manifestações meramente declarativas e sem quaisquer conotações decisórias", o ministro Severo Gomes descobriu que os países desenvolvidos não estão dispostos a incentivar qualquer tipo de modificação nas relações econômicas internacionais. Diante dos estagiários da ESG ele constatou a "inconformidade dos Estados Unidos em permitir que alguns postulados da nova ordem econômica, apoiados pelos países em desenvolvimento, se concretizem em medidas práticas e efetivas".

Frases como essas talvez soassem normalmente se ditas por economistas como Raul Prebisch, o fundador da Cepal, ou mesmo por liberais-reformistas como o sueco Gunnar Myrdal e o canadense Galbraith, mas ganharam um curioso tom de novidade quando defendidas por um ministro brasileiro na Escola Superior de Guerra. O ministro Severo Gomes teria finalmente descoberto a existência do fenômeno imperialismo?

Os arranhões da esmola

As exposições de Severo Gomes e de Simonsen na ESG não tratam necessariamente dos mesmos temas, mas possuem pontos de convergência e alguns - implícitos - de divergência. Ambos abordam os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira, mas o fazem num tom diferente e apontam rumos que se diferenciam em relação ao que é enfatizado. Simonsen, por exemplo, depois de expor com grande profusão de estatísticas os efeitos da crise nos países desenvolvidos, admite candidamente que "seria utópico imaginar que o Brasil pudesse escapar sem arranhões a toda essa tormenta internacional". Severo Gomes não faz menção aos "arranhões" e afirma mais enfaticamente que "o Brasil, como não podia deixar de ocorrer, foi alcançado pelos efeitos da crise, colocando-se, destarte, no limiar de 1974, em um novo mundo, com o equilíbrio de sua economia sofrendo o impacto de fatores internos e externos".

Simonsen prossegue numa linha quase que linear, explicando alguns reajustes que o governo teve que fazer na economia para enfrentar os dois principais reflexos negativos que a crise internacional provocou no país - o aumento da inflação e a ameaça de estrangulamento na balança de pagamentos - afirmando que a inflação já está contida e o equilíbrio do balanço de pagamentos deverá ser alcançado no ano que vem ou em 1977. Acha o ministro da Fazenda que, feitos os necessários reajustes, o modelo reencontraria seu antigo vigor sem maiores modificações.

O ministro Severo Gomes vai além, ao declarar que "os reflexos no nível de atividades internas decorreram,

sobretudo, de que a economia nacional vinha operando segundo um processo de crescente abertura para o exterior e um modelo de consumo de *bens modernos*, favoráveis ambos à ampliação do grau de interdependência econômica". E em virtude do que já havia constatado anteriormente - de que não acredita na boa vontade dos países desenvolvidos em ajudar os mais fracos a superar a crise - prega "a necessidade de redução da dependência externa e do fortalecimento do poder nacional".

Mas é interessante se comparar algumas declarações dos dois ministros. Enquanto Severo Gomes diz que "o ingresso de capitais estrangeiros na economia brasileira deve ser considerado dentro da nova perspectiva histórica" já que "a participação estrangeira em uma economia, principalmente se essa ainda não se consolidou, pode não corresponder a simples movimentação de capitais em busca de melhores rendimentos, mas sim visar à transferência... de um modelo de desenvolvimento", o ministro Simonsen, às voltas com problemas mais pragmáticos parece estar distante dessas preocupações. Referindo-se aos resultados do primeiro semestre, o ministro da Fazenda diz com ares vitoriosos que o ingresso de capitais estrangeiros tem se mantido dentro das expectativas e que já entraram "2 bilhões de dólares de empréstimos financeiros, 1 bilhão de dólares de financiamentos de agências internacionais e "suppliers credits" e 400 milhões de dólares de investimentos diretos". Assim, conclui ele, "caminhamos para o equilíbrio da balança comercial e de pagamentos". Isto é, todo o esquema de reequilibrar a balança de pagamentos continua montado no ingresso maciço de capital externo - sob a forma de empréstimos em moeda e de investimentos diretos. Diante da fria tranquilidade do ministro Simonsen, que inclusive sempre apresenta números para confirmar suas declarações, não se sabe onde fica a necessidade de se considerar o ingresso de capitais estrangeiros "dentro de uma nova perspectiva histórica" - a opinião manifestada pelo ministro Severo Gomes.

Enquanto Simonsen encerrou sua conferência afirmando que "os nossos recursos naturais e humanos, a dinamismo do nosso empresariado e o pragmatismo da política econômica certamente permitirão que solucionemos a difícil equação que nos foi imposta pelo atual panorama mundial", Severo Gomes preferiu "chamar a atenção" dos ouvintes para o fato de que "desenvolvimento econômico não tem necessariamente conexão positiva com o fortalecimento do poder nacional. Pelo contrário, até, pois o alcance dos objetivos estabelecidos para a nação pode ser comprometido por certas distorções produzidas pelo próprio dinamismo do processo, nem apenas nos setores vitais, pela potencialidade de empobrecimento produzidos pela concentração de renda, mas também pelo fato de um tipo de interdependência econômica que reduz a capacidade de decidirmos sobre o nosso destino".

Certamente os ministros não se fusturaram a respeito de fornecer aos esguedianos um farto material para reflexão. Reflexão sobre o que se prega e sobre o que se vive.

A "geada negra"

A destruição dos cafezais, e dos pastos do sul brasileiro pode provocar escassez no mercado interno e aumentar o déficit da balança comercial

"Hoje em dia, uma geada trará realmente o fim da cafeicultura — que significava essa previsão de João Moreira, presidente do Centro do Comércio do Café do Norte do Paraná, feita no princípio do mês passado?"

A hipótese levantada pelo cafeicultor paranaense João Moreira teve uma trágica confirmação no fim da semana passada, pelo menos para o Norte do Paraná. Ainda é cedo para se arriscar previsões sobre as consequências globais da incrível queda de temperatura. Uma coisa porém é certa: a produção brasileira recebeu um forte abalo, talvez o mais severo de toda a sua história e sua recuperação será mais difícil que a das lavouras de trigo, cana-de-açúcar, arroz, feijão e outras também atingidas.

Já na quinta-feira passada, quando as previsões para o fim de semana eram alarmantes, o presidente do IBC, Camilo Calazans de Magalhães fazia sombrios raciocínios a respeito das fotos transmitidas pelo satélite meteorológico NOAA-3. As largas áreas negras das fotografias do sul brasileiro mostravam a ausência de possibilidades de chuva nos próximos dias. E esse era o sinal agouroso de que as geadas deveriam persistir e aumentar sua força.

A Brasília, onde Calazans aguardava o encontro com o presidente Ernesto Geisel para

relatar a situação e tentar definir providências, chegavam relatos sobre a ocorrência de neve em várias cidades paranaenses e a respeito da desesperadora situação de agricultores paranaenses, paulistas e mineiros que assistiam suas culturas serem destruídas pela "geada negra", a mais temível das geadas, que não forma gelo mas tem uma ação devastadora.

Com ela, as plantações de café, especialmente os três bilhões de cafeeiros novos plantados a partir do plano de erradicação e renovação dos cafezais estavam comprometidas. A "geada negra", atinge não o grão mas as folhas, o caule e as raízes das plantas podendo perder a totalidade das culturas mais afetadas. "A 'ferugem'", praga que afetou largamente os cafezais, enfraquecendo as plantas, contribuiria para que isso acontecesse.

Calazans estimou que a maior parte da safra atual estaria salva pois as colheitas já haviam começado e o fruto eventualmente não retirado é bastante resistente ao frio. O problema é com as safras seguintes. Com os cafezais devastados — um pé de café leva três anos para produzir — a safra 76/77, prevista para 28 milhões de sacas, seria reduzida aproximadamente à metade. O Paraná, onde os efeitos das geadas foram mais intensos, poderia sofrer uma "quebra" de dez milhões de sacas de sua colheita 76/77 caindo de 14 milhões, conforme estava previsto, para

quatro milhões.

Avançando suas considerações, o presidente do IBC previa a redução dos estoques brasileiros de café, fato capaz de abalar a liderança do país nas negociações internacionais futuras. Mas a curto prazo, paradoxalmente, a violenta alta nas cotações internacionais vai aumentar a receita cambial deste ano — o café, em 1974, participou com 12,30% da receita de exportações e, de acordo com os planos do IBC deveria elevar essa participação.

Atualmente os estoques nacionais estão por volta de 21 milhões de sacas (quinze milhões em poder do IBC e seis milhões com particulares). A safra 75/76, iniciada recentemente, deve sofrer poucas "quebras" e atingir, conforme o calculado, por volta de 20 milhões de sacas. Como o consumo total será de 25 milhões de sacas (deztoito milhões para o exterior e sete milhões no mercado interno), é necessário recorrer aos estoques que ficariam reduzidos a dezesseis milhões de sacas. Mantendo-se o mesmo consumo em 76/77 e aceitando a hipótese de uma produção em torno de apenas quatorze milhões de sacas seria necessário recorrer novamente aos estoques que cairiam para o perigoso nível de cinco milhões de sacas muito abaixo do limite considerado razoável (20 milhões). Novos riscos estariam reservados para a safra 77/78 cuja produção também deve ficar aquém do normal



obrigando, possivelmente, a novos saques sobre os estoques que se reduziram a zero.

Os prejuízos, a exigência, novos investimentos e a remota, ainda que possível, necessidade de importar café, certamente obrigaria a uma elevação dos preços internos. O aumento pelo ser maior ou menor a medida em que o governo se disponha a subsidiar ou não a produção.

No mercado exterior, a própria quebra da produção brasileira, as quedas de produção na América Central e Angola, somadas a uma previsível recuperação do consumo mundial se encarregarão de elevar os preços. A inexistência de um acordo internacional — poucos dias antes da geada as negociações entre produtores e consumidores foram suspensas devido a exigências feitas pelos Estados Unidos, consideradas inaceitáveis pelo Brasil — é um fator que contribuirá para a elevação das cotações mundiais.

As primeiras reações dos setores ligados ao comércio internacional surgiram na própria quinta-feira da semana passada. Em Londres, a cotação dos cafés centro-americanos subiu 7%, na quinta-feira e Nova York registrou evolução semelhante: a bolsa fechou no limite da alta permitida em cada dia, 200 pontos. Antes de se conhecer os registros de temperatura da noite de quinta para sexta-feira, comerciantes e agricultores já se articulavam no sentido de fechar todos os registros de vendas, reunir

representantes da Colômbia, Costa do Marfim e Angola — outros grandes produtores mundiais — e reestudar uma nova política de preços.

Para variados setores envolvidos no problema restavam algumas esperanças de contornar a crise e, talvez, sair ganhando com os efeitos da geada. Os agricultores, entretanto, fechavam-se num círculo de desespero: por terem sido assinados no começo do segundo semestre de 1974, os contratos de financiamento da produção estavam fora do recém-criado Proagro, portanto sem direito ao seguro que cobriria as perdas com a geada. Sua única possibilidade de evitar um desastre maior era a prorrogação, por dois ou três anos, do vencimento de suas dívidas com as entidades financiadoras da produção conforme fora sugerido pelo presidente do IBC e admitido pelo governo.

Se no setor cafeeiro ainda existem, do lado da comercialização, hipóteses mais ou menos razoáveis de absorver a devastação das lavouras, as perspectivas de outras culturas afetadas pela "geada negra" eram menos alentadoras. Informações iniciais davam conta de que o trigo estava quase totalmente perdido. Mais tarde, a previsão situava-se com maior otimismo: apenas 10%, estaria perdido. Novas reformulações davam conta de pelo menos 50%, de quebra. O que realmente teria acontecido com essa lavoura? No decorrer desta semana se terá dados mais exa-

tos sobre a situação. De toda forma, é bom contar desde já com um aumento das importações e com novos abalos na balança comercial. O consumo estimado de trigo no Brasil em 1975 será de 4,4 milhões de toneladas dos quais 2,4 milhões deveriam ser supridos pela produção interna e dois milhões por importações. Assim, se as culturas foram afetadas em 50%, por exemplo, será necessário importar pelo menos 3,2 milhões de toneladas o que, os preços atuais, corresponde a quatrocentos milhões de dólares, 150 milhões de dólares a mais do que o previsto. Porém, uma demanda a mais dessa ordem certamente provocará a elevação dos preços internacionais do trigo. Com isso, e apesar de um possível aumento nas receitas do café, poderá aumentar o déficit da balança comercial brasileira.

Em relação à cana-de-açúcar se desconhece ainda a amplitude dos estragos. É possível que as consequências sejam diminutas pois a cultura é mais resistente e inúmeras áreas canavieiras não foram afetadas pelo frio. As safras de feijão, arroz, as plantações de tomates e de outros legumes sofreram bastante e é previsível um aumento dos preços internos e relativa escassez.

Mais séria é a situação da pecuária colhida na época da entressafra, quando os pastos rareiam e o gado está mais fraco. A queima das pastagens pelo frio provocará a fome do gado obrigando a um abate amplo e indiscriminado para evitar que bois, vacas e bezerros morram de inanição no campo. Imediatamente após as primeiras notícias sobre as geadas, o Conselho Nacional de Abastecimento suspendeu o plano de distribuição de carne da entressafra cuja liberação estava marcada para quinta-feira passada. Esse plano dispunha sobre o lançamento no mercado de estoques reguladores mantidos para evitar altas de preço nos meses de estagem. Com a nova situação dos pastos, o setor está envolvido pela incerteza. Porém, é relativamente fácil prever o que o abate e a falta de alimentos para o gado poderá provocar em termos de fornecimento de leite e desenvolvimento do rebanho nacional.

Sela

Evitando o confronto

O governo brasileiro não pode recusar sua participação no SELA. Mas também não pretende ingressar num organismo que está disposto a aceitar um possível confronto

Pouco antes do início da entrevista coletiva do chanceler venezuelano Ramon Escobar Salon — na semana passada, em Brasília — encerrando dois dias de negociações com o governo brasileiro, um diplomata do Itamaraty advertia alguns repórteres para que não se prendessem a "intrigas de coluna social". "Sejam diretos — recomendava — perguntem o que o Brasil e a Venezuela podem fazer juntos."

Em sua invulgar tentativa, o diplomata brasileiro procurava dissuadir especulações em torno das discussões sobre a criação do Sistema Econômico Latino-Americano — SELA. As divergências, entretanto, haviam sido insinuadas pelos próprios homens do Itamaraty e foram confirmadas pela ausência de qualquer declara-

ção conjunta, uma praxe quando se trata de reunião de dois chanceleres. A própria quebra dessa norma talvez já estivesse prevista pois antes da chegada do ministro venezuelano, a diplomacia brasileira informava que as discussões seriam amplas, definindo possibilidades de cooperação entre os dois países e que o SELA — um projeto conjunto dos governos venezuelano e mexicano visando a defesa dos preços e garantia de mercado para as matérias primas do continente, excluindo os Estados Unidos e Canadá — seriam apenas um item.

Ramon Escobar Salon é o terceiro ministro de Estado da Venezuela a visitar o Brasil este ano. Em fevereiro veio o ministro da Fazenda, Hector Hurtado e, dois meses depois, o ministro do Planejamento, Gumerindo Rodrigues. Todas

as visitas incluíram encontros com ministros de diversas áreas — Planejamento, Minas e Energia, Fazenda, Interior — e com setores empresariais. A razão para encontros tão frequentes e diversificados é a possibilidade de uma ampla cooperação econômica entre os dois países: por seu lado, a Venezuela dispõe de uma considerável reserva de petrodólares; o Brasil, cujo desenvolvimento propicia investimentos estrangeiros, possui tecnologia que pode interessar àquele país.

No contato efetuado na semana passada, chegou-se a discutir a criação de empresas binacionais de financiamento, de cooperação técnica e de produção de equipamentos para a indústria petrolífera. No último dia da visita de Escobar Salon, uma reunião de trabalho no Itamaraty foi substituída por um encontro informal entre os dois chanceleres e o ministro Shigeaki Ueki.

A ideia de cooperação econômica tem animado as autoridades brasileiras mas até agora as negociações não saíram da "fase exploratória" como afirmam os venezuelanos. Ao que tudo indica, o SELA é o grande empecilho. Até agora os dois governos permaneceram firmes em suas posições: o Brasil não aceita nenhuma política de confrontação com os Estados Unidos, o grande importador de matérias primas do continente; para a Venezuela, o SELA representa uma manifestação de independência latino-americana e — segundo Escobar Salon — "não se pode reordenar

o mundo sem assinalar limites aos setores de poder, agora mais complexos devido à presença das grandes empresas transnacionais".

Desde que a Venezuela e o México lançaram o projeto de criação do SELA, no início deste ano, a reação do Brasil é evasiva. O Peru foi o primeiro grande país latino-americano a aderir à ideia. Também na Argentina a proposta mereceu grande repercussão.

Em abril, quando já existiam amplos apoios ao projeto, os promotores da ideia, presidentes Andres Peres e Luis Echeverria, iniciaram os contatos a nível presidencial. A resposta do governo brasileiro colocou diversos condicionantes ao SELA. A criação do novo organismo foi considerada útil porém desde que contribuísse concretamente para o aperfeiçoamento da integração entre países latino-americanos e que não fosse considerado um órgão interamericano (pois não inclui todos os países do continente) mas um mecanismo de coordenação sub-regional. Além dessas restrições, o presidente Ernesto Geisel ponderou que "o governo brasileiro estimaria poder contar com tempo suficiente para um estudo aprofundado dos objetivos e funções que se pretende atribuir ao novo organismo".

A sugestão, porém, não poderá ser completamente acolhida. Foi marcada para o dia 31 de julho uma reunião de representantes de todos os países latino-americanos na cidade de Panamá, para definir a



Ramon Escobar Salon

estrutura do SELA. Uma hora antes da chegada do chanceler Escobar Salon a Brasília, o governo brasileiro recebeu do ministro do Patrimônio Nacional do México, Javier Alejo — que passou apenas algumas horas na cidade — o convite oficial para participar da reunião.

Assim, com o problema abertamente colocado, restam duas saídas para a diplomacia brasileira: não participar ou lograr impôr seus pontos de vista (o princípio da não-confrontação com os Estados Unidos). Ambas penosas. Apertadamente, o Brasil não pode negar sua participação do SELA para não criar conflitos com a maioria de seus vizinhos, principalmente com a Venezuela e seus petrodólares. Além disso, seria difícil

imaginar um organismo regional sem a presença do maior país do continente sul-americano dada a sua importância e o volume de seu comércio exterior. Por outro lado, até que ponto é possível evitar a confrontação com os EUA?

Escobar Salon, diz que a intenção do SELA não é agredir ninguém mas "a qualquer iniciativa dos países em desenvolvimento para a defesa de suas matérias primas grandes se sentem agredidos". E lembra o caso da OPEP, da qual a Venezuela faz parte: "Não foi a OPEP que inventou a inflação. Os produtores de petróleo apenas defendem o que é seu; mas é interesse dos grandes jogar a culpa da crise internacional sobre a organização".

CONSTRUÇÃO

O desafio das empreiteiras

Com ameaças e pressões, os empreiteiros paulistas vão conseguindo o que desejam. Agora, eles se preparam para combater o plano ferroviário.

José Thibau

Os industriais paulistas da construção civil permanecem em silêncio desde a reunião com o ministro Reis Velloso e com o secretário de Obras Públicas do Estado, Francisco de Barros, realizada recentemente em São Paulo. A pausa é devida às promessas de imediatas providências para sanar a "crise" que eles estavam enfrentando. Mas tudo indica que o falatório irá recomençar em breve: no dia quatro de agosto, os representantes do setor tem reunião marcada para discutir os seus problemas. E, pelo que já transpirou, é possível que, nesse encontro, os planos ferroviários do governo federal sejam severamente atacados. Consta que os empreiteiros de obras públicas reivindicarão o retorno aos programas de construção rodoviária, a tarefa a que se dedicaram com grande afinco nos últimos anos. Os construtores imobiliários certamente também apresentarão suas reivindicações específicas visando dinamizar sua área de atuação. Tudo isso em nome da necessidade de contornar a "crise" que enfrentam.

Mas afinal, o que é essa crise na construção civil de que tanto se falou nos últimos meses? Talvez seja fácil explicar a construção hoje está se debatendo com os fantasmas de um sonho que ela própria ajudou a criar, o do "boom" imobiliário e de cortar o Brasil com ferrovias de Leste a Oeste, do Oiapoque ao Chuí.

Nos primeiros meses de 1974, os horizontes da construção civil estavam mais róseos de que nunca. Para pro-... se apresentava com o... a carência de mão-de-obra. Falava-se que as construtoras empregavam mirabolantes estratégias para atrair operários. De televisores a cores até táticas de satisfação que qualquer moral puritana condenaria.

No segundo semestre do ano passado, diminuiu o clamor por mão-de-obra. Mas surgiu um outro indicio de que se construa muito no país: a escassez do cimento. Sob pena de paralizi-

zação das obras, a indústria da construção civil defendia com veemência a necessidade de importação do produto.

A orquestração da crise começou, este ano, pelo setor imobiliário. Ou se aumentava o teto de financiamento do BNH de 2.250 para 4.500 UPCs ou o setor enfrentaria uma "crise". As reivindicações, senão sensibilizaram por completo o governo federal, pelo menos chegaram a seus ouvidos e o teto de financiamento do Banco Nacional da Habitação foi elevado para 3.500 UPCs.

Essa reivindicação demonstra exatamente qual era o tipo de problema com o qual as construtoras estavam se debatendo. Toda a programação dos últimos anos foi voltada para o atendimento das necessidades habitacionais da classe média, que pode pagar aproximadamente Cr\$ 400 mil por apartamento. A dificuldade a ser enfrentada era o aumento de preços verificado no ano passado — desde dezembro de 1973, os custos da construção civil aumentaram 56%, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerência — que tomou o preço dessas unidades fora dos alcances de grande parcela dessa classe. Para que a aquisição dos apartamentos e casas fosse novamente acessível, era necessário aumentar a parcela de financiamento do BNH.

Nessa mesma época, os construtores se lembraram também que uma das finalidades do BNH era dar casa própria aos assalariados. E, na tentativa de ampliar sua faixa de mercado, solicitaram ao governo a facilitação da liberação do Fundo de Garantia por tempo de Serviço para o trabalhador que desejasse comprar sua casa própria. No que foram atendidos.

Ainda na área imobiliária, uma reivindicação que demonstra bem o tipo de "crise" é a de tentar obter do governo a criação de novas áreas urbanas, dotadas da necessária infra-estrutura social, para que as construtoras pudessem edificar. Tal proposição nasceu da própria especulação imobiliária

provocada pelas empresas nos últimos anos. No empenho de construir rapidamente para atender a um mercado francamente comprador, elas não se detiveram diante dos preços dos terrenos situados em zonas razoavelmente urbanizadas das grandes cidades. Da concorrência à supervaloração, o caminho foi curto e, hoje, o preço de um bom lote está tão alto que se torna praticamente proibitivo.

Esses pedidos de apoio ao governo mostram que o setor imobiliário, na verdade, estava vendo os caminhos que escolhera para obter lucros povoados por inesperados obstáculos, oriundos dos problemas econômico financeiros do país e das próprias alternativas adotadas. Como uma mudança de orientação é medida trabalhosa e não muito lucrativa, pelo menos enquanto é implantada, é mais fácil tentar abrandar os obstáculos e seguir a mesma trilha.

A falência, o desemprego, a crise

Mais bombástica, entretanto, foi a "crise" alardeada pelos empreiteiros de obras públicas de São Paulo. Subitamente, no mês passado, foram jogadas ao ar sérias ameaças de problemas sociais: os empreiteiros estavam sem obras, o Estado lhes devia dinheiro e, em função disso, Henrique Guedes, presidente da Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas, anunciava que mais de cinco mil trabalhadores já haviam sido despedidos. Se o governo não tomasse providências imediatas, até o fim do ano o número de desempregados alcançaria o extraordinário número de 100 mil operários. Uma crise social.

Para os homens da construção civil, a origem dos problemas era muito clara. Desde março deste ano, quando houve a troca dos governos estaduais, as obras estavam paralizadas, novas concorrências deixaram de ser feitas e o Estado devia Cr\$ 2,5 milhões, dos quais grande parte às empreiteiras. Por motivos insuficiente-

mente esclarecidos, a culpa pela situação foi imposta à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e, como consequência, à discutida política de distensão dos planos federais. Ao sair de uma reunião com o ministro Reis Velloso, Eduardo Celestino Rodrigues, diretor da construtora Cetenco, num momento — ao que dizem, não raro — de destempero afirmou: "A abertura política está atrapalhando nossos negócios". Com essa nostálgica declaração, Rodrigues, classificado pelos amigos como "muito franco, às vezes rude", queria atribuir todas as dificuldades empresariais à demora da Assembléia paulista majoritariamente na oposição — em aprovar os nomes dos diretores de alguns departamentos da Secretaria de Obras, sem os quais era impossível assinar novos contratos.

Na reunião com Velloso, não houve propriamente um inquérito sobre a situação da construção civil. Dados como o do Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial de Minas, dando conta que a produção nacional de cimento, este ano, atingirá 17 milhões de toneladas enquanto o consumo previsto é de 17,1 milhões de toneladas, não chegaram a ser de batidos. Do ponto de vista dos empreiteiros, entretanto, ela parece ter sido bastante proveitosa. Eles receberam promessas de crédito aos Estados para dinamização das obras e o Ministério dos Transportes, foi acionado para conceder mais verbas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Poucos dias depois, o secretário de Obras de São Paulo anunciou que o governo paulista receberia, em agosto, Cr\$ 1 bilhão, boa parte destinada à implementação de novas obras e ao pagamento das dívidas. O bombástico esforço dos empreiteiros, portanto, surtira rápidos resultados.

Mas eles não pareciam estar satisfeitos. A nova orientação federal, no sentido de desocelevar a construção de rodovias em benefício do plano ferroviário não é de seu inteiro agrado. Principalmente por que a grande maioria estava totalmente engajada na construção rodoviária — Transamazônica, Imigrantes, que foi paralisada, Rio-Santos e outras obras polêmicas — e não pretendem recular seus equipamentos em função de novas prioridades. Seria essa, provavelmente, a origem de algumas notícias sobre a falta de verbas para o plano ferroviário, sobre o atraso das obras e suas insupportáveis dificuldades.

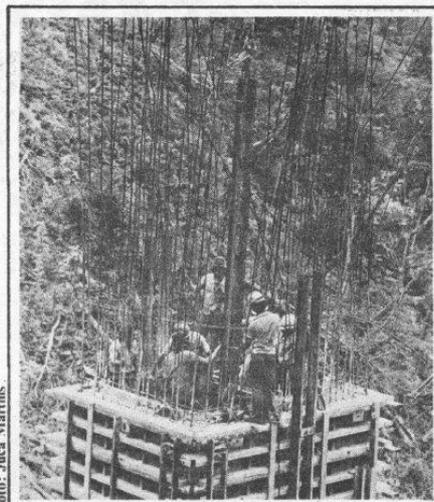


Foto: Juca Martins

Imobiliárias: um recorde no meio da "crise"?

No meio de informações divergentes e contraditórias a respeito da real situação do mercado imobiliário, em São Paulo, na semana passada, as redações dos jornais paulistas receberam uma pesquisa "que desmente qualquer afirmação de crise no setor". Realizado pela "Equipe", empresa de promoções e trabalho alinha alguns dados estatísticos que demonstram o razoável vigor das imobiliárias.

Segundo o relatório, no primeiro semestre de 1975 foram lançados à venda em São Paulo 224 edifícios de apartamentos e 36 de escritórios. Essas cifras são bastante significativas tendo em vista que, em igual período do ano anterior, o número de prédios destinados a residência foi de 143 e os para fins comerciais 16. A elevação, portanto, seria de 56,6% e 125%, respectivamente.

Ainda de acordo com a "Equipe", os aumentos de preço verificados entre junho de 1974 e junho de 1975 foram de 60% a 90%, dependendo do tipo. "Os aumentos mais moderados — informa o relatório — foram nos preços dos

apartamentos vendidos através do Sistema Financeiro da Habitação, atingiram 60,1%. Os preços dos escritórios comerciais se elevaram em 66,6%, e os apartamentos de mais luxo, vendidos com financiamento convencional, isto é, fora do S.F.H., tiveram seus preços acrescidos de 90,3% em média.

Assim, os preços médios por metro quadrado acresceram da seguinte forma: apartamentos a venda pela S.F.H. — Cr\$ 1.826 (junho de 74) para Cr\$ 2.915 (junho de 1975); apartamentos vendidos com financiamento convencional, inclusive os de luxo — Cr\$ 1.841 (junho de 74) para Cr\$ 3.503 (junho de 1975) e escritórios comerciais — Cr\$ 2.500 (junho de 74) para Cr\$ 3.503 (junho de 75). O levantamento dessas informações foi feito através de anúncios em jornais. Dessa forma, é possível estimar que os preços médios reais situem-se 10%, ou 20%, acima pois, como regra, as construtoras divulgam o custo das unidades mais baratas de um edifício, em geral apartamentos ou escritórios situados nos fundos, nos andares mais baixos ou mais altos, etc.

SOLÚVEL

Uma crise artificial

O Jornal do Brasil atribuiu tantos erros e pecados ao atual presidente do Instituto Brasileiro do Café, Camilo Calazans, que nem mesmo a carta de esclarecimento do presidente da Associação dos Fabricantes de Café Solúvel, Benjamin Belinki, publicada há 15 dias, ajudou a esclarecer a crise que levou a companhia Dinamo de café solúvel a concordata. Para o jornal, a Dinamo era vítima da incompetência do IBC. Para o juiz Gusmar Alberto Visconti de Araújo, da 2ª Vara de Petrópolis, a concordata se justificava graças "a fatores preponderantes que levaram a empresa a uma difícil e insustentável situação financeira".

Os diretores do IBC, dirigentes de outras fábricas e os meios cafeeiros acham que o caso da Dinamo é um problema individual. Comentam-se que a empresa devia cerca de 60 milhões de cruzeiros ao Banco Independência-Decead de Investimentos (do grupo FEB-Ducal) e esperava ansiosamente a liberação de uma partida de café em condições especiais do IBC para salvar-se. Como não apre-

sentou garantias suficientes — seu passivo alcançaria os 150 milhões de cruzeiros —, o café não veio. Veio a concordata.

Outra empresa, de São Paulo, a Domingum, também não recebeu o café especial e seus diretores se recusam a falar à imprensa sobre o futuro da empresa. Ela poderá passar às mãos do Banco do Estado da Guanabara, que na qualidade de liquidante do Banco Hules, é credor de uma dívida vencida dos diretores da Domingum.

Café especial: novo ingrediente para nosso solúvel

A história do café especial surgiu em dezembro do ano passado, quando o Conselho Monetário Nacional, atendendo aos pedidos dos fabricantes de solúvel, às voltas com queda de preços internacionais, elevações dos preços do café (matéria prima) no mercado interno e queda do volume de exportações — liberou um milhão e 500 mil sacos de café do grupo 2 — estoque velho, sem condições de exportação — ao preço de 450 cruzeiros a saca, para pagamento em dois anos, sem juros. Essa quantidade abasteceria

todas as fábricas, durante um ano. Depois disso aguarda-se a melhoria de preços e de volume de vendas — e todos ficarão felizes. Na verdade, a situação dos 11 fabricantes de solúvel era crítica, pois os preços caíram de US\$ 1,40 para US\$ 1,13 a libra peso (440 gramas) e os tradicionais importadores, com imensos estoques, reduziram suas compras para forçar uma baixa ainda maior das cotações. Como o setor de solúvel representa 100 milhões de dólares nas exportações brasileiras, o IBC e o Conselho Monetário decidiram oferecer esse ingrediente novo às empresas: café verde a preço de banana.

Aprovada a resolução, veio a euforia. A Cacique (Ider) receberia cerca de 550 mil sacas, a Domingum 200 mil, a Dinamo outro tanto (200 mil sacas significam 90 milhões de cruzeiros, a vista) até a menor empresa — a Vigor — quem caberia a cota de 80 mil sacas. Depois da euforia, vieram algumas exigências acatadas: o Banco do Brasil só entregaria o café em troca de 51% dos ações vigantes — que ficariam canceladas até o pagamento total da dívida — e pediria ainda o balanço das empresas para examinar sua situação. Condições — como se vê pouco draconianas, considerando que

as fábricas estavam recebendo café pela metade do preço — daqui a 24 meses — no vencimento — uma saca valeria o dobro. A Dinamo não pôde apresentar essas garantias — tinha um passivo muito alto. A Domingum também não as ofereceu, porque seus diretores estão sendo acusados de pagadores inadimplentes do B.E.G. A Nestlé também não se apresentou, porque suas ações não poderiam sair da Suíça para caucionar operações no Banco do Brasil. A Frusil (ligada ao grupo Coca Cola) também não recebeu café especial, pelos mesmos motivos das outras empresas estrangeiras.

Todo mundo ligado ao mercado cafeeiro entendeu a concordata e já esperava que o Banco Independência-Decead de Investimento fosse nomeado comissário pelo juiz; só não se entendeu a campanha de difamação que alguns jornais comandaram contra o IBC, apenas por não haver entregue café sem um mínimo de garantias.

Há apenas um problema que deixa a área do solúvel em suspense: não vai o governo dos Estados Unidos considerar esse café especial como subsidiado e exigir novas sobretaxas — protecionistas (E.A.).

LEITE

Para compreender o produtor

Os produtores estão reivindicando novo aumento para o leite tipo C — o de maior consumo popular) que passaria a custar Cr\$ 2,20 para o consumidor, em vez dos Cr\$ 1,90 atuais. O produtor passaria então a receber mais 40 centavos por litro, conseguindo Cr\$ 1,75. O Conselho Nacional de Abastecimento está estudando o pedido dos produtores e talvez o aprove.

Para preparar o espírito dos consumidores — para esse aumento — a Associação da Campanha Educativa do Leite (ACEL) publicou um grande anúncio em um jornal carioca dizendo que "estamos em plena entressafra" e que essa é a época em que "o produtor trabalha dobrado, arando e adubando a terra, preparando pasto, transportando o alimento dos silos para os currais duas vezes por dia, comprando mais ração, procurando orientação e assistência de agrônomos e veterinários. Entressafra é uma época muito dura, difícil, que muito pouca gente compreende".

É recomendada ao consumidor que "procure entender os problemas do produtor de leite".

Por mais duro que seja o trabalho do produtor e por maior que seja a compreensão do consumidor, é difícil engor o atual pedido de aumento de preços do leite tipo C. Entre agosto de 1974 e maio de 1975, segundo o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, os preços de quase todos os insumos para a pecuária leiteira caíram e apenas dois (fertilizantes de trigo com mais 16% e sal com mais 8%) aumentaram. Enquanto isso o preço para o consumidor cresceu 35,7% e os preços médios recebidos pelos produtores se elevaram em 34,5%. Portanto, a rentabilidade dos produtores de leite (que atingiu níveis razoáveis quando se estabeleceu o preço de Cr\$ 1,90) não caiu nos últimos meses.

Pelo contrário com a queda dos preços da maioria dos insumos deve ter se aumentado (R. Bueno).

O MUNDO

O afastamento de Isabelita parece ser apenas uma questão de quanto tempo é necessário para formar um gabinete de coalizão nacional

ARGENTINA

DA CRISE AGUDA À CRÔNICA

As modificações no gabinete, o afastamento de Lopes Rega, a morte do prefeito de La Plata, a carta bomba enviada ao presidente do Senado que explodiu no Congresso, a ameaça de novas greves — nada foi capaz de alterar a situação argentina na última semana. Ao contrário: da fase mais aguda da crise, passou-se rapidamente à crônica, sem que absolutamente nada de fundamental tivesse mudado.

Como era de se esperar, Lopes Rega continua sendo o presidente de fato dos argentinos e, de prática, houve apenas a sua mudança do palácio presidencial de Olivos para a quinta de Gaspar Campos, onde, um dia após sua saída do ministério, promoveu uma reunião do gabinete com a participação de Maria Estela de Perón.

Chamado pelos observadores políticos de gabinete de "vacaciones de julho", o novo ministério da presidente Maria Estela será provavelmente o último. Seu pedido de licença da presidência só não foi aceito ainda pelos militares porque continuam as confabulações para se encontrar a saída da crise através de um ministério de coalizão nacional.

Dentro desse "golpe institucional", a solução que os militares tem para não assumir diretamente o poder de um país cuja economia está à beira da



insolvência, o presidente do Senado, Italo Luder, seria o representante da coalizão, no cargo da viúva de Perón.

Mesmo que ultrapasse o prazo das férias de julho, o novo gabinete terá vida curta, assim como o afastamento de Maria Estela de Perón é apenas uma questão de tempo, enquanto amadurece o "golpe institucional".

Nenhum líder ou representante dos mais influentes setores de opinião pública tem condições, no momento, de assumir isoladamente o poder. Preocupada em reassumir o controle das suas bases, a poderosa CGT, principal herdeira de um peronismo sem Perón, fica na tragicômica situação de ser obrigada a contestar o governo, para lutar pelas reivindicações trabalhistas e, ao mesmo tempo, preservar a mística da viúva do caudilho... Um dos principais editores do jornal "La Opinión", o primeiro a sair a campo para enfrentar o então intocável Lopes Rega, ri às gargalhadas ao comentar as mudanças no ministério, mas garante: "Não existe nenhum perigo de guerra civil, nem poderia haver. Para isso, seria necessário que o país estivesse dividido em dois. E o que vemos é todo o país unido contra um homem: Lopes Rega".

Apesar desse consenso nacional, o ex-mordomo de Perón e ex-policial (entre 1950 e 55) continua comandando o destino de 24 milhões de argentinos, sob a influência dos astros, auxiliado nessa tarefa pela Aliança Anticomunista Argentina, principal instrumento do estado policial que criou para se manter no poder.

Pouco importa que diariamente jornais, promotores e deputados o denunciem pela

prática de crimes, apontando-o como o principal mentor da AAA, sem falar em escabrosos casos de corrupção no governo, como a compra de petróleo da Líbia por um preço superior ao do mercado mundial.

Agora, parece que nem mesmo seu definitivo afastamento do governo teria o dom de pacificar a Argentina. Mais do que o terror implantado por Lopes Rega, a rebelião dos liderados com a linha ortodoxa dos peronistas da cúpula da CGT será um elemento decisivo no desdobramento da crise argentina. Em Córdoba, os acontecimentos das últimas semanas já deixaram suficientemente claro que lá a CGT perdeu suas funções de órgão auxiliar do governo peronista. A cada dia ganham mais força as "Mesas Provisórias de Trabalho" formadas pelas comissões internas dos sindicatos, responsáveis pelo movimento de base que esgotou na greve geral e na contestação à política econômica introduzida pelo engenheiro hidráulico Celestino Rodrigo, preposto de Lopes Rega e amigo do capital estrangeiro no Ministério da Economia (onde continua, apesar de todas as previsões em contrário).

Até que ponto essas "Mesas Provisórias de Trabalho" espelharão pelo "gabinete de coalizão nacional"? E os militares? Se Perón representava há dois anos a "esperança dos desesperados", como se costumava dizer na Argentina, os militares temem que, agora, as opções dos desesperados se fixem exatamente na esquerda do peronismo, proscribida pelo caudilho, no seu famoso desabafo do 1º de maio do ano passado, o último de sua vida.

A inflação sem freios, a deterioração crescente dos salários, a falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade — tudo isso cria um clima propício ao desespero que o "gabinete de coalizão" pretenderia evitar. Se ainda tiver tempo, evidentemente — e se a coalizão for possível.

OEA

O fim do bloqueio

Desta vez, Cuba tem maiores possibilidades de receber os votos necessários para voltar à OEA

Quando, na quarta-feira passada, começou em San José, Costa Rica, a reunião da OEA que, de princípio, destina-se a modificar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR (também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro), estava perfeitamente claro que o principal problema a ser discutido era o levantamento do bloqueio econômico e diplomático imposto a Cuba em 1964. Hoje, após 11 anos de isolamento do regime castrista, acredita-se que as sanções serão suspensas. Para tanto, é preciso que os chanceleres aprovem um dos anteprojetos de reforma do TIAR, referente ao artigo 17, que estabelece a necessidade de dois terços de votos favoráveis ao levantamento das sanções impostas a qualquer país.

A modificação, anteriormente aprovada pela comissão de reforma do sistema interamericano, prevê a redução do quorum de 12 para 10 de "maioria absoluta" (metade mais um). No entanto, a presente reunião da OEA não tem poderes para suspender o bloqueio econômico a Cuba. Pois, mesmo que a mudança do quorum seja aprovada, esta só poderá vigorar quando for ratificada pelos 21 signatários do Tratado de Defesa Mútua da OEA, o que provavelmente exigiria alguns anos. Por isso, o chanceler costarricense Gonzalo Falcón iniciou gestões para que o conselho permanente da OEA se reúna em San José, logo após o término do encontro que está discutindo o TIAR e decida definitivamente o problema de Cuba.

Caso se concretize a reforma do artigo 17 e essa reunião extraordinária, é praticamente certa a suspensão do bloqueio, pois, para que isso se realize, serão necessários somente 12 votos (dos 21 signatários do organismo). Provavelmente já garantidos: da última vez que a OEA se reuniu (Quito, novembro do ano passado), 12 países votaram pela revogação do bloqueio, 6 se absteram (caso do Brasil e dos EUA) e os outros 3 votaram contra.

Então, Cuba não representa mais um perigo para a segurança do hemisfério? Primeiro, é preciso considerar que as posições de Havana mudaram bastante: no mês passado, numa reunião que se realizou em Cuba, os dirigentes comunistas das Antilhas e da América Latina resolveram retirar seu apoio aos movimentos de guerrilha, afirmando, na mesma ocasião, que a melhor via para o socialismo era a política pró-soviética, das lutas democráticas contra o imperialismo. Seria isto um reconhecimento à detenção?

Por outro lado, no mesmo dia que começou a reunião de San José, Kissinger declarou, em Milwaukee, que "os Estados Unidos estavam dispostos a manter um sério intercâmbio com Cuba". Se bem que a diplomacia de Kissinger não tenha levado muito a "sério" nos últimos tempos, o certo é que, no momento, os EUA estão decididos a lutar pela suspensão do bloqueio — como indicam os correspondentes estrangeiros que estão na Costa Rica. Resta esperar o término da reunião, no próximo 28, para saber se Cuba voltará à OEA.

ORIENTE MÉDIO

A paz provisória

Contrariamente ao que ocorreu em março desse ano, quando a imprensa internacional apresentava as fotografias de um Kissinger deprimido pelo fracasso de sua estéril missão mediadora, Israel e Egito caminham para mais um acordo provisório de separação de suas forças militares no deserto de Sinai.

Poucos dias antes da recente reabertura do Canal de Suez, um expansivo Sadat despediu-se do presidente Ford em Salzburgo com largos sorrisos. Há uma semana, o discreto Rabin, primeiro-ministro de Israel, deixava Kissinger em Bonn, sem contudo disfarçar um otimismo ultimamente desaparecido das fisionomias dos políticos israelenses. A ameaça do Chanceler egípcio Ismail Fahmi de não renovar o mandato das forças de paz que hora expira, revela a ansiedade do governo egípcio para que Israel decida-se o mais rápido possível. A calma, estudada do governo israelense tem por objetivo ganhar mais tempo afim de estudar exaustivamente todos os aspectos do que se constituirá em uma cartada importante no jogo futuro político de Israel: a devolução de mais alguns quilômetros na área dos estratégicos desfiladeiros de Mitla e Giddi e a restituição ao Egito dos poços petrolíferos de Abu Rodeis. Mesmo não os devolvendo diretamente aos egípcios — entregando o controle dos desfiladeiros a civis norte-americanos — o governo estaria abrindo mão de um dos mais preciosos unfos que dispõe para contrabalançar a

superioridade numérica egípcia. Mas o fato de que mesmo um "duro", como o ministro da defesa de Israel, Shimon Peres, até agora não tenha se manifestado contrariamente a essa perda parece indicar que (primeira hipótese) o Egito está disposto a conceder o que recusava em março a Kissinger — um acordo formal de não beligerância — ou que a tecnologia defensiva israelense tenha se desenvolvido o suficiente para rechazar um ataque egípcio mesmo sem o controle dos passos de Mitla e Giddi (segunda hipótese). Mas o que parece mais provável é que o Egito tenha oferecido aos Estados Unidos garantias suficientes de não-beligerância, mesmo que não de maneira formal (isso colocaria o Egito em situação delicada com seus aliados árabes, que haviam concordado em não assinar tratados isoladamente com Israel). Essa parece ser a hipótese mais provável e em oca, aparentemente, os EUA teriam oferecido aos egípcios a garantia que logo em seguida forçariam Israel a negociar também com a Síria.

De fato, essas negociações parecem ter atingido um ponto em que Israel nada mais tem a negociar com os egípcios e sim com os EUA. Querem um prazo maior (dois ou três anos) antes de reiniciar as negociações com a Síria, prazo que os EUA consideram inaceitável pelo Egito.

Quanto à devolução dos poços de Abu Rodeis, Israel não se sentiria prejudicado. Aparentemente, os EUA garantirão o fornecimento do

petróleo que era suprido a Israel pelo poço de Abu Rodeis.

Assim, caso se concretize o acordo, o Egito receberá áreas na região dos passos e o poço de petróleo, além de um pequeno presente americano: a remessa de dólares e a ajuda para a construção de uma usina. Israel também teria algumas vantagens com o acordo. Com a paz provisória, o Estado judeu poderá resolver uma série de problemas econômicos, desmobilizando parte do pessoal engajado. Uma nova política econômica, que não prejudicaria a classe média, poderia ser estudada, aumentaria a confiança popular no atual governo.

Mas quem ganhará mais com o acordo. Israel ou Egito? Pelo menos, em termos práticos, a resposta parece espantosamente simples: ganharão os Estados Unidos. Primeiro, reduzindo a tensão na área, diminuem a médio prazo a possibilidade de um novo conflito e consequentemente um novo boicote petrolífero como em 73. Em segundo lugar, afastarão delicadamente a URSS da região por mais tempo. E, capitalizando todas essas vitórias, ganha o presidente Ford tentos importantes na sua campanha de reeleição: árabes e judeus nos Estados Unidos representam mais de 5 milhões de eleitores.

Quanto à paz, as perspectivas são menos otimistas. O acordo pode ser rompido logo que as duas partes usufruam dos benefícios imediatos. E os pontos mais importantes do conflito não chegaram sequer a ser discutidos: o problema entre Israel e os países árabes — que tentaram brevemente expulsar Israel da ONU — e finalmente, o crucial problema dos refugiados palestinos, talvez o mais urgente de todos e talvez o último a ser cogitado.

Espanha

Bascos na Plaza

nenhum membro desse comando de extrema-direita foi ditado. Esses guerrilheiros têm se especializado em ações punitivas nas províncias bascas da França: atravessam ilegalmente a fronteira para punir não só os militantes do ETA que aí se refugiam, mas também seus parentes. No entanto, surge a impressão que toda esta violência não tem sido suficiente para desbaratar o ETA, como demonstra o contra-ataque desta organização que, depois do 25 de abril, executou um policial em Bilbao e dois membros da guarda-civil em Guernica.

Mas, apesar do sucesso de várias "ações armadas" (assaltos a bancos, o famoso atentado que matou o almirante Carrero Blanco, etc), o ETA atravessa — desde sua criação, no início da década de 60 — sucessivas crises dentro de suas próprias fileiras. Pois, muitos militantes que trabalham nas "frentes cultural e operária" da organização, não estão de acordo com os métodos da "frente militar". Desde

1970, o crescimento da militância nas frentes operárias (que lutam por um movimento de massa) tem contrastado com o progressivo isolamento do braço militar do ETA, mas, por enquanto, os quadros militares continuam ativos, como se pode ver pelas recentes execuções.

Além disso, as diversas tendências do movimento separatista divergem também quanto ao futuro do "País basco": o objetivo final é a libertação nacional ou a autodeterminação? No momento, pelo menos, parece impossível que as várias tendências se unifique numa Frente Unica; muito ao contrário, o que tem se verificado é a autonomização de cada uma das frentes.



O RETORNO

Ha 12 anos, Cuba pretendia criar "um, dois, três, muitos vietnãs". Por isso, foi submetida a um bloqueio continental. Os vietnãs não se concretizaram nem o bloqueio surtiu efeito. Agora, sob o patrocínio da distensão entre os EUA e a URSS, os americanos trabalham para romper o bloqueio e reintegrar Cuba na América Latina, enquanto Cuba renuncia definitivamente à exportação da revolução.

Camarada Krushev "perdió los cojones". Fidel Castro, o primeiro ministro de Cuba, estava bem furioso quando dirigiu esses insultos ao então dirigente máximo soviético. Momentos antes, ficara sabendo que Krushev havia negociado com o presidente americano, John Kennedy, a retirada de bases de mísseis soviéticos que havia instalado em Cuba. Assim, há 12 anos, a "crise dos mísseis" ficara resolvida. E, para evitar que o exemplo cubano se alastrasse pela América Latina, Kennedy adotou ainda outra medida: o bloqueio econômico da ilha, medida logo endossada pela OEA, Organização dos Estados Americanos.

O que se seguiu foi mais ou menos previsível. O bloqueio econômico não foi efetivo e talvez tenha colaborado apenas para que Cuba procurasse sair do isolamento pela força, criando aliados na América Latina. Por outro lado, durante algum tempo os cubanos cultivaram um certo ressentimento contra a União Soviética mas, nunca puderam dizê-lo abertamente e acabaram na dependência econômica de seu aliado transcontinental. Por algum tempo ainda ensaiaram uma "via cubana do socialismo", esperança de poder um dia se tornar mais independente do aliado distante e se aproximar mais da América Latina.

Com a ilha isolada, a aproximação com os vizinhos da América ficou sendo um objetivo audacioso que implicava necessariamente num conflito aberto com os EUA. É verdade que antes mesmo da expulsão da OEA e do bloqueio, os dois países já tinham iniciado uma política de guerra clandestina: os Estados Unidos, com a invasão da Baía dos Porcos por um exército de mercenários treinados pela CIA; e Cuba, com a tentativa de desembarcar homens e armas na Venezuela (este, aliás, o motivo formal de sua expulsão da OEA).

Por volta de 1965, a estratégia cubana de libertar o continente da dominação americana assume uma forma teórica nos livros de um jovem filósofo francês de certa forma apaixonado por uma espécie de arma romântica que a revolução cubana despertava. Principalmente em seu livro "a Revolução na Revolução", Régis Debray afirmava que as táticas dos Partidos Comunistas "ortodoxos" estavam irremediavelmente condenadas ao fracasso e que seus dirigentes não passavam de "oportunistas que traíam a classe operária". Propunha, em contrapartida, a criação de "focos guerrilheiros" nas áreas rurais, que por si só seriam capazes de desenvolver as condições subjetivas para fazer as populações aderirem à revolta. O próprio Debray, acompanhado de Ernesto "Che" Guevara, foi o primeiro a por em prática essa teoria. Debray acabou preso e Guevara morto na Bolívia; ao mesmo tempo em que eles pensavam em iniciar uma revolução com um reduzido grupo de combatentes, os conselheiros americanos também tinham se movido na mesma direção, treinando elites militares anti-guerrilheiras com muito mais recursos, em todos os países em que os "focos" foram instalados. Isolados das populações, foi relativamente fácil para os exércitos locais executar uma tarefa cirúrgica de removê-los.

A partir da conferência da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade) em 1966 alguns movimentos revolucionários latinos decidem que obteriam armas e dinheiro para a revolução nos "próprios quartéis e bancos da burguesia". Apoiados e incentivados por Havana, em vários países surgiram dissidências dos partidos comunistas "ortodoxos", entre os quais o mais ativo foi o dos Tupamaros uruguaios. No início, os arrojados métodos dessas organizações pegavam de surpresa as forças governamentais, obrigando-as em alguns momentos a ficar na defensiva. Na medida porém em que os exércitos assumiram maior participação nessas lutas, auxiliados pelos EUA, a guerrilha urbana experimentou uma série de reverses e pouco a pouco perdeu toda sua força.

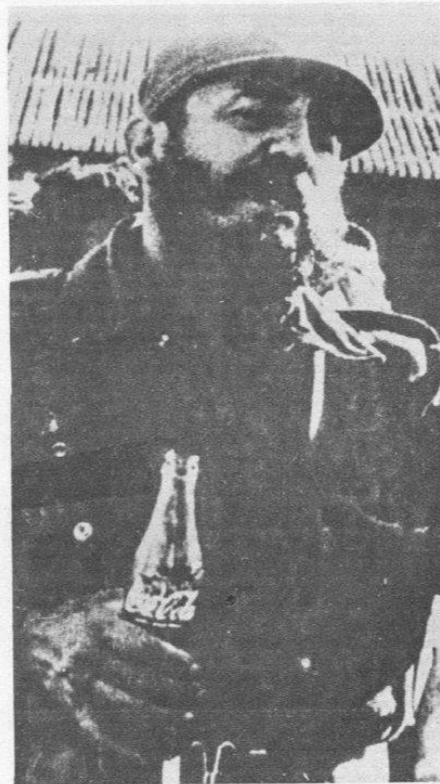
Ao lado dessas derrotas na política externa, Cuba também sofreu derrotas internas que colocariam em segundo plano a exportação da revolução. Em 1970, o fracasso da safra de açúcar — que se alardeava antes como uma tarefa a se preparar como uma vitória revolucionária — provocou grandes privações na população cubana e a decisão de se afastar cada vez mais da criatividade e originalidade inicialmente imaginados. Optava-se em troca por métodos ortodoxos e seguros, aconselhados pelos soviéticos.

Os primeiros sintomas de que Cuba abandonaria o romantismo dos primeiros anos da revolução seguiram-se a esses desastres. Em fins de 1971, Fidel Castro impõe algumas condições para aceitar em sua ilha os aviões sequestrados - forma de ação política que floresceu nesse período que se seguiu à derrota da criatividade e originalidade inicialmente imaginados. Optava-se em troca por métodos ortodoxos e seguros, aconselhados pelos soviéticos.

rotineiras - tornaram-se cada vez mais escassas.

A eleição do presidente socialista chileno Salvador Allende pareceu oferecer novos elementos para reflexão e indecisão. A vitória eleitoral por um lado contrastava com os métodos de guerrilha e podia ser confundida com uma vitória das teses dos partidos comunistas tradicionais. Mas por outro, oferecia a Cuba uma possibilidade longeamente sonhada de um aliado na América Latina.

Fidel ainda se mostrava incrédulo: ao visitar o Chile em novembro de 1972 pronunciou um pesado discurso de advertência sobre os perigos de se confiar na vitória eleitoral. Para percorrer o longo caminho até o socialismo, Fidel recomendava a formação de brigadas populares, integradas por estudantes e trabalhadores, que aos poucos deveriam substituir o antigo aparelho militar do Estado. Assim, enquanto durou a trajetória chilena para o socialismo, de certa forma Cuba manteve seu apoio às



organizações guerrilheiras, notadamente o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária). Mas iniciou também o caminho para o descongelamento do bloqueio, que parecia oferecer algumas perspectivas, desde que se consolidassem novas experiências como a chilena, a peruana e a panamenha, e a tentativa de frente ampla no Uruguai.

Em fevereiro de 1973 Cuba deu o primeiro passo no sentido de desbloquear-se ao assinar com os Estados Unidos um acordo sobre pirataria aérea, que iria por fim definitivamente aos sequestros de aviões. Respondendo ao gesto cubano, o secretário de Estado americano Henry Kissinger colocava apenas uma condição para que as nascentes possibilidades de diálogo dessem mais um passo à frente. Kissinger pedia a Cuba que, como condição fundamental para o diálogo, parasse de "exportar a revolução".

Com a queda de Allende, em 1973, Fidel parece ter perdido as esperanças de que surja a curto prazo um governo amigo na América Latina e começa a dar mostras de que sua estratégia toma um caminho novo-o da diplomacia. E um caminho a princípio pouco definido, mas aparentemente mais seguro desde que se inscreva numa conjuntura mundial de distensão entre os EUA e a URSS.

A União Soviética entra mais decisivamente na história no início do ano passado, com a visita de Leonid Brejnev a

Havana. O discurso de Brejnev é claro: condena a "exportação da revolução" afirmando que cada povo tem de fazer sua própria libertação com suas próprias forças e dentro de suas condições específicas. Fidel ainda vacila: mas nesse tempo, a estratégia diplomática começa a parecer definitivamente mais proveitosa. Os governos militares do Panamá e do Peru pareciam bons começos - embora Fidel os apoiasse com cautela. A Argentina rompia o bloqueio econômico, desafiando os EUA para vender veículos à ilha. Alguns países adotam a causa da volta de Cuba à OEA, formando dentro do organismo interamericano um bloco em alguns momentos até passional. Quanto aos EUA, o presidente Nixon, aquele que parecia ser o principal inimigo dos cubanos, caía fragorosamente, ironicamente destruído em parte pelos cubanos anticastro que participaram da invasão de Watergate.

A nova estratégia: apoiar as nações progressistas contra os EUA

Mas o melhor sinal que Castro obteve de que novas condições estavam surgindo na América Latina foi a aprovação pelo Congresso americano da Lei do Comércio, profundamente discriminatória para o mercado latino. A Lei foi unanimemente reprovada por todos os países latinos que tem algum tipo de comércio com os Estados Unidos. Se esboçava assim um princípio de frente contra o poderoso vizinho do norte. Outro sinal de nossos tempos é a impossibilidade de nos EUA - e mesmo na América Latina - se continuar defendendo o afastamento de Cuba usando as acusações de que a ilha interfere ou interferiu na política interna da América Latina, num momento em que se torna público a ação da CIA em desestabilizar governos, assassinar líderes e subornar governos por toda a América. Nos últimos meses, a opção parece ter sido feita definitivamente quando se multiplicam os gestos de boa vontade de ambos os lados. O governo americano reconheceu publicamente ter tentado assassinar Fidel Castro várias vezes, e a revelação tinha o ar de penitência e implicitamente a promessa de que tal procedimento nunca mais se repetiria. Sucederam-se as visitas de senadores, deputados, homens de negócios, da imprensa e do Departamento de Estado a Cuba. Ao visitar a ilha, McGovern, ex-candidato presidencial americano, voltava com o mais concreto dos gestos de boa vontade: trazia de volta para os EUA um cheque de 2 milhões de dólares, a devolução de um resgate pago a Cuba anos atrás por uma companhia aérea, para libertação de um avião sequestrado. Finalmente, Kissinger respondeu na semana passada que já existiam condições para o diálogo "sério" entre os dois países.

A formalização oficial da nova estratégia ocorreu no mês passado em Havana, durante a realização de um Congresso de partidos comunistas de 24 países das Américas. Nessa reunião, se proclamou definitivamente a desaprovção às lutas armadas pela tomada do poder e a definição do aproveitamento de "todas as formas de lutas democráticas contra o imperialismo".

Nela ficou rompido também definitivamente o relacionamento de Cuba com a China: os partidos presentes condenaram enérgicamente a China por "estar de namoro com o imperialismo norte-americano" ao mesmo tempo em que exaltaram o papel do Partido Comunista da União Soviética "por cumprir de modo exemplar os deveres do internacionalismo proletário".

As declarações finais da reunião dos PCs em Havana talvez tenha sido até além do que Kissinger e Brejnev esperavam. Na América Latina é provável que a nova estratégia cubana só não pareça confiável ainda ao Chile, Uruguai e Paraguai, porque esses países exigem por longo tempo um bode expiatório para os seus problemas internos. Os três países ainda afirmam que Cuba interfere nos seus negócios internos e, talvez até apresentem provas de que isso acontece na reunião da OEA (Na última reunião, em Quito, as provas apresentadas pelo Uruguai, a confissão de um tupamaro de que recebeu auxílio cubano, foi discretamente rejeitada por não se saber sob quais condições a confissão foi obtida).

A reunião marca ainda uma rearticulação das alianças de Cuba com os diversos movimentos revolucionários latinos. O rompimento do bloqueio ainda pode ser apresentado como uma vitória política, mas a retomada do diálogo com os Estados Unidos, que Cuba acusa de ser o causador de todos os males da América Latina, levará a antigos aliados extremistas de Havana - milhares de pessoas levadas ao exílio, aos cárceres e à morte - o sabor de uma constatação amarga. É possível que Cuba venha a ter por toda a América Latina "esposas traidoras" por não ter conseguido concretizar nenhum dos muitos vietnãs que prometia.

EUA/URSS O encontro



A detente entre Estados Unidos e União Soviética atingiu na semana passada seu ponto mais alto. Para ser mais exato a 140 milhas acima da superfície da terra. Depois de cinco anos de preparação, na semana passada, os astronautas soviéticos e americanos decolaram de suas respectivas bases rumo ao histórico encontro espacial.

De Leninsk, um centro de lançamento na Ásia soviética — que não é encontrado em nenhum mapa por razões de segredo — os dois astronautas, Alexei Leonov e Valeriy Kubasov, partiram aparentemente tranquilos. Na véspera haviam assistido, como é tradição nos lançamentos soviéticos, à uma sessão de um clássico do cinema soviético: "O sol branco do deserto". Pela manhã do dia seguinte submeteram-se a exames quase rotineiros, instalaram-se no cabine espacial e escutaram música pelo rádio de bordo até o momento de lançamento.

Sete horas depois, a 10 mil milhas de distância, na Flórida, os três astronautas americanos, Thomas Stafford, Donald Slayton e Vance Brand, assistiram um videotape do lançamento soviético enquanto tomavam o *breakfast*. Depois, foram mostradas pela primeira vez na TV as cenas internas da cabina do momento do impulso inicial, quando durante alguns segundos os corpos dos astronautas sofrem uma aceleração equivalente a 4 vezes a da gravidade.

Começava a perseguição à nave soviética. A Soyuz, por ser quase duas vezes menor que a Apollo e carregar quase dez vezes menos combustível, esperava em sua órbita, voando a 17 mil milhas por

hora, enquanto os astronautas americanos rastreavam ansiosamente o espaço à sua frente. Tudo saiu como o previsto, apesar dos maus desejos pensados por vários descontentes que viam o histórico empreendimento apenas um custoso show de televisão para encobrir a fragilidade da detente EUA-URSS. Aqui embaixo ficaram críticos azedos do encontro espacial, pelos mais diversos motivos. Uns achavam que só a União Soviética ganhava com a aventura espacial conjunta. Achavam que com o voo os soviéticos haviam adquirido uma preciosíssima tecnologia (De fato, o essencial da tecnologia do acoplamento foi desenvolvida pelos EUA).

Por vários dias, na imprensa americana esses críticos cultivaram o egocêntrico e

megalomano pensamento de que os soviéticos — apesar de terem sido os primeiros a lançar um satélite artificial — nunca poderiam atingir o refinamento tecnológico americano. Entoavam loas à incrível parafernália eletrônica americana que os soviéticos estariam virtualmente roubando, que, segundo demonstra os diversos vãos já realizados pelos soviéticos, não são assim tão imprescindíveis.

Para a equipe que trabalhou no projeto conjunto por cinco anos, com uma modestia temperada pela coexistência pacífica, ambos os lados tiraram enormes proveitos do voo conjunto. Trocaram valiosas informações sobre os dois acidentes fatais que as duas nações haviam sofrido na era espacial (1) e desenvolveram conjuntamente vários equipamentos para o voo.

Quando às populações dos dois países os efeitos do encontro espacial também parece ter sido muito estimulante; os soviéticos puderam pela primeira vez assistir o lançamento no momento em que ele era realizado e não horas depois, quando já havia corrido normalmente. Pela primeira vez, os soviéticos sentiram o suspense de acompanhar no vídeo de seus televisores a contagem regressiva e depois a explosão de alívio pelo sucesso. Na América, onde tais cenas já não causam tão grande sensação, uma interessante disputa floresceu: a NASA havia recebido nesses últimos tempos pelo menos um milhão de cartas de religiosos que pediam encarecidamente aos astronautas para recitarem uma oração no espaço. Enquanto isso, uma militante atea, Madelyn Murray O'Hair, impetrava um mandado de segurança contra a NASA, para que fosse proibido aos astronautas ler a bíblia no espaço cósmico.

Fora alguns pequenos incidentes como esse e outro no qual manifestantes judeus queimaram uma réplica das cápsulas, em protesto contra as restrições que a União Soviética impõe à imigração de seu povo, o show espacial transcorreu conforme o programado. Afinal, dias antes do lançamento, a própria CIA previu — baseada em suas informações confidenciais — um sucesso absoluto para o voo. Para os dois lados.

1) Três astronautas americanos morreram num incêndio na cabine Apollo em 1967 e no mesmo ano três soviéticos morreram em órbita, quando se preparavam para a reentrada na atmosfera.

CAMBOJA

Em defesa da "Marcha da Morte"

Quando estava iminente a derrota dos aliados americanos no Camboja, Henry Kissinger advertiu ao mundo que ela significaria um "banho de sangue". Nos dias seguintes à entrada do Kmer vermelho em Phnom Penh, os serviços de informação dos EUA divulgaram notícias que provavam que atrocidades estavam sendo cometidas contra a população civil e que a mais cruel delas era a "marcha da morte", na qual teriam morrido um número terrível e não especificado de camponeses, forçados — em levais de centenas de milhares de pessoas — a deixar rapidamente a capital e voltar às áreas rurais. Tais cenas eram dramatizadas "por testemunhas oculares".

William Goodfellow, do Instituto de Política Internacional, que deixou o Camboja em abril, contou ao *New York Times* uma versão bem diferente da oferecida pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos. Goodfellow disse que as informações anteriores sobre os acontecimentos no Camboja foram fornecidas à imprensa com o objetivo único de desacreditar o novo governo e aponta as razões:

• Phnom Penh, com 500 mil habitantes antes da guerra teve sua população triplicada na véspera da evacuação americana. Nos dois últimos dias, segundo a Agência Internacional de Desenvolvi-

mento, havia alimentos em Phnom Penh para apenas mais 6 dias.

• Dessa população da cidade, inteiramente improdutiva, 1,2 milhão de pessoas estavam próximas de morrer de fome e apenas 600 mil eram atendidas pela ajuda americana. Nas áreas rurais, apesar da situação não ser também boa, havia algum excedente de alimentos e portanto a única decisão lógica e humana era evacuar Phnom Penh.

• Os responsáveis diretos pela situação, ao contrário do que a campanha do Departamento de Estados mostrava, são o próprio EUA; desde que incitaram o golpe de Estado de 1970, que levou Lon Nol ao poder, os americanos despejaram sobre o Camboja 539.129 toneladas de bombas, destruindo a economia agrícola e tornando mais da metade da população refugiada.

• A queda de Phnom Penh deu-se justamente na época do plantio de arroz e a colheita somente será em novembro. Até lá, o povo passará privações e certamente alguns morrerão, mas tudo leva a crer que passados esses meses de dificuldade, o Camboja voltará a ser uma nação autossuficiente e exportadora de alimentos, como era antes de ser atingida pelos bombardeiros americanos.

Apenas uma família a mais

Há 22 anos, Frank Olson, acompanhado de alguns outros colegas cientistas compareceu a uma reunião promovida pela CIA. Nesse encontro toda tomaram um drink, como acontece numa reunião informal. Vinte minutos depois os participantes foram informados de que haviam ingerido LSD e como cobaias-voluntárias ou não — deveriam informar de suas sensações. Dias depois, num hotel em Nova York, Olson saltava para a morte do 10º andar do hotel em que estava hospedado, em consequência dos desequilíbrios mentais que a droga lhe causara.

Sabia-se já há algum tempo que a CIA conduzia tais experiências, cujo objetivo era testar

se novas armas químicas e tentar obter o LSD na forma de gás, para uso bélico. O Relatório Rockefeller, publicado no início de julho sobre as atividades ilícitas da CIA, descrevia o episódio sem mencionar quem teria sido a vítima da experiência. Na semana passada, a família de Olson ficou sabendo finalmente — depois de 22 anos — quais as causas do "suicídio" e em que circunstâncias ele se deu e pretende processar governo americano e exigir uma vultosa indenização. O depoimento de Eric Olson, filho de Frank, que tinha 9 anos na época da morte do pai:

"Somos apenas uma das famílias a mais cuja história foi mudada pelas atividades ilegais da CIA. Nisso, temos uma causa comum com as famílias chilenas cujas esperanças de uma vida melhor foram destruídas pela CIA, na tentativa de interferir nas eleições, por impedir as reformas econômicas."

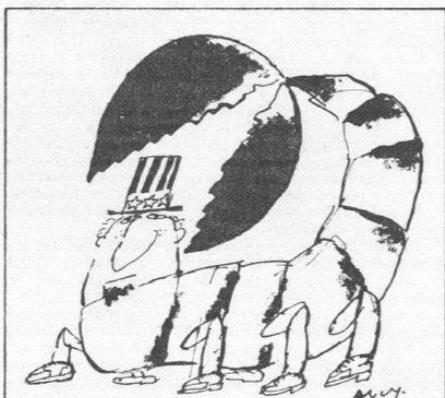
"Temos alguma coisa em comum com as famílias cubanas, cuja luta por uma vida melhor, livre da dominação e da exploração das corporações multinacionais, foram tão dificultadas pela CIA. E, temos algo em comum com muitas famílias do sudoeste asiático, cujos esforços heróicos para se ver livre da dependência estrangeira tiveram de enfrentar a subversão da CIA..."

Desculpas esfarrapadas

Na semana passada, em vista das repercussões extremamente adversas ao seu gesto de proibir a entrada no Chile de uma comissão da ONU que investigava a situação dos presos políticos e alegações de torturas, o presidente Pinochet resolveu informar as razões que o levaram a adotar tal procedimento.

Segundo ele, havia um plano subversivo dirigido pelas radiais soviéticas, cujo objetivo era promover a agitação de ruas e uma guerra de guerrilha para tumultuar o trabalho da comissão da ONU. Assim que a comissão se instalasse, milhares de chilenos deveriam correr para as embaixadas, pedir asilo e em seguida prestar depoimentos que tivessem fartas referências de torturas e maus tratos. Paralelamente, seriam iniciadas manifestações de rua e lutas de guerrilhas. Assim, esses acontecimentos seriam registrados pela comissão e uma vez divulgados, contribuiriam para denegrir a imagem do Chile no exterior. Afirmam ainda que a entrada da comissão não foi proibida, mas apenas adiada.

A comissão e alguns congressistas americanos consideraram a desculpa esfarrapada: comissão continuará tomando depoimentos dos asilados e o deputado americano Donald Frazier sugeriu que o procedimento da junta militar poderia afetar a ajuda que os EUA dão ao Chile atualmente.



Quem é o inimigo?

"A pergunta era rotineira, sem provocações, mas as respostas foram surpreendentes" — assim qualificou o jornal *Washington Post* a pesquisa realizada no Congresso americano sobre o pensamento dos novos congressistas. Quis nações oferecerem hoje maior ameaça à paz mundial?

Pela primeira vez na história do congresso americano a resposta escapou ao previsível: ao lado da União Soviética, China, países árabes, pensam os congressistas americanos, deve-se colocar também os Estados Unidos. E mais, uma parcela dos recém-eleitos colocou os EUA no primeiro lugar da lista ao lado dos países árabes. A diferença de opiniões no Congresso, agora que a "Guerra Fria" não é mais aceita pela maioria maciça de seus membros, levará o Congresso — segundo o *Washington Post* — a uma luta interna para se definir qual o papel dos Estados Unidos no Mundo e qual o principal inimigo a combater. Para alguns congressistas, segundo o *Post*, vale a observação de Pogo, um personagem de história em quadrinho americana: "Descobrimos o inimigo: somos nós".

Uma fraude secreta?

Estará tomando forma nos Estados o equivalente americano de procedimentos descritos no relatório de Khrushchev, que revelou, que Stalin conduzia parte de sua política interna na base de testemunhas forçadas?

Os filhos de um casal de cientistas atômicos condenados em 1953, por terem passado segredos da bomba atômica a União Soviética, estão acusando o FBI de ter forjado o julgamento de seus pais. Os filhos de Julius e Ethel Rosenberg, os cientistas executados na cadeira elétrica, impetraram na semana passada um mandado judicial contra o governo para obter acesso às provas secretas apresentadas durante o julgamento, com as quais pretendem

provar que seus pais eram inocentes e vítimas de uma fraude política de anticomunistas da era McCarthy. Pretendem também impedir que o FBI destrua essas evidências, como já ocorreu antes. Recentemente, o promotor federal do Novo México ordenou a destruição do depoimento de David Greenglass, que foi a testemunha chave de acusação contra os Rosenbergs. Segundo os filhos, os promotores teriam tentado obter uma confissão do casal e, não o conseguindo, "orquestraram os testemunhos" e fizeram pressão sobre o júri para se certificarem da aplicação da pena de morte.

Michael e Robert, os filhos do casal Rosenberg estão impetrando o mandado com base na Lei de Liberdade de Informação, que permite a liberação de informações secretas de acontecimentos passados há mais de 15 anos. A liberação já havia sido autori-

zada em 1973 pelo Secretário de Justiça dos EUA, mas o FBI alega que a revelação das provas colocaria em situação difícil vários dos informantes. "Especialmente uma fonte muito delicada de espionagem e contra-informação, atualmente ainda em funcionamento". O FBI afirma também que certas informações sobre o julgamento poderiam debilitar a segurança nacional, comprometer as relações com a União Soviética e outros países. Mas a preocupação maior do FBI parece ser quanto a confiança pública que os informantes têm no órgão: muitas pessoas que fizeram depoimentos secretos contra os Rosenbergs não querem ser identificadas e as fontes que ainda operam fornecendo informações sigilosas se sentiriam constrangidas a continuar a delação, caso houvesse perspectiva de um dia serem descobertas e conhecidas publicamente.

CULTURA

Lançado recentemente em Buenos Aires, *O outono do patriarca*, último romance do colombiano Gabriel Garcia Marquez, coloca questões fundamentais não só para o romance latino-americano mas para o continente como um todo.

A PRIMAVERA DE UM ROMANCE

Flávio Aguiar

O ditador morreu. Após 232 anos de vida, enfim um pouco de paz. Numa pequena ilha sem nome do Caribe, a notícia começa a se espalhar. O povo sai às ruas. Próceres banidos, ex-ministros de estado, adentram o palácio do governo. Por entre vacas e galinhas que andam em desordem pelas escadarias, descobrem o seu corpo. Está de bruços, como se dormisse. De tão velho, não tem mais olhos, e em seu corpo, sob a roupa engalanada, há algas, moluscos, conchas marinhas, coisas de subterrâneo e umidade. Os invasores daquela quietude hesitam. A qualquer momento o corpo pode ressurgir pleno de vida e força, a ditar suas terríveis ordens senis. Como já acontecera há muito tempo, em épocas lendárias, quando o corpo fora encontrado na mesma posição, na mesma sala, com as mesmas vacas pelo palácio, e depois ressurgira, inexplicavelmente, das próprias cinzas.

Esse rápido tempo está presente em cada linha de *O outono do patriarca*. O medo ataca numa linha única as infundadas memórias dos diversos personagens. Numa confissão angustiada de todos, reanimam-se os atos do patriarca morto, para um desfile retumbante perante o atônito leitor. Fatos como a venda do mar ao redor da ilha, com sua flora e sua fauna, para os norte-americanos, quando nada mais havia a vender em terra (e os norte-americanos transportaram o mar para algum deserto no Arizona, transformando a ex-ilha numa terra varrida pelo pó). Ou como a espantosa morte de Leticia Nazareno, única mulher legítima entre as milhares que ele possuía, devora-

seu protagonista - e portanto, o cerne do romance como um todo. A "fala" compulsiva, que mais parece uma confissão arrancada, compõe um imenso tabuleiro de domínio, onde as associações por semelhança ou contraste não param de se acrescentar.

Com esse processo o romance cria uma atmosfera de estreita intimidade entre romancista e personagem. São ambos ditadores, cada qual em seu próprio terreno. E daí, com armas iguais, se enfrentam. Acontece de tudo na ilha: os golpes, os contra-golpes, as rebeldias, os atentados, a corrupção se sucedem, mas nada faz tremer o pântano de senilidade que é a vida do patriarca ditador. Cada novo golpe torna-o mais forte, cada relação que tem termina tragicamente para o interlocutor, como se o velho lhe sugasse a vida. Da mesma forma o romance absorve cada um de seus personagens na máquina que não pára de falar. É em contrapartida, por eles se deixa absorver. Há milhares de pequenos narradores no romance, sem que qualquer um deles constitua um ponto de vista privilegiado pelo autor como linha mestra. A presença de um personagem é suficiente para que o narrador passe a falar na primeira pessoa deste personagem. Desfilam todos pela tribuna da narração: prostitutas, padres, embaixadores, moças violentadas, maridos assassinados, meros assassinados, meros assistentes, camponeses brancos, prisioneiros e algozes. Até o próprio ditador se vê na contingência de ter seu cérebro invadido por este narrador plenipotenciário.

lo e servi-lo a seus supostos cúmplices, sob a forma de um assado. Mas fica claro que apenas um personagem do romance preenche, efetivamente, aquelas condições de onisciência: o próprio romancista.

Um olho aqui, outro em terra alheia

A perene preocupação com a própria identidade, presente da Patagônia ao México, se assenta, mais do que na herança colonial do passado, na condição atual - dos escritores e do continente - de tributários (ou caudatários) da cultura e da economia dos países industrializados. O romance, em si, é uma técnica, um processar da linguagem cujos avanços e transformações via de regra procedem dos mesmos centros desenvolvidos de onde vêm os avanços e as transformações tecnológicas que se implantam nos pampas, florestas e altiplanos do continente. O romance se destina ao público letrado, e o público letrado mantém os olhos pregados no romance europeu, no *best-seller* norte-americano. Pode-se não gostar disso: não se pode fugir disso. No centro da questão, ainda não dirimida, da própria identidade do romance latino-americano, está a questão maior, também não dirimida, da dependência cultural.

Frequentemente se debate o problema de um ponto de vista moral. Pede-se "autenticidade" ao romancista, "fuga" dos modelos europeus, "ligação com a terra". Critica-se veementemente o escritor porque ele vive em Paris, e não no país natal. O enfoque moral, se coloca questões candentes, também as pode simplificar em demasia. Não se pode esquecer que é perfeitamente possível escrever "em europeu" ou "em norte-americano" sem nunca ter posto os pés em Paris ou Nova York. Basta ligar a televisão: a invasão é permanente, atinge a todos, e o romancista pode, é claro, discutir, criticar, recriar ficticialmente a sociedade. Mas nunca pará-la com as mãos.

Ao transpor a realidade para o papel, o escritor enfrenta todo o conjunto de contradições que a definem. E enquanto os leitores latino-americanos tiverem um pé na terra e o outro dentro de um super mercado no estilo norte-americano, o escritor estará praticamente condenado a conservar um olho na terra e o outro no livro que se importa junto com o supermercado.

Técnica e dependência: conflito e crítica

Por essas razões o problema da técnica empregada no romance está sempre em pauta para o romancista e o público latino-americano. Quer o escritor queira, goste, saiba ou não, muitas vezes seu trabalho ainda continua a ser o de adaptar, com habilidade, técnicas desenvolvidas em terra alheia, à realidade do continente, ou de um país, ou de uma região em particular. Técnica e realidade, neste sentido, estão sempre em briga no romance latino-americano. *O outono do patriarca* não corre da arena: nele, o conflito é vivo e permanente.

E neste sentido é que se pode dizer que o romance de Gabriel Garcia Marquez "fracassa". A técnica de construí-lo através da livre-associação de palavras e de frases tem atrás de si todos os modernos avanços do romance europeu. Na ficção, o auge desta técnica foi o chamado romance da "corrente de consciência", que consiste em seguir, ao invés da ordem cronológica dos fatos, as divagações de uma mente sobre esses fatos. Essa técnica, destinada a explorar nuances e detalhes, se desenvolveu entre os sofisticados escritores e personagens da Europa da primeira metade do século. Mas naquela ilha do Caribe não predominavam os personagens sofisticados - e sim os patriarcas que criavam galinhas, vacas e leproso dentro de casa e que tinham a mãe empalhada na Catedral.

O romance jamais será, portanto, um "romance da corrente de consciência", embora o guarde sempre no seu horizonte. E jamais poderia sê-lo, sob pena de perder sua vitalidade. Com perdão da palavra, seria o mesmo que produzir autêntico uísque escocês em Barueri ou na Cidade do México. O escritor colombiano dissolveu o modelo europeu no seu domínio absurdo de pular da mente de um personagem para o outro, de em meia página contemplar uma cena com seis pares de olhos diferentes. A "corrente", de fato, é de todos e de nenhum: está em toda parte, e é a dele, Garcia Marquez, perseguindo, desabusado e sem cessar, a tirania que tem por inimiga. Essa é, na verdade, sua grande vitória: expor, dissolver seus mecanismos, para que nasça mais lúcida e clara a consciência da realidade.

Na primavera do romance latino-americano, o passo do romance de Garcia Marquez é decisivo. Mesmo porque vincula clara e definitivamente essa primavera ao necessário outono dos patriarcas.

O outono do patriarca, Gabriel Garcia Marquez. (Barcelona, Plaza & Jones S. A., Editores, 1975).



Marquez: pesadelo para o patriarca

Mas se há proximidade entre narrador e ditador, é a proximidade do negativo à fotografia. Pois esse sugar de vida que compõe o texto é, ao mesmo tempo, a arma que o romancista guarda permanentemente engatilhada contra seu protagonista. Ele, o chefe de estado que desafia as leis da natureza, que cura leproso com um toque de mão, está sempre à espera de um terrível desconhecido que o espreita de qualquer canto ou de qualquer personagem. Na página 123, o texto fala sobre os receios que assaltam o patriarca, já na casa das centenas de anos, após um atentado contra sua vida, cometido por alguém misturado entre os leproso:

"Não conheceu um instante de descanso fuçando ao redor de si para encontrar o inimigo oculto que armara o falso leproso, pois sentia que era alguém ao alcance de sua mão, alguém tão próximo a sua vida que conhecia os esconderijos do seu mel de abelhas, que tinha olhos nas fechaduras, ouvidos nas paredes a qualquer hora e em qualquer parte como meus retratos, uma presença volúvel que silvava nos aliseios de janeiro [...]"

A trama continua, o patriarca dirige suas suspeitas para um velho companheiro de armas e termina por assassiná-

da com o filho e herdeiro pátrio por mastins escoceses no Mercado Público da capital. Ou a paixão do patriarca pelo domínio. Ou sua caridade ao guardar, num palácio antigamente à beira mar, todos os ditadores destronados do continente - e seu prazer em derrotá-los no domínio a dinheiro. Sem falar no processo de canonização de sua mãe, Bendición Alvarado, empalhada e guardada na Catedral Nacional e que, por seu insucesso, culmina num rumoroso atentado contra a vida do enviado especial do Vaticano, além de haver uma declaração formal de guerra à Santa Sé.

Ditadores em lados opostos

A arte de Garcia Marquez está em juntar todo o mosaico da vida nesta república numa "fala" única e cerrada de alguém que não pode parar de narrar. O livro quase não tem pontos, ou orações subordinadas. O que sai é um jato único, sem pausas, onde se misturam de cambalhada os sofrimentos e as dúvidas de todos os personagens, indiscriminadamente. O jogo do domínio não é um elemento secundário na trama do romance, ou simplesmente uma mania do chefe de estado (cujo nome, de resto, não se sabe). Em verdade, na imagem do domínio está o cerne do relacionamento entre o criador, Garcia Marquez, e



Campanha eleitoral do ex-presidente

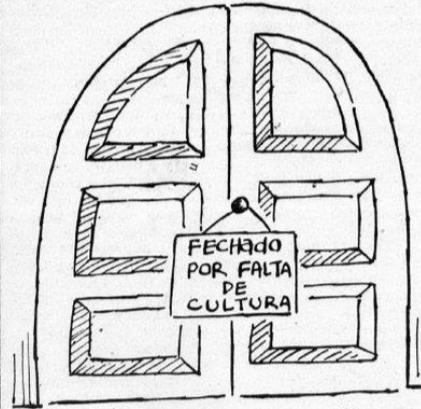
Segundo o Jornal de Brasília, o ex-presidente Juscelino Kubitschek esteve recentemente em Recife e em João Pessoa desenvolvendo intensa campanha eleitoral. O ex-presidente foi angariar os votos dos escritores Mauro Mota e José Amé-

rico de Almeida para conquistar a cadeira nº 1 da Academia Brasileira de Letras, que está vaga desde a morte do escritor Ivan Lins, em junho. Comenta-se que Juscelino assegurou um dos votos pretendidos.

Superando o isolamento

A ideia de que o Brasil, em matéria de produção intelectual, vive ainda como no tempo das capitâneas hereditárias, parece ser uma das justificativas para a criação Associação Nacional dos Cientistas Sociais, em Belo Horizonte, durante a Reunião Anual da SBPC. Efetivamente, como afirma o professor paulista Douglas Teixeira Monteiro, eleito presidente da Associação (e um dos que mais se interessou pela sua criação, desde a Reunião da SBPC em Recife, em 1974), os antropólogos, sociólogos, historiadores, cientistas políticos, etc. tomaram consciência da dispersão e da falta de conhecimento dos trabalhos realizados por seus colegas em

outros estados. Por isso mesmo, criaram uma entidade que é antes de mais nada congregadora, na qual se podem inscrever tanto outras entidades de âmbito regional (como a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, em cuja sala se instalou a sede provisória do órgão nacional), quanto indivíduos portadores de diplomas de qualquer área das ciências sociais. Com a possível publicação de boletins e teses, em âmbito realmente nacional, a associação talvez consiga superar um pouco os tempos coloniais, em que cada capitania sabia o que se passava na Metrópole mas ignorava completamente o que fazia sua vizinha.



Portas fechadas

No Ceará o Museu Histórico de Sobral, no norte do Estado, teve de fechar suas portas "por absoluta falta de condições financeiras para sua manutenção", conforme declarou o diretor da instituição. O museu, que era o principal ponto de atração turística da região, já teve quarenta por cento de seu acervo roubado. E a Secretaria da Cultura e Promoção Social do Esta-

do se limita a dizer que não dispõe de verbas para manter instituições como o Museu de Sobral.

Paralelamente o diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo anunciava que no dia 11 deste mês foram roubadas 11 peças consideradas "importantes". As peças não tem preço e não são comerciais.

Conceitos de democracia

O simpósio sobre "A condição feminina", apresentado na SBPC a 15 de julho, teve alguns momentos dramáticos. A reunião foi aberta, evidentemente, a homens e mulheres. E ao que parece, alguns dos homens não se comportaram à altura das expectativas das mulheres. Um deles - um fotógrafo - chegou a provocar um pequeno tumulto no recinto. Com um ar considerado "zombeteiro" pelas mulheres, o fotógrafo ficou vagando pela sala do simpósio, sem sequer cumprir suas funções profissionais. Apenas olhava e ria. A certa altura foi interpelado por uma das mulheres sobre o que, exatamente, ele viera fazer ali. "Trabalhar", foi a resposta. "final, não estamos numa democracia?". O retruque veio rápido: "E aqui ninguém quer tirar fotografia. Como estamos numa democracia, e bom ir embora". O que, aliás, o fotógrafo fez apressadamente. Sem bater uma chapa.

Um dos temas do simpósio era a situação da empregada doméstica no Brasil, o que, sem dúvida, deve ser um dos temas primeiros de qualquer movimento feminista. No entanto, quando este tema entrou em discussão na sala, muitas pessoas começaram a se retirar. E na porta de saída ouviu-se o comentário, a um tempo irônico e trágico: "Pois é. Eu não vim aqui para debater isso de empregada doméstica".

Um dos homens presentes exclamou indignado: "As mulheres feministas que muitas delas se dizem libertas mas sistematicamente se recusam a ir a banhos e a desempenhar outras tarefas burocráticas da vida, deixando isso para seus pobres e atarefados maridos. No que foi de imediato respondido que, se isso é verdade, há muitos homens que se dizem partidários da igualdade entre os sexos e se recusam sistematicamente a lavar as próprias meias". Nesse momento alguém lembrou sensatamente que serviços do tipo "ir a banhos" eram muito chatos. Para ambos. A proposta: lavar meias também.

Uma feira dentro do supermercado?

O mercado do disco está super: como sabemos, os produtos vêm em série, embalados, balanceados, sem cheiro, com um refrão previamente testado e que já parece vendido com antecedência. Um produtor dirá, com orgulho, que Antonio Carlos & Jocafi sim, sabem com precisão qual é a parte da música por "onde entra a grana". Outro citará Benito di Paula como exemplo do sambista que sabe desfrutar do prestígio falatório, principalmente: vide "Charlie Brown". O negócio é acontecer: essa palavra adquiriu um prestígio mágico na boca de todas as pessoas envolvidas com as tramas do sucesso, seja qual for o gênero musical escolhido.

Claro que não é só redundância e banalidade que se grava no Brasil mas para o compositor novo e desconhecido, as exigências do mercado exibem a sua verdadeira face sem maiores pudores ou sutilezas. Para a gravadora, a música enlatada estrangeira tem uma produção menos custosa (porque já vem pronta) e uma sustentação publicitária tentacular: é muito mais lucrativa.

Diante do compositor novo o empreendedor do disco só conhece duas leis. A primeira exige que se apresente um produto seguramente "vendável", o que significa: com as características este-reotipadas do que se estabeleceu ser o gosto do público. A segunda dispõe que não há no Brasil, atualmente, valores novos: estaria faltando a vitalidade e a energia que são a marca das verdadeiras "estrelas". Quanto a isso o super-mercado da música pode até ter razão, pois está falando do círculo vicioso que ele mesmo contribui para criar, pedindo o que não admite: criatividade.

Isso bem entendido, as feiras estão aparecendo na música popular brasileira: no Rio, a "Mostragem" apresenta semanalmente compositores novos no Teatro Opinião (isso há dezesseis semanas). Em São Paulo, a Feira de Música do Teatro Aplicado entra na sua quinta semana, com um público crescente. O Grupo Raízes, Belchior, Rodger e Têti Fagner, já se apresentaram e outros se preparam (a feira aceita quem quiser participar, o debate ocorre). Os festivais de Minas

mostraram também alguns bons trabalhos, como o do grupo Corte Palavra.

Num momento em que os shows estão exorbitantes para o bolso do público, custosos e deficitários para o produtor, além de incapazes de veicular o novo, a melhor política é criar condições mínimas de transação direta com o público.

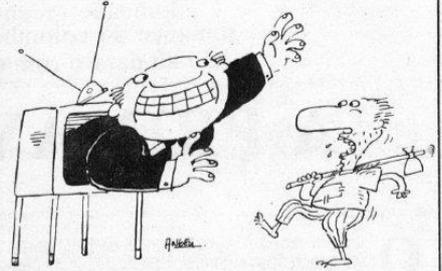
Alguém dirá: "Mas é precário!". Aquele mesmo produtor lançará mão de uma das palavras mais caras do seu vocabulário para dizer: "Desse jeito não vai acontecer nada". Mas, no sentido mais simples da palavra, já está acontecendo.

Nova solidão para velhas vanguardas

No penúltimo dia da reunião da SBPC realizou-se o simpósio sobre "Ciência e Arte" no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais. Havia de tudo no recinto: velhos e respeitáveis cientistas, jovens estudantes, circunspectos senhores de terno e gravata. O coordenador, Moacyr Latersa, falou sobre a necessidade de se aproximar ciência e arte para "deixar de lado a falsa solidão que o mundo contemporâneo criou dentro da cultura". Houve algumas colocações sobre a situação da música contemporânea, e de resto o simpósio serviu para que se repetissem velhas e surradas palavras de "artistas e professores" de vanguarda. Mais uma vez ouviu-se que no futuro "não haverá diferenças entre a música erudita e popular", como se esse complexo problema pudesse ser resolver numa penada; predominaram mensagens cifradas, do tipo "se o homem faz a linguagem, a linguagem faz o homem".

Lá pelas tantas foram abertos os debates; e, insolitamente, não houve debates. Essa foi provavelmente uma das únicas sessões da movimentada reunião da SBPC deste ano em que não houve debates. Houve aplausos, é verdade.

Mas essa falta de discussão traz em si uma lição, revelando a solidão nada falsa que já começa a acompanhar essas esotéricas colocações.



As desventuras do "circo-teatro"

O professor José Claudio Barriguelli, de Piracicaba, São Paulo, apresentou na XXVII reunião anual da SBPC, em Belo Horizonte, um trabalho sobre Arte e alienação do teatro popular rural. Debaixo da cerrada linguagem cifrada da comunicação deu para perceber que há um problema estrangulando aos poucos as companhias teatrais que se apresentam pelo interior do Brasil, em geral como parte de um espetáculo de circo. O nó que elas enfrentam se baseia num conflito entre as suas tradições e as novas solicitações do público a que se dirigem. Tradicionalmente as peças representadas por essas companhias são de exaltação à vida rural, aos valores comunitários do campo, por oposição ao mundo progressista, mas corrupto e inquieto, da cidade. Mas as populações rurais estão sendo cada vez mais bombardeadas pelos enlatados da indústria cultural da cidade, principalmente pela televisão. O que impõe que o repertório das peças se aproxime (se "contamine") cada vez mais dos ídolos dessa mesma indústria, dos seus esquemas de peças, novelas, etc. Outro fator de "contaminação" é o crescente êxodo rural, que traz os compositores para a periferia das cidades. O "circo-teatro", como o autor chama esse tipo de espetáculo, vem atrás e, como essa população, se impregna dos agitados valores da cidade. O assunto é demais de interessante, e merecia um tratamento mais dinâmico, que desse referências concretas sobre as aventuras e desventuras desse "circo-teatro".

Cantando lá fora

A televisão italiana contraiu o cineasta Glauber Rocha ("Deus e o diabo na terra do sol", "Terra em transe") para fazer um filme sobre o que quisesse e como quisesse. O filme se chamará "Claro" e terá como protagonista o próprio Glauber Rocha. Além de

roteirista e diretor, ele será também ator e cantor, interpretando músicas brasileiras, italianas e espanholas. Há esperanças de que este filme, contrariando o destino dos outros que o mesmo cineasta fez no exterior, chegue às telas brasileiras.



UM PROFETA SEM APOCALIPSE

Malthus, de J.M. Poursin e G. Dupuy, ed. Cultrix/USP, 1975, 155 páginas.

Ainda existe quem acredite na necessidade do controle da natalidade, como única forma de evitar gigantescos catástrofes para o ser humano, causadas pela explosão demográfica. Por exemplo, ai está o ex-teórico oficial Glycon de Paiva (dos tempos do ministério Roberto Campos),

de mundial de produzir alimentos. Malthus, um dos pioneiros da economia política clássica, teve suas teses desmentidas pela história dos 150 anos posteriores à sua morte. Suas idéias sobre o problema populacional - impregnadas de conceitos religiosos - baseavam-se na análise de uma sociedade tradicional, em vias de ser substituída por uma sociedade industrial. Como mostram Dupuy e Poursin, "o impulso econômico sem precedentes do Ocidente transforma os dados demográficos e faz retardar, e depois desaparecer, as maldições que Malthus havia enunciado... por acreditar, erradamente na sua perenidade. (A.M.A.J.)

Cinema de homem para homem

Entrevistas a Jean Claude Bernardet

Três cineastas — Eunice Gutman, Ana Carolina e Rose Lacreta — depõem sobre a situação geral da mulher no cinema brasileiro. E reclamam do tratamento desigual que recebem as mulheres, como personagens, e como profissionais.

Eunice Gutman

"Com relação à mulher, as coisas se passam de modo diferente. Se ela quer trabalhar, logo se imagina que ela ou está querendo brincar ou está procurando marido"

Se existe discriminação em relação à mulher no meio cinematográfico? Existe. Quer ver? Eu estava transando para fazer a montagem de um filme e o diretor recusou. Disse que não conseguiria ficar fazendo montagem numa sala escura (onde são cortadas e coladas as cópias de filmes) com uma mulher. Prefiro calar o nome dele. Quem diz isso é Eunice Gutman, formada em técnica cinematográfica na Bélgica, montadora e produtora de filmes de curta metragem.

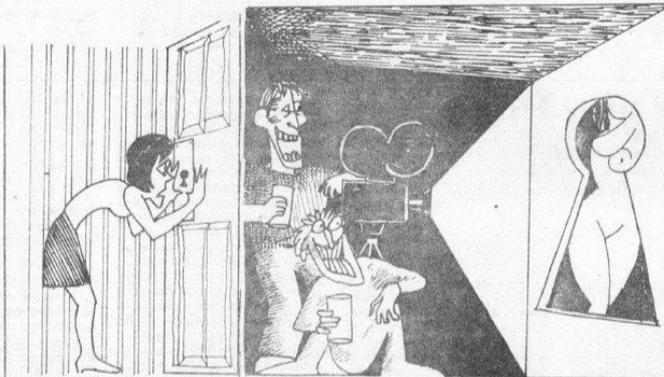
Eunice explica melhor o seu ponto de vista: diz que mulher consegue trabalhar em cinema, mas que tem barreiras a transpor. O homem não; é considerado "normal" o homem trabalhar, ele não precisa demonstrar porque quer trabalhar. "Por lei", diz, "ele nunca vem só, ele tem que sustentar a família. Com relação a mulher as coisas se passam de modo diferente". Há mais desconfianças, afiança Eunice: "se ela quer trabalhar, logo se imagina que ou está querendo brincar, ou está procurando marido".

Ao falar sobre os preconceitos em relação à mulher, Eunice lembra os que encontrou na Europa em relação aos latino-americanos: "lá não somos tidos como sérios. Primeiro o latino-americano precisa demonstrar que pode ser competente, inteligente".

Eunice fala que, mesmo depois das mulheres vencerem as barreiras iniciais, elas, na maioria, vão ocupar cargos subalternos nas equipes cinematográficas. "Há muitas assistentes de direção. Mas há muito menos produtoras executivas. Algumas conseguem subir escoradas nas posições dos maridos, que são diretores ou produtores. É melhor não citar nomes". Assim mesmo, Eunice vê perspectivas de melhoria: a produção executiva dos filmes de longa metragem *Um homem célebre* e *Tangarela* foi feita por mulheres.

Para Eunice, o cinema latino-americano é um cinema masculino. Basta ver, lembra ela como exemplo, uma pornochanchada brasileira, o que dispensaria maiores comentários. "As mulheres são violentadas, as secretárias fazem de tudo. Esses filmes são amplamente divulgados e aceitos, são filmes de homens para homens".

Eunice não lembra de filmes brasileiros que deem importância às mulheres, com exceção de *Os homens que eu tive*, de Tereza Trautman. Esse filme conta a história de um casal em que os cônjuges, reciprocamente, não restringem as atividades sexuais de cada um. "Tereza trata no mesmo pé de igualdade o homem e a mulher. As mulheres têm direitos iguais aos dos homens". E é isto, conclui, "que a mulher quer — não ser relegada a um segundo plano."



Ana Carolina

"Psicologicamente os diretores não entendem nada de mulher"

A situação profissional da mulher no cinema brasileiro não é mais difícil do que a de um homem. É difícil. Se a gente diz que é mais difícil, mais fica difícil. Se a gente mostrar o trabalho que sabe fazer, se a gente souber transar, mulher ou não, a gente faz. Do ponto de vista profissional é tão difícil para um homem como para mim. Talvez haja algo no meio cultural que delongue um pouco mais as ações femininas, mas no fundo é igual — as palavras são de Ana Carolina, realizadora e produtora de extensa filmografia. Entre seus filmes destacam-se dois curtas-metragens: o documentário *Pantanal*, feito no Mato Grosso, e *Indústria*, filme experimental sobre a situação da indústria brasileira em 1967. No ano passado realizou o controvertido documentário de longa metragem, *Getúlio Vargas*.

Para ela, a verdade é que a participação da mulher no cinema brasileiro ainda não começou. Estamos nos primórdios, diz Carolina: "numa sala poderá haver trinta produtores discutindo; serão trinta homens". As mulheres costumam achar que para elas é mais difícil, mas Carolina ressalta que vê nisso "uma interpretação cultural e uma deformação da realidade". "Não posso admitir que seja mais difícil para mim, porque se admitir isso, já crio um ponto de partida desvantajoso para mim em relação aos homens".

Diante da pergunta sobre como a mulher aparece nos filmes brasileiros, Ana Maria hesita, diz que não sabe, o assunto é muito amplo. Depois pensa em *O Anuleto de Ogum*, de Nelson Pereira dos Santos. Diz que "a personagem desempenhada por Aneci Rocha (a mulher do protagonista) é maravilhosa, é uma bapêida, ela manipula os outros personagens; mas

apesar disso ficou uma personagem sem dimensão. A personagem de Aneci manipula os outros, mas o diretor manipula a atriz".

"Nos filmes de Cacá Diegues, por exemplo, (*Os herdeiros*, *A grande cidade*, *Joana, a francesa*), a mulher é um ser sem importância, pouco significativo, desprezível. Plasticamente nenhum diretor brasileiro sabe tratar bem a mulher".

Nesse ponto Ana Carolina faz uma ressalva para Paulo Cesar Saraceni, diretor de *Porto das caixas* e de *A casa assassinada*. Mas ressalta que Saraceni é uma exceção apenas no tratamento plástico da imagem da mulher, "porque psicologicamente os diretores não entendem nada de mulher. Os filmes de Ruy Guerra (*Os Deuses e os mortos*), de Joaquim Pedro de Andrade (*O padre e a moça*, *Os inconfidentes*, *Guerra conjugal*) e de Cacá Diegues são filmes feitos de homens para homens. Num filme como *A noite do espantinho*, o diretor Sérgio Ricardo põe a atriz Rejane Medeiros em primeiro plano, mas para não fazer nada, ela está lá só para respirar, porque o que interessa mesmo é a luta dos dois homens, que se vê no segundo plano".

Quanto aos filmes que recentemente vem sendo feitos por mulheres, Ana Carolina acha que estão inseridos numa temática masculina. O universo que a mulher poderia revelar não está sendo revelado. "Os homens conseguem ir ao encontro do inconsciente deles. As mulheres ainda não". Carolina fala que "acha legal" o curta metragem *Ida e volta*, de Rose Lacreta, em que durante cinco minutos um ator nu (Joel Barcelos) apresenta composições de expressão corporal.

Falando a respeito de seus próprios filmes, Ana Carolina acha que eles não têm uma preocupação "feminina". Mas diz que algo nesse sentido vai amadurecendo. Em seus filmes ela sente uma preocupação em "descobrir a potência masculina". Principalmente no *Getúlio Vargas*. E por isso que o filme é desorganizado, explica. "É a mesma desorganização com que as mulheres enfrentam o poder masculino, a mesma inabilidade. É um filme feito sem teorias prévias, como uma ideia que vai tomando forma, para aos poucos se situar diante desse símbolo masculino: o líder, o pai".

Rose Lacreta

"As mulheres dos filmes brasileiros de hoje são estereotipadas, superficiais; há atualmente um empobrecimento, uma entregação, as coisas estão mais limitadas".

M e convidaram para uma reunião de produtores. Fui. Só homens. E eu. Isso já cria uma certa confusão. Mesmo no pessoal de cinema que, se supõe, é mais aberto. Devem se perguntar se sou lésbica.

Mas na hora do financiamento para meu filme, nada", diz Rose Lacreta, assistente de direção de *Os deuses e os mortos* (de Ruy Guerra) e *O Capitão Bandeira contra o Dr. Moura Brasil* (de Antonio Calmon), atriz de *Vai trabalhar vagabundo* e *Os condenados*, realizadora do curta metragem *Ida e volta*, realizadora de *Incarneação*, longa metragem em 16 mm, ainda inacabado.

Rose considera-se uma cineasta marginal: produtora estreante, alguém que os meios profissionais e burocráticos vêem com muita reserva. Diz que além de estreante, filmou em 16 mm (porque não havia outro jeito de filmar), e os meios burocráticos e profissionais não levam muito a sério o 16 mm. "E além de tudo, mulher", acrescenta, "o que completa o quadro".

Atualmente, diz Rose, o compromisso da mulher é com o cinema mais ágil, do 16 mm, do curta-metragem, embora algumas já tenham passado para o longa metragem, como Tereza Trautman (*Os homens que eu tive*), Lenita Perroy (*Mestica, a escrava selvagem* e *A noiva da noite*).

Rose está organizando, junto com Lucila Avelar, o ciclo "A mulher no cinema brasileiro", que a Cinemateca do Rio de Janeiro vai apresentar em agosto. Haverá filmes dirigidos por mulheres e filmes dirigidos por homens: trata-se de elaborar um panorama histórico do cinema brasileiro, através de uma sucessão de personagens femininos. Rose lamenta a falta de grandes personagens femininos no cinema brasileiro nos anos 60 e 70. "Não se acha um personagem feminino tão rico como a Dea Selva do filme *Ganga Bruta*, de Humberto Mauro (1933). As mulheres dos filmes brasileiros de hoje são estereotipadas, superficiais. Isto pode mostrar um problema mais geral: há atualmente um empobrecimento, uma entregação as coisas estão mais limitadas. O tema da mulher ajudará a perceber isso".

Na Cinemateca do Rio haverá uma reunião com mulheres do cinema antigo, principalmente atrizes que vão contar sua experiência. Serão dois dias de discussão, e haverá também depoimentos de mulheres que trabalham atualmente em cinema. Rose esclarece que não serão discussões sobre feminismo, mas principalmente sobre condições de trabalho. "Não que essas mulheres se descompletam de sua condição de mulher", diz ela, "mas o feminismo não é o objetivo maior do ciclo".

O adeus à juventude

Já houve momentos em que o Festival de Inverno de Ouro Preto orientou a vida cultural do país. Este ano é um festival distante, pobre, "destinado a uma elite", segundo os organizadores. E todos perguntam atônitos: por que?

História e problemas desse festival

Promoção cultural do seu tempo, o Festival de Inverno vem resistindo à ação do tempo. Falta-lhe apenas um ano para completar dez anos. Nasceu inspirado no despertar da universidade brasileira para a extensão universitária. E per-

sistiu". Com esta abertura solene, o programa oficial apresenta o 9º Festival de Inverno de Ouro Preto, promovido por órgãos governamentais de Minas, coordenado pelo Conselho de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais com o alto patrocínio do MEC. A

acrescenta, em grande estilo: "Há uma grande e comunidade internacional que anualmente espera ansiosa, pois sabe que ele não se repete de ano em ano, mas realiza-se a cada ano. Procura-se avaliá-lo no presente em função do que tem e do que deve ser, mas conclui-se: o

importante é o que e" (sic).

Na verdade, a história do festival já teve muito mais faces do que deixa ver o fraseado tautológico dessa apresentação, algumas passadas, outras persistentes: promoção turística, pesquisa e debate de vanguarda, ponto de convergência de hippies de todos os quadrantes do país, exposição de cultura tradicional. Nesse ano, no entanto, a diversidade que já marcou o festival em suas fases anteriores mostra-se consideravelmente aplacada.

Até o começo da década de 70, o festival de Ouro Preto ainda soube ser o lugar onde se discutiam e se realizavam propostas inovadoras em termos de teatro, música, artes plásticas. Junto com a apresentação de grupos destacados da arte brasileira em todos os setores, as promoções tendiam muitas vezes a favorecer o debate, a experiência, a inovação e a participação do público. De repente, as igrejas do século XVIII

podiam acolher as experiências do músico alemão Koelreutter (que formou uma importante geração de músicos brasileiros) e que mobilizava todo o público presente. Essas explosões soavam inquietantes demais para os chamados "responsáveis". O grupo norte-americano Living Theatre, de Julian Beck, que propunha um ação teatral nessa linha e que havia se estabelecido em Ouro Preto, teve que sair do país em 1971.

No festival de agora só se confirma essa tendência a aparar suas potencialidades mais ousadas. Nem vanguardas nem hippies. Os jovens que afluem em grande quantidade, não para fazer cursos, mas para o exercício de uma certa disponibilidade conhecida como "curtição", haviam passado a ser, a certa altura, a própria imagem do festival. Basta dizer que, há dois anos atrás, quando havia 536 alunos inscritos nos cursos de férias, houve 360 pri-

sões de pessoas tidas como desocupadas ou portadoras de tóxicos, apenas nos primeiros 10 dias de festival. Ao mesmo tempo, o diretor-geral, Rubens Romanelli, garantia que tinha sido "um festival tranquilo, o primeiro que pudemos controlar".

Ou então, na linguagem bacharelesca do já citado programa oficial do Festival onde se lê: "Tão expressiva é a afirmação do Festival de Inverno que se concluiu pela necessidade de se conter a sua programação, afim de se evitar que possível hipertrofia desfigure os reais e despretenciosos objetivos da promoção, desvirtuando-a". Parece que os grandiloquentes e internacionais desígnios expressos no primeiro parágrafo da apresentação são obrigados a se encolher modestamente no momento em que interesse e a representatividade do festival se transformaram numa inquietante e indesejável "hipertrofia".

O clima de Ouro Preto

No passado, em todos os setores, as promoções tendiam a favorecer o debate, a experiência, a inovação e a participação do público.

De todos os festivais culturais brasileiros o festival mineiro é o que tem a história mais significativa: ele não está no momento procurando promover os grandes acontecimentos públicos que já o caracterizaram, ficando na atmosfera mais reservada das salas de aula.

Quando as atividades culturais, (cursos, exposições, concertos e espetáculos) do dia se encerram, lá pelas dez horas da noite, os comentários à saída do teatro ou do cinema são mais ou menos unânimes: a maior

parte dos participantes acha a programação cultural mais fraca que nos festivais anteriores. Reclamam tanto da qualidade, como da menor quantidade dos espetáculos, relembrando os nomes que já se apresentaram ali no passado: Caetano Gil, Ruth Escobar, entre outros.

Segundo Júlio Varela, Coordenador Executivo do festival, o festival é só isso: cursos e atividades culturais. "As pessoas confundem o festival com festa, com movimentação de rua, por isso reclamam que este ano está pior. Desde o primeiro ano afirmavam que seria o último, no

entanto estamos chegando ao décimo, com o mesmo entusiasmo. O festival é um acontecimento cultural e, temos de reconhecer, para uma elite. O povo da cidade não assiste às programações porque não quer pagar ou porque não entende e não gosta. Não se trata de uma festa popular. Nesse sentido, a imprensa não tem sido compreensiva e tem associado ao festival tudo o que se passa de ruim em Ouro Preto, neste mês, — desde a prisão de bandidos à descoberta de maconha, que nada tem a ver com nossa gente".

Varela apresenta seus motivos para a retração das atividades do festival. Segundo ele, a coordenação limitou o número de vagas para os cursos de modo a "aperfeiçoá-los cada vez mais" (esse ano há somente 291 alunos, quando o festival já teve 700 inscritos). Quanto à programação cultural, reconhece que é menos intensa e faz uma afirmação que é pouco menos que tocante: "as noites livres foram previstas para não cansar o pessoal e preferiu-se incrementar a participação de grupos nacionais e regionais menos conhecidos". Aponta dificuldades de ordem financeira: "é um milagre esta programação de alto nível, estendendo-se por dez cidades mineiras, organizada com um milhão de cruzeiros".

Para os jovens participantes é no contato entre as pessoas que parece ficar, ainda, o grande significado do festival: a convivência nova ainda é desalienadora. E o que transparece

na fala de Olimpia e Sandra, alunas do curso de literatura. Para Olimpia, "mesmo nos cursos, o que interessa é a discussão em grupos e os debates, sempre esclarecedores e criativos". E Sandra, que está indo pela primeira vez a Ouro Preto e ao Festival, entusiasmadamente encontra aí o que São Paulo (onde mora) lhe nega: a possibilidade de conviver com pessoas de outras áreas e possibilidade de diversificar suas atividades.

Mas há também um lado sombrio, difícil de definir. Para Eliana, "uma loirinha bonita e simpática, "as pessoas parecem estar no festival não só em busca de algo, como fugindo de algo".

De fato, em meio ao clima de férias, é possível perceber que a cidade, em julho, é uma ilha.

porque ela esbarra a cada passo na hostilidade dos moradores de Ouro Preto: "o ouropretano não gosta de nós".

afirma o próprio Júlio Varela, "é muito conservador".

Aliás, esse não é o único fator a apontar o outro lado do festival. Há também o zelo com que as autoridades buscam manter a ordem, buscando auxílio policial. Embora este ano o policiamento não esteja tão forte nos lugares públicos, as autoridades não deixaram de enviar policiais às "repúblicas" de estudantes em diversas horas do dia, pedindo documentos às pessoas que, às vezes, acordavam de manhã surpreendidas por aqueles estranhos homens de olhos escuros. Até mesmo a "república" Pulgatório, onde se hospedam os estudantes norte-americanos da Universidade de Indiana, foi visitada. O professor Ricardo Paiva, chefe da delegação norte-americana, e Júlio Varela foram pedir explicações ao delegado, depois do fato acontecido e este desculpou-se, dizendo que se tratava de uma ordem da Secretaria de Educação.

Música

Paixão e fé

Na sala superlotada, sem espaço para sentar no chão, Milton Nascimento devolveva fragmentos de identidade a uma juventude que há anos procura a sua.

Ana Maria Bahiana

Tudo estava contra a temporada de Milton Nascimento no Museu de Arte Moderna do Rio. Para começar, o local: um vasto salão, muito bonito e funcional para exposições, mas cujo único conforto para espectadores de música é um chão frio e duro. Depois, uma hiperlotação insensata e quase criminosa, fruto de dois dos maiores vícios do show business brasileiro: informações errôneas quanto à capacidade real do local ("Me disseram que aqui cabiam 2.500 pessoas, eu vendi 2.500 ingressos", dizia a divulgadora, afobada) ou a venda desordenada de ingressos mesmo muito depois da lotação esgotada (mesmo com o salão repleto, sem espaço sequer para sentar no chão, se vendiam entradas). Resultado: seguramente metade dos 2.500 espectadores nem sequer viram o boné de Milton Nascimento.

Some-se a isso o proverbial atraso de hora e meia, as andanças erráticas de um cinegrafista pelo palco e um tecladista — Vagner Tiso, um músico do maior gabarito — desligado e deixado. Leve-se em consideração o fato de que esse show, não representa nenhum passo novo na carreira de Milton, mas apenas uma apresentação profissional, provavelmente em parte destinada a

Show especial de Milton Nascimento com o conjunto Som Imaginário. Direção de Ronaldo Bastos. Duas apresentações, no Rio, a 14 e 15 de julho, na Sala de Exposições do Museu de Arte Moderna (MAM).

saldar algumas dívidas contraiadas nos eternos períodos incertos de sua vida. O resultado final deveria ser um patético fiasco. Mas não foi. Milton Nascimento no MAM foi um sucesso estrondoso, uma apresentação límpida e bela, uma festa.

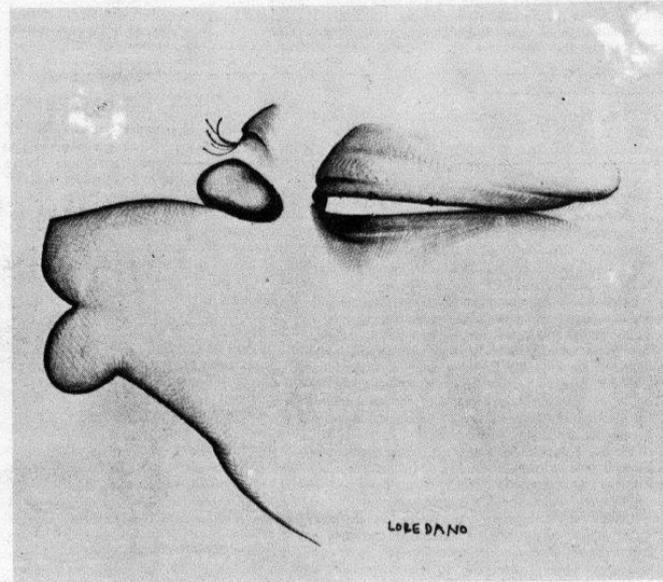
Controlado, seguro, à vontade, sem medo do palco, liberto do escudo do violão (mas sem coreografias como nos tempos de seu primeiro show com o Som Imaginário no Teatro Opinião, no Rio), Milton se consagrou como um intérprete quase perfeito. Seu apoio era um grupo mais do que seguro: afiado. Novelli extraiu do baixo um som redondo, cheio, personíssimo. Toninho Horta provou ser um dos maiores guitarristas deste país (seu único problema é sua mineirice: é talvez o único guitarrista a abaixar o volume de seu instrumento na hora de um solo). Paulinho Braga, estreando na bateria, substituiu ao brilhante Robertinho. E Nivaldo Ornellas, no sax, flauta e clarinete, foi a segunda grande estrela das duas noites.

aplaudido a cada intervenção.

Só essa exposição de limpeza artesanal já valeria o desconforto do MAM. Mas ela não foi o mais importante. O mais importante estava provado ali por aquela platéia maciça, onde se misturavam universitários na casa dos 20 anos ("Acho que meu público são os universitários", disse Milton antes do show), adolescentes com jeito de *habitués* de shows de rock e casais de meia idade: Milton Nascimento é uma das figuras solares da música brasileira hoje, um criador com a mais ampla visão de seu trabalho. Seu repertório era muito simples: 15 canções apenas 2 inéditas, a maior parte já apresentadas em seu espetáculo do ano passado, *Milagre dos Peixes*.

Mas a cada uma (e cada noite de um jeito diferente) Milton imprimiu um caráter novo, múltiplo. Soltou o balanço quase rock de *Faca Amolada* ("a fé, a fé/paixão e fé/a fé: faca amolada"), uma das mais aplaudidas das duas noites. Fez de *Cais* um oratório sóbrio, estático, imobilizando no espaço cada acorde, cada palavra. Em *Bodas* ("chegou no porto um canhão/de repente matou tudo, tudo, tudo") ele releu sua própria canção, fornecendo notas ao pé da página, espaços vazios, sugestões. E *Ponto de Areia* ("da Bahia a Minas/estrada natural/que ligava Minas ao porto, ao mar/ caminho de ferro, mandaram arrancar"), que Elis cortou com sua técnica e Marlene banhou de emoção, se reduziu, com Milton, à sua pureza maior: uma pequena tragédia mineira, brasileira, que ele contava com um sorriso amargo e natural.

Enfim — se a palavra não fosse tão perigosa — apoteose. Milton tocou alguma coisa no fundo do peito daquelas 2.500 pessoas, disse algo a cada uma



dela. Talvez tenha-lhes passado um fragmento da identidade que essa juventude (e era juventude 2/3 da platéia) está procurando há bom tempo. 2.500 pessoas, amontoadas no chão duro, cantaram junto com ele *San Vicente* e *Outubro*, ergueram-se como um para dançar (fôto raríssimo!) e bater palmas no ritmo de Pablo.

Uma festa. Uma comemoração. Uma prova de vitalidade como a música popular não conhecia há bastante tempo. O que se poderia exigir de Milton? Que ele tocasse mais material inédito? Que ele inaugurasse alguma novidade em sua criação? Isso pode ficar para depois. Milton está vivo, criando, misturando tudo com aten-

ção e força: Minas, Jazz, samba, New York, rock, Minas de novo e mais algum ingrediente secreto. Milton está definitivamente puxando os vagões de um trem que andava querendo parar. E, ao contrário do personagem de Ponta de Areia, esse trem liga Minas não só à Bahia: liga o Brasil, aos brasileiros ao mundo.

Em seu livro, *A função do orgasmo*, o psicanalista austríaco Wilhelm Reich fala de problemas que estão no núcleo de toda a sociedade. E que, embora seguidamente renegados, disfarçados ou açucarados, sempre voltam a aparecer e a pôr em questão os valores dominantes.

Mutilados de corpo e alma

Gilberto Vasconcelos

A função do orgasmo, Wilhelm Reich. (São Paulo, Editora Brasileira, 1975, 328 páginas, Cr\$ 70,00).

Wilhelm Reich já foi acusado de tudo: de "pequeno burguês", pelos burocratas do mundo socialista; de "político" (com sentido pejorativo), por muitos psicanalistas enriquecidos pelo divã; de "louco", pelos professores acadêmicos de psicologia.

Na verdade, Wilhelm Reich, foi, muito provavelmente, o primeiro psicanalista a "politi-zar" o desejo. Viu no fundo do poço da psicanálise sua verdadeira contribuição crítica: que a aspiração à felicidade erótica é uma aspiração, em essência, social. Fora de uma visão política, nos seus termos, a propalação da *libertação sexual* de hoje em dia viria mistificação ideológica.

Mas Reich também viu a outra face do problema: não se pode pôr em pauta a existência de uma sociedade livre sem que junto vá a discussão da satisfação instintiva e, portanto, do relacionamento sexual entre os indivíduos que a comporiam. Essas duas mensagens libertárias entrelaçadas informam sua investigação psicanalítica.

O valor crítico de tal formulação salta aos olhos quando se atenta para o socialismo burocratizado de hoje, que predomina em diversos países da Europa Oriental. Este nos ensina, ainda que pelo avesso, que erradicação a propriedade seria

uma condição necessária, mas não suficiente, para acabar com formas de dominação social. Sem remodelador o quadro instintivo do indivíduo (sua "higiene mental", no dizer de Reich), sem a erotização do corpo e das faculdades intelectuais, toda e qualquer revolução será sempre uma revolução traidora. Convém bater nessa tecla porque, embora escancarada, poucas pessoas compreenderam (e muitas não compreendem ainda hoje) a afinidade entre alienação social e violentação dos instintos. Há mesmo aqueles "teóricos" que sempre veem nessa aproximação uma "estratégia do capitalismo", destinada a "substituir" os conflitos sociais pelos "conflitos de geração", dissolvendo tudo num psicologismo sem fronteiras.

Por outro lado, é necessário se precaver contra o rótulo de "Revolução sexual" que em geral acompanha o nome de Reich. O termo envelheceu, virou ideologia. Não é a toa que aqui e ali surgem dulcoradas reportagens em revistas coloridas, sugerindo que o significado dessa "revolução sexual" se esgota no mundinho privado de cada um. A pobreza erótica se converte num mero fardo pessoal, complexo que poderia ser sanado se estivéssemos nas mãos de algum "prafrentex" como Reich. A felicidade amorosa, dependia apenas de pequenos arranjos pessoais. E no meio dessa ideologia acurada figura o nome de Wilhelm Reich.

Essa imagem distorcida desfaz-se na leitura de *A função do*

orgasmo. No livro fica claro como soa falso reduzir a sexualidade a um problema meramente pessoal, apartado dos mecanismos da vida social. A idéia que o percorre de ponta a ponta é a ênfase no caráter social da sexualidade. Tal idéia já aparecia, de resto, nas obras de seu antecessor e mestre na Escola Psicanalítica de Viena, Sigmund Freud. Embora Freud não perseguisse essa idéia até as raízes, anunciou-a em trabalhos como *A civilização e seus descontentes*, ao vincular a civilização, a vida gregária, à necessidade de repressão dos instintos e da vida afetiva. Sem manchar o instinto, e violentar o corpo (convertendo-o em coisa, instrumento de trabalho desagradável e submetido à exploração), a sociedade de classes não conseguiria se manter de pé: eis o grito rebelde da psicologia freudiana que Reich leva às últimas consequências. A mutilação dos instintos — e do corpo, portanto — na infância tem sentido apenas numa ordem social degradada e repressiva. Dessexualizar a infância — diz Reich — é uma exigência de dominação política, faz parte de uma organização social em que o corpo vai se transformar em mero instrumento de produção.

O núcleo da visão psicanalítica de Reich está na ênfase sobre a sexualidade infantil e sua repressão familiar. Através da família autoritária, essa poderosa "fábrica de ideologias", como a denomina Reich, a repressão sexual transforma os indivíduos em seres conformados, submissos, resignados.



O homem neurótico sabe sofrer até limites insuportáveis, mas não sabe lutar. E disso qualquer sistema tira proveito. O corpo castrado torna-o apto a aceitar regimes políticos os mais libertários. Para Reich o desejo de autoridade, a paixão pelas ações irracionais de que se nutrem os inúmeros fascismos; o ódio do prazer, a uma vida livre e independente, tem muito a ver com o bloqueio da capacidade natural de amar, isto é, a incapacidade neurótica de se entregar, sem peias, a um ato amoroso. A repressão da libido na infância e na adolescência culmina, na maturidade, com o atrofiamento da sexualidade, na inibição definitiva do prazer e de sua forma mais completa e abrangente para a

personalidade: o orgasmo. E Reich não hesita em afirmar que a maioria da humanidade não alcança o prazer orgástico; daí o perigo, sempre recorrente, do apelo ideológico às formas de vida autoritárias encontrar ressonância junto aos corpos raivosos, enrijecidos, mutilados.

Ler essa obra tendo em vista a paupéria latinoamericana (que não é somente econômica, mas sexual) intensifica essa percepção. Isso porque o subdesenvolvimento impede qualquer forma autêntica de prazer (sexual ou não) para quem vive, como a maior parte da população do Continente, em moradias precárias, enfiado na miséria, em meio à promiscui-

dade. Assim o gozo sexual que, em países desenvolvidos, parece, à luz da psicanálise, um direito rudimentar, assume, aqui na latinoamericana, dimensão sofisticada, um luxo, trazendo a marca aberrante do privilégio. Esse é, certamente, um dos motivos centrais de porquê nos sentimos vexados quando falamos na questão do desejo. O subdesenvolvimento trunca o discurso que fala do amor e do prazer. Ou ele sobe a idealizações inócuas ou entra direto no baixo calão agressivo e grosseiro. A incômoda presença da miséria explicaria a incrível dificuldade que temos de alcançar uma autêntica "erótica do verbo", como diria o escritor argentino Julio Cortázar.

Leão-de-Chácara, João Antônio (Rio, Civilização Brasileira, 1975, 107 páginas)

Afonso Henriques de Lima Barreto — pioneiro — consagra: esta dedicatória, em *Leão-de-Chácara*, situa o livro e seu autor, João Antônio, dentro da literatura brasileira e define a sua relação com o público a que ele escolhe se dirigir. Pois João Antônio retoma, aqui como em seu livro de estreia, *Malagueta*, *Perus e Bacanaco*, um caminho poucas vezes trilhado pelos nossos escritores (e Lima Barreto é um desses raros exemplos) aquele que ultrapassa o terreno das confissões pessoais e dos problemas arrogantes da classe média e vai além, em sua preocupação por mostrar o que chamariamos de "poço brasileiro". Um caminho, portanto, que leva a uma literatura que conjuga indissolúvelmente grandeza estética com um profundo espírito popular e democrático, com uma aberta tomada de posição em favor dos humilhados e ofendidos.

Naturalmente que escritores como Lima Barreto e João Antônio têm que pagar caro pela opção que fizeram. No caso do autor d' *O triste fim de Policarpo Quarema*, basta ver como ele é tratado, em épocas como a que vivemos atualmente, em que prevalece uma visão formalista ou esteticista da arte: "desce sobre a obra do romancista — como escreveu Carlos Nelson Coutinho — um absoluto silêncio, interrompido

apenas pelas desdenhosas afirmações de que ele desconhecera os

instrumentos específicos da escritura". Quanto a João Antônio, que estreou em 1963, e sofre, em relação a Lima Barreto, a desvantagem de não ser um clássico, basta ver como a partir de 1968 *Malagueta*, *Perus e Bacanaco* foi progressivamente esquecido. Enquanto isso a crítica, que acompanhava o florescimento do eteticismo, distorceu sua visão em relação a este livro a ponto de considerar seu autor apenas um "fenômeno". *Malagueta*, com sua linguagem muito especial, e com suas preocupações populares, seria, de acordo com a facção da crítica que prevaleceu entre nós nos últimos sete anos, apenas um documento da vivência do autor no ambiente que retrata, e não o primeiro — e poderoso — trabalho de um escritor que tinha importante obra a fazer.

Ao lado do underground uma literatura esquecida

O próprio modo como o autor, por uma questão de sobrevivência, se deixou absorver pelo jornalismo (que, como ele mesmo afirma, lhe chupou até a última gota de sangue), parecia fortalecer essa tese muito cômoda em relação à sua obra: João Antônio seria apenas um talentoso repórter, e não um escritor. E o *underground* que ele apresentava, com todos os ingredientes típicos do *ragu* cultural brasileiro, teria que ser forçosamente anulado para dar lugar a outro tipo de *underground*-a contracultura importada pelos jovens

"Uma literatura que conjuga indissolúvelmente grandeza estética com um profundo espírito popular e democrático"

A outra volta dos marginais

Aguinaldo Silva



intelectuais de classe média, que assumem o que Nelson Mota batizou de *postura pop*, e que nunca passaram, senão pelo exotismo da Lapa e da Boca do Lixo, ao menos por

Caxias, pelo Largo da Concórdia ou pelos trens da Central.

E no entanto, dois anos atrás após a publicação de *Malagueta*, *Perus e Bacanaco*, João Antônio já confirmara o seu

talento de escritor, ao publicar "Paulinho Perna Torta" (*In Os Dez Mandamentos* coletânea da Civilização Brasileira). E nesse dez anos, apesar de absorvido pelo jornalismo, continuou seu trabalho literário, e em plena forma, a julgar pelos raros contos seus que chegaram a ser publicados (um exemplo: "Afiniação na arte de chutar tampinhas", *Literatura Brasileira em Curso*, Edições Bloch, Rio, 1968).

Um quarto lugar no concurso de contos do Paraná em 1974, e retomada do trabalho jornalístico em outro nível, após um período de crise, coincide, na carreira de João Antônio, com o momento, no nosso panorama cultural, em que se começa a questionar essa visão formalista da arte que parte da crítica impôs, nos últimos anos. E transforma o lançamento de *Leão-de-Chácara* num fato da maior importância, pois, após sete anos de lamentações, de voltas em torno de si mesmo nossa literatura retoma, aqui, o seu papel e sua função crítico-social.

É verdade que alguns leitores, poderão torcer o nariz a *Leão-de-Chácara*. Como não fazê-lo? Ele tem, como personagens principais, rufões e prostitutas, bêbados e desocupados, pivetes e vagabundos, e se refere sempre a um mundo que o *hom gosto* preferiria que fosse paralelo ao nosso, e não parte do nosso próprio mundo. E sua linguagem, eficientemente trabalhada pelo autor, é a desse mundo.

A frente de uma boate, um

leão-de-chácara, no simples abrir e fechar da porta, traça um retrato amplo, cruel, do mundo em que vive: um homem sem perspectivas sonha com a liberdade e a realização impossíveis numa noite de Natal; outro leão-de-chácara filosofa cruelmente sobre as bordoadas que a vida distribui, indiscriminadamente; e "Paulinho Perna-Torta" se instala aos tapas e pontapés, no lugar mais alto da literatura brasileira (de preferência ao lado de *Uma Vida em Segredo*, de Autran Dourado, como uma das duas obras primas da nossa novela). João Antônio lida com seus personagens — aos quais conhece muito bem, e aos quais ama e respeita —, e orienta seus leitores para uma conclusão definitiva: o povo, ao contrário do que se ensina, é sábio. Ele aprende a viver com a própria vida. A margem de erro de que dispõe é mínima e por isso, não lhe resta outro caminho senão aprender. "A escola da vida" — que fala o leão-de-chácara *Pirraza*, e em redor da qual Paulinho Perna Torta alinhava sua filosofia: esse é o tema central das histórias desse novo livro e João Antônio.

Leão-de-Chácara, como *Malagueta*, *Perus e Bacanaco*, forma ao lado de raras obras da nossa literatura em que essa grossa fatia da população urbana do nosso país foi retratada com fidelidade. E João Antônio, seu autor — que aprendeu, como Paulinho Perna-Torta, na escola da vida — se mantém firme, assim, no compromisso que assumiu com seu próprio povo.

A INVASÃO DO CONHECIMENTO

A legião de *brazilianists* (bolsistas, especialistas avulsos, professores estrangeiros, em especial americanos) que invade o país para pesquisar história política e econômica afeta de várias maneiras o nosso modo de ver o Brasil, pensando significativamente sobre o vazio cultural dos últimos anos. Na contribuição e na influência exercida por esses trabalhos, onde termina a informação e começa a deformação?

Nelson Werneck Sodré

Nos últimos dez anos o Brasil vem sendo objeto de grande curiosidade nos meios universitários estrangeiros, particularmente os norte-americanos. Foi o nosso País invadido por centenas de pesquisadores daquele vizinho, bolsistas em grande parte, voltados para a nossa história e os nossos problemas, com particular interesse, quanto a estes, para os políticos e econômicos. Por outro lado, tornou-se comum a compra de bibliotecas brasileiras e de arquivos particulares, a microfilmagem de outros, a tal ponto que - como no que se refere a objetos de arte-as autoridades decidiram deter essa apropriação por assim dizer indebita. Não é este último aspecto o que nos preocupa, aqui e agora. Mas os trabalhos elaborados por professores, alunos universitários, pesquisadores avulsos, intelectuais, especialistas. Trabalhos que, como foi mencionado, são, em maioria esmagadora, de autoria de americanos. Esses trabalhos podem, para fins de sistematização, ser grupados em dois campos: os avulsos e as teses universitárias. Os avulsos poderiam conhecer ainda uma subdivisão: encomendados e não-encomendados. Assim, o trabalho de Alfred Stepan - *The military in politics. Changing patterns in Brazil* - como o de Albert Fishlow sobre a economia brasileira, como tantos outros ultimamente publicados nos Estados Unidos, são trabalhos avulsos encomendados. Já o trabalho do professor John W. Foster Dulles - *Vargas of Brazil: a political biography* - é avulso não-encomendado. Para o que nos interessa, aqui, entretanto, vale destacar o número de teses universitárias versando temas brasileiros e tratadas por estudiosos norte-americanos. Elas não são interessantes - e às vezes até importantes - pela quantidade, pelo sentido de que se revestem, pelo que revelam de interesse pelo Brasil. São ainda interessantes pela forma, pelo tipo, pelo modelo, por assim dizer, e para empregar uma qualificação em moda que a cibernética transferiu aos estudos do homem e da sociedade.

A evasão de informações para o modelo norte-americano

Tornou-se repetido, diante disso tudo, afirmar que a cultura brasileira está em crise, denunciada pelo fato de, hoje, ser difícil estudar os nossos problemas e mesmo os do passado sem consultar os trabalhos publicados no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos. Os estudiosos estrangeiros, com absoluta preponderância para os norte-americanos, constituem, segundo alguns comentadores, aquilo que ficou conhecido como a galeria dos *brazilianists* - estrangeiros especializados em Brasil. Claro está que a nossa cultura está em crise e que um dos indícios, entre muitos outros, dessa crise, reside no fato de pertencer a estrangeiros a autoria de trabalhos considerados indispensáveis ao conhecimento do nosso País. Com certa frequência, nos últimos tempos, insiste-se sobre esse aspecto. Valoriza-se, com isso, e um tanto indiscriminadamente, os referidos trabalhos. A indiscriminação permite confundir pesquisas, às vezes rigorosas na verdade e muito especializadas, com simples teses, sem maior importância. Há, certamente, autores norte-americanos aos quais estamos devendo trabalhos de indiscutível

importância. Isso não acontece agora, mas vem de mais longe. Seria impossível mencionar muitos, mas qualquer estudioso de nossa história sabe que, para ficar nos norte-americanos, trabalhos como os de Alexander Merchant sobre o escambo e a escravidão, ou de Stanley Stein, sobre a expansão cafeeira, são indispensáveis. O importante, entretanto, mais do que destacar este ou aquele, ou analisar cada um deles em separado, consiste em constatar como esses trabalhos, refletindo o tipo e forma condicionados pelo ensino universitário norte-americano, estão contribuindo para impor um modelo a que os nossos estudiosos, porque a estrutura universitária brasileira vem copiando a norte-americana, estão se amoldando, consciente ou inconscientemente, e que, no fim de contas, agrava e aprofunda a crise cultural por que estamos passando. Desde logo, pois, é preciso afirmar, deixando de fazer coro, que, apesar das condições vigentes, estamos aqui, fazendo coisa digna de preço, apresentando contribuições interessantes, vencendo todos os obstáculos. Mas, ao mesmo tempo, constatar, com humildade, que a fixação do referido modelo, importado, tem deformado as nossas contribuições culturais.

Acumulação de dados, análise inocua: ciência?

A tendência, que as universidades ocidentais acompanharam e que se originou dos Estados Unidos, e é peculiar à estrutura universitária daquele país - e esta, naturalmente, às condições vigentes e de avaliação de mérito, vem contribuindo de maneira acentuada para deformar inteiramente o conhecimento e sua avaliação. E conveniente chegar a detalhes, para esclarecer melhor o problema. Quando, para exemplificar, o estudante ou o estudioso comum, nos Estados Unidos, decide vir ao Brasil, porque escolheu tema nosso para pesquisar, obedece, no andamento de sua pesquisa, e na elaboração da tese, àquelas normas peculiares à estrutura universitária norte-americana. Os mais afortunados - obrigatoriamente os já consagrados e elaborando trabalhos encomendados, mas também os que preparam teses - munem-se dos instrumentos necessários, gravador como principal. E percorrer a via-sacra obrigatória: ouvem depoimentos, convenientemente gravados; fotografam todos os documentos de que necessitam; copiam aqueles que não podem xerografar. Munem-se, em suma, após o prazo concedido para a pesquisa, de uma soma de dados que o estudante ou o estudante brasileiro raramente pode acumular ou reunir. E sobre essa riqueza informativa, depois catalogada, arrolada, arrumada, e às vezes se estribam. Consequentemente, ao fim do uso desse sistema, surge o modelo: considerável acumulação de fatos ou dados. Assim, de um lado, os trabalhos resultantes são necessários e úteis, porque, via de regra, constituem fontes indispensáveis de informações; de outro lado, não acrescentam nada de nada ao esclarecimento do fenômeno ou processo proposto. Não é a quantidade de informações que torna claro um problema científico. Claro está que é preciso sempre partir do particular - e o particular é o fato ou o dado - mas se o conhecimento não superar o particular e não atingir o geral ou universal torna-se inocua. Uma quantidade de fatos não é História, por exemplo, embora não se possa fazer História sem conhecimento dos fatos. A ciência está

longe de ser quantitativa: ela é essencialmente qualitativa. Os que não superam o particular, não são cientistas. Podem, quando muito, reunir material preparatório para a ciência.

Ensaio e tese: o percurso do conhecimento interrompido

Tudo isso careceria de maior importância se esse tipo, constituído em modelo, não estivesse predominando de forma absoluta não apenas na área meramente universitária, para a formação de quadros docentes e mesmo para a licenciatura, mas ainda dos ensaios que, assim, ficam parecidos teses. O que está ocorrendo, entre nós, por força da imitação ou da simples adoção do modelo norte-americano, é a confusão entre tese e ensaio. Os ensaios oriundos dos quadros universitários, e particularmente na USP, estão, sempre e cada vez mais, parecidos teses. No que estas apresentam, fora daqui, como superado, isso é, obsoleto na forma e no conteúdo. Nada como o exemplo, para deixar mais claro a análise. Há perto de meio século - e já no modelo apontado, e já com influência da estrutura universitária norte-americana - aparecia um livro de muito sucesso: *Casa Grande & Senzala*. É fácil ver como já seguia o modelo: trata-se da acumulação numerosa de dados, fatos, autores, citações, aspectos pitorescos; costurando esse material riquíssimo, um fio fininho de observações, jamais concludentes, mas arrumadas com muito gosto. O livro continua a ser fonte interessante para o estudo do passado colonial brasileiro; as análises do autor carecem de qualquer significação. Outro exemplo, mais recente: há pouco menos de três lustros, a professora Nícia Vilela da Luz publicava um ensaio, que fora tese, sobre a industrialização no Brasil, importante pela acumulação de dados: relatórios de ministros da Fazenda, Anais parlamentares, etc., com a particularidade de encerrar antes de 1939, isso é, quando, precisamente, a industrialização brasileira tomava impulso e iniciava etapa qualitativamente nova. O livro continua a ser fonte interessante. Teria sido um grande livro se o material tivesse sido, além de arrolado, tratado, analisado, discutido. Terceiro exemplo: foi editado, em 1974, o importante trabalho da professora Maria Odila da Silva Dias, *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil*. Trata-se de obra da maior importância e resultante de uma pesquisa digna da maior estima, feita na Inglaterra. O que esse trabalho representa como erudição, como levantamento de informações, como tentativa de interpretar uma fase histórica, só pode ser avaliado por quem o tiver lido. A autora, entretanto, jamais abandona o particular, jamais situa o geral ou universal; braceja no particular, e com extraordinário esforço, todo o tempo, tornando-se responsável por um livro importante, quando o poderia ter sido por uma obra fundamental. Para terminar, não se diga que isso é impossível, que tese é assim mesmo, que assim deve ser, etc. Não é. Uma professora de Presidente Prudente, ainda agora, vem de provar isso. Trata-se de Maria da Conceição d'Incao e Mello, com o livro *O "Bóia-Fria": Acumulação e Miséria*. Tendo realizado a pesquisa necessária, elaborou a análise, passando, com segurança, do particular - os dados - para o geral - o quadro social que condiciona o fenômeno. Isso é cultura, quando o percurso do conhecimento se completa. Mas é, também, uma outra história.

LEIA
MOVIMENTO



Livraria **brasiliense** papelaria

Venha todos os sábados tomar uma caipirinha conosco. No 1º andar da Livraria, setor de Ciências Humanas e Exatas, além da bebida e boa companhia, há sempre uma personalidade à esquerda (de quem entra) para um bom papo.

Livraria BRASILIENSE PAPELARIA
Rua Barão de Itapetininga, 93/99
São Paulo - S.P.
SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

DESAFIO

Carlos Stein

Cinco da tarde.

O corpo nu reflete o sol, o lago é uma chapa metálica. Com braçadas lentas, ele se afasta da margem. Piques bruscos, as aves buscam peixes. Ele, a outra margem.

Nada, os músculos endurecendo, e se compara há dez anos, quanto tinha quebrado o recorde da travessia: nove quilômetros de águas encrespadas e correntezas. Tinha vinte anos, então.

Olha para trás, a margem já distante. O corpo responde bem, os braços e as pernas doem, mas ele lembra: dormência macia dissiparia a dor, até lembra das pontadas no tórax, da mão esquerda que melhor agarra a água, sorria: começa a se lembrar de si.

Fora um grande desportista: medalhas e taças por toda casa. Depois ganhara vários campeonatos no ramo imobiliário e outras medalhas: uma esposa, uma casa, dois carros, o segundo filho nadando com elegância.

Águas mornas ondas baixas, ele respira bem. Ambas as margens escondidas por bruma fina — os braços ainda doem e por isso diminui o ritmo das braçadas e aumenta o tempo de giro de tórax. Mas a medida que avança, vê-se pensando que está perdido, não alcançará a outra margem.

Há meio ano, numa festa. Dançou, bebeu, de repente o joelho pareceu rebentar. Ao negociar, a memória negou um dado corriqueiro. Jogou-se na piscina do clube, nadando poucos metros: os pulmões quase fugiram pela boca. Passou a pensar nos campeonatos, — nas montanhas escaladas, em vontades de antes. Trabalhava recordando, aos poucos lhe parecendo estar vivendo as recordações, embora estivesse trabalhando. E não mais conseguiu se explicar.

A solução se formou aos pingos: um homem mergulhando ao mar de um penhasco: sua imagem nas pupilas de um velho; um sonho mal recordado: o cartaz de um lago...

O hábito do vento anuncia a noite: ensolarado, o lago esfria. E o frio aquece seus temores: aquele lago é feio esquife, armadilha de suas fantasias. A mulher o espera com a janta, tocam o telefone, as pessoas querem negociar com ele, tem compromissos, um lugar. Em casa: ar refrigerado, ducha morna, roupa limpa; aperitivo, jornal, televisão — ali: os braços não doem, as pernas sim. Colcha de silêncios desce com a bruma — ele avança.

Avança?
Parece ver a outra margem, areia branca e sólida onde calcaria os pés e vestiria o dorso dolorido; e a visão da roupa de areia o desespera e o faz acelerar os movimentos. Mas se controla e volta ao ritmo de antes, os peixes aguardam seu desvario. E é no cume de uma montanha que o sol se deita. Ficam tons fugazes, cada vez mais, os ventos se fortificando na agonia dos tons e semi tons.

O corpo sobe com as ondas e cai.
Se decidira: um homem faz estradas, não só trafega. E aceita os desafios dos ventos que teimam em empurrar para a senda dos carneiros. Desafiaria o lago, sem treino,



nove quilômetros de correntezas, sem preparativos, muitas vezes quase foi, tinha ido, percebendo só após que não, hoje veio. Ninguém sabendo. Observou o lago. Ambos neutros. Despidos. Sombra na areia: cabeça longa, ventre abaulado. Feriu os pés em alguns seixos, desistiu, só percebendo que não ao mergulhar.

Agora não está só, nada com as aves, os peixes, com o cimento que constrói nos músculos, nada, sabendo que não sobreviverá, o coração subitamente atropelado, um tambor nos tímpanos, os braços doem, não vê as margens e mesmo o céu, as vezes desaparece.

Escuta gargalhadas subitamente ecoando sob as águas e se assombra. Procura ao redor: água, escuridão, ele. E logo as gargalhadas voltam, percebe: ele gargalha. E se pergunta: por que? E a resposta vem, palavra e água misturadas:

Ele se desfaz num universo sem estrelas, mas gargalha. Por que?

Porque é um homem de H de homem maiúsculo — por isso gargalha. Nu como só um homem pode, senhor absoluto do lago com todas as suas águas, sujeiras e caranguejos.

Ir ao cinema! Veias cheias de pedras, assistir ao vôo alcance dos filhos! Agredir por porcentagens!

Não ele, um homem, dono de águas e de si. E gargalha mais, e ainda mais.

Engole água, tosse, as forças se gastam, o que dele vive (ossos, nervos, sangue) se mistura ao líquido, respira água e ar pela vida. Grita água, expele, engole, e tosse água e vida, as pernas pesadas pês sem controle, a visão turva, os ouvidos recusando os próprios gritos assoberbados na tarefa do latejar dos tambores, só as ondas escutam seu cântico de gargarejos.

Quer se acalmar. Se diz: te acalma! — Mas nada mais louco. — Para, olha a câmbra! — Mas não pode parar. Conformado, se deixa dominar pelas bielas desenfreadas — e então o corpo amansa. Ele gira e bóia de costas — bem calmo: está perdido, e por isto calmo. Sabe toda a verdade: já morreu.

Movimentos dormidos entregues às brisas. (dormir?) quase sonha imagens de irmãos afogados (sonhar?) de gente andando (andar?), pagando (pagar?) um jovem erguido pela fúria de um caminhão (morrer?), alguém já viveu? (viver?) um beijo roubado (beijar?) roubar? uma surra (socos?) cotovelados? odiar?.

Mexe as pálpebras e se espanta por ter existido: o céu, o

espelho de seus espantos: a mulher chorando, os amigos não entendendo, os filhos tristes.

Mas a globosidade do céu, em sua aplastância, o irritam: fizera mal aos outros? Ofendera alguém? Por que aquele fim? Sujeitava-se a leis, se elas eram porcas, por que o escolheram para porco do sacrifício? Quem o levava ao cutelo? Sempre quisera certa área de luz, uma aceitação de seu cheiro e da cor de seus cabelos, umas necessidades satisfeitas, tão miúdas, tão menores do que o menor círculo do menor olho do menor peixe daquelas águas de bosta...

Golpes de vento, seu corpo sobe e desce, logo desceria de braços abertos, olhos fitos nos outros porcos nadadores: salsichas ridículas em busca de margens que nunca existiram. De lagos místicos não inventados. Duma Terra arrasada antes de sua planificação.

Então vê a outra margem.

Então vê a outra margem. Estendida como mulher que se oferece, vê a outra margem.

Para, afunda um pouco, e compreende: a outra margem.

De seus olhos nascem os rios, os rios dissipam dúvidas insolúveis e daí nasce uma Terra nova, e a Terra chora no lago, e ele nada rápido (cansado? morto? envelhecido?) bate recordes, chega ganhador.

Cai.
A areia, morna ainda, veste seu peito. Lasso, ele rola na areia, e se veste com todos seus grãos, rolando amoroso da lua que nasce e morre em cada montanha feita de grãos.

Dorme.
Tempo? Pouco? Tempo?

Noite fechada, abre os olhos e o céu é preto, sem nuvens, sem estrelas, sem luzes. A areia é fina e o vento bate, fazendo-o tiritar. Se levanta e saltita. Para e estende os braços, os dedos, olha-se. Se curva para tocar os testículos e se torce para cocar as costas. Comprime uma formiga. Ao fazê-lo, grita — berra, num impeto de animal que se construiu para desafios e o corpo faz uma curva graciosa antes de se chocar com as águas.

Chegaria à outra margem.

Carlos Stein é engenheiro agrônomo e nasceu em Porto Alegre, em 1937. Publicou "Maurina" (contos) em 1970. Participou de diversas antologias e foi diretor de dois jornais culturais (Expressão e Pampa) em Porto Alegre. Seus contos, na maioria, seguem o exemplo de "O circo" curto, lapidado, a um tempo direto e sutil.

O circo

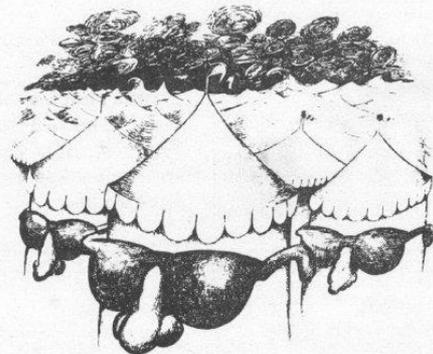
Tinham montado o circo sobre palafitas. Uma prancha, longa e estreita, ligava-o ao continente. A prancha balançava com o peso da multidão, vergando até a superfície do mar, mas as pessoas não se assustavam, ansiosas para entrar e conseguir um lugar: com qualquer tempo, o circo estava sempre lotado.

No centro do picadeiro, fumegando sob as luzes, um gigante anunciava o andamento do espetáculo. Enquanto ele falava e os artistas iam entrando, a orquestra tocava músicas leves, mas, de acordo com o número, elas podiam tornar-se assustadoras.

Em certos momentos, o mar sacudia todo o circo. As lonas tremiam e os fios de sustentação, zuniam, parecendo lamentar-se, mas o público não se importava, cativado pela alegria geral.

O último número era o mais esperado.
— Meus senhores e minhas senhoras...! — gritava o gigante. — Pedimos sua especialíssima atenção! — o volume da voz aumentava. — Vocês vão ver o que ninguém jamais viu! — e abrindo os braços, ele projetava sua sombra sobre os espectadores.

Os tambores rufavam, os instrumentos de sopro tocavam notas longas e iguais — e as lonas estremeciam insufladas por um vendaval que, desta vez, vinha da multidão. Com dignidade, andando no compasso de uma música solene, treze irmãos gêmeos, absolutamente iguais, entravam no picadeiro. Quando alcançavam o centro, a orquestra parava de súbito, e um silêncio tenso dominava o circo. Repentinamente, uma corneta emitiu uma nota



agudíssima, sem fim, e os treze irmãos gêmeos, no centro do picadeiro, iluminados por todos os holofotes, reduziam-se para sete.

A corneta! O gigante! — Já são três! — e o chão, a serra-gem, as arquibancadas, as palafitas, sumiam também, e o mar agitava-se sob as pessoas, as águas fervilhando, não se sabe se de sua própria brabeza, ou dos peixes que ali se juntavam.

O gigante: — Já é um! — mas mentia, porque tudo havia desaparecido: ele próprio, o último dos irmãos, os espectadores! Só restavam o mar, e o céu, cada um balançando no seu ritmo.

Cadenciando pelo galopar dos tambores, a orquestra voltava a tocar, e a seguir, resuscitavam as luzes, os risos, o gigante, a lona — e, no centro do picadeiro, os irmãos gêmeos, só que agora aumentados para vinte e seis.

Muito obrigado por sua presença, meus senhores e minhas senhoras! O espetáculo terminou. Mas lembrem-se, amanhã tem mais!

As pessoas erguiam-se, se espreguiçavam, bocejavam, mas sem se mover do lugar onde estavam: ágeis, os artistas e outros empregados do circo corriam em sua direção, e em grupos, as conduziam para a saída, e dali, para a prancha.

Lentamente, as pessoas voltavam para o continente, a prancha sacudindo muito. Lufadas de vento marinho castigavam seus olhos cegos, e às vezes, uma ou outra, caía no mar.

ESTÓRIAS BRASILEIRAS

Jacarés ao sol

Quinta-feira seu Luís chegou em casa cansado do trabalho. Ele chega todos os dias cansado do trabalho.

Dona Ernestina recomendou que limpasse os pés para não sujar o assoalho encerado da sala. Dona Ernestina pôs a janta na mesa. Os dois sentaram e comeram. Jantam às sete. Cinco para sete dá fome em seu Luís. Dona Ernestina janta sem fome mesmo. Sete e trinta ligaram a TV. Vêem a telenovela das sete e trinta. Só não há telenovela das sete e trinta nos sábados e domingos. As dez apagaram a TV, foram dormir. Seu Luís ronca quando dorme, parece um serrote vagaroso, ela já lhe disse, ele sustenta que não. Dona Ernestina unta-se de cremes para dormir, exala odor de gordura, branca e lustrosa, uma lesma.

Sexta-feira seu Luís chegou cansado do trabalho. Dona Ernestina recomendou que limpasse os pés antes de entrar na sala. Recomendação superflua; ele limpa os pés automaticamente, por reflexo condicionado. Cinco para sete seu Luís gritou que estava com fome. Dona Ernestina respondeu que o jantar já ia sair, não demorava nada. Ela também não é de ferro, trazer à casa limpa cansa. Jantaram. Ele tem a triste mania de sugar a sopa da colher, ruidoso como um esgoto. Ela, quando mastiga pão torrado, faz um barulhão de cavalo comendo milho. Sete e trinta ligaram a TV. Mas sexta-feira houve um contratempo e eles não puderam ver direito a programação do dia. Acontece que chegou visita. Ainda não havia terminado a novela, a campanha soou. Dona Ernestina correu a guardar o jornal que estava atirado sobre o sofá. Seu Luís, arrastando chinelos, foi atender. Era o Isidoro com a mulher.

O que surpresa, entrem, Ernestina, é o Isidoro. Quem é vivo sempre aparece. Vai se levando. E por lá, tudo bem? A Lúcia vai bem obrigado. Vamos passar para cá. Nós estávamos vendo TV. O, como vão, tudo bem querida! Ernestina, desliga a TV, sim. Não precisa? Ah, vocês também estão acompanhando. Eu acho que todo mundo vê. Está tão boa agora. Acho que no fim ele casa com ela: ela descobre tudo mas perdoo. O padre não pode dizer nada, ele soube o segredo em confissão. É muito bom sim; creio ser o melhor. Tem uma imagem tão nítida! Qual? Ah, é uma marca muito boa também. Nós vamos entrar no consórcio, para um a cores: é outra coisa! A Lúcia vai bem obrigada; para setembro. Teve muita sorte sim, o Duca é um amor de rapaz. É, muito distinto, de boa família. Os negócios andam meio parados. Nesta época do ano é normal. Tem havido certa retração do mercado consumidor. Bonito o ponto deste teu blusão. Sim, tem de ser com lâ grossa. Pois eu não contava com a última alta do dólar, podia ter ganho bom dinheiro. Bem que o Peixoto me avisou. Não viu a última? Saiu no jornal de hoje, na coluna política. Não se recuperam mais deste golpe. Ah não, discordo, não se pode deixá-los botar a cabeça de fora. É fácil, conta os pontos e corta. Cor de rosa é muito bonito, mas eu vi um maravilha forte que é espetacular: bem vivo, sabe. Não se atreva, eles não são loucos. Vai sair caro; são vários novelas. A Bolsa? Penso que está na hora de vender. Não se atura tanta propaganda; Ernestina, o que é que

tem agora no outro canal?

Quatro pares de olhinhos fixam escravizados o pequeno retângulo luminoso. Incrustados nos rostos de pedra, eles absorvem, gulosos.

Sabonete Light perfuma a pele, tornando-a macia e aveludada. Um produto genuinamente nacional. Sapatos Carcará, para gente jovem e dinâmica. Homens que triunfaram na vida compram automóveis Ambassador. Vesúvio, o cigarro dos homens másculos, anuncia para amanhã, às vinte horas: "O Anjo Maldito". Sabão Fantástico, o sabão da dona de casa que não é trouxa, anuncia o próximo programa. Mãos ao alto, isto é um assalto. Bum, bum, eu o avisei. Quero que vá tudo para o Inferno, muito bem, palmas para ele. A diligência entrou no desfiliador, acenda a dinamite. O auditório levanta a mão. Hoje em dia não se deve confiar em ninguém; ela

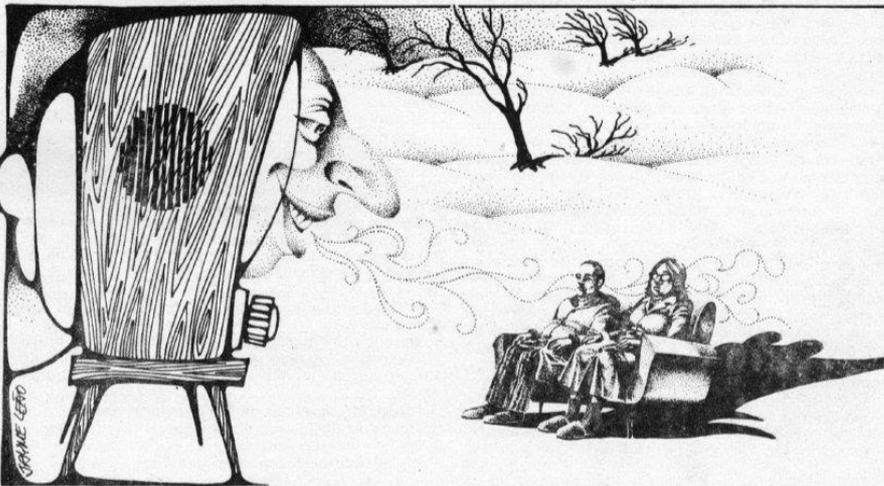
a Rute está gorda, devia fazer um regime. No lugar que ela sentou, a poltrona ficou afundada.

Sabe que o Isidoro está bem de vida. Se meteu a negociar. Como o comércio dá dinheiro!

Por causa da visita foram dormir tarde. Seu Luís fez mentalmente a contabilidade das horas de sono. Concluiu ter sofrido um desfalque. Suas nove horas de sono são sagradas.

Aos sábados sempre vão ao cinema. Nesse não foram. Dona Ernestina estava cansada de encerrar a casa. Ele passou a tarde ocupado, lavando o carro. Resolveram ficar em casa, vendo televisão, tem um musical muito bom. Aos sábados ela não passa creme no rosto. Justo conceder descanso à pele.

Nos domingos levantam tarde, vão à missa das onze. Depois do almoço, regado a vinho, enquanto ela lava a



pode ser uma espí. Vejam só os prêmios maravilhosos do Carnê da Felicidade: duas casas, dois apartamentos, oito automóveis, cinquenta... Sua carreira de crimes chegou ao fim: comece a rezar. Em nosso entender, o ataque do Corinthians, com a contratação de mais estes dois reforços, deverá já na próxima... Ernestina, faz um cafezinho. Em absoluto, incômodo nenhum.

Foi deveras lamentável ter acontecido aquele desastre. O sangue gelou-lhe nas veias. A culpa foi do Luís: se não tivesse inventado a história, não teria pingado café no chão. "Faz um cafezinho, Ernestina". Viu no que deu? Ainda bem que não foi no tapete novo. Agora amanhã vai ter de se matar para ver se limpa a mancha. A sua vida é ter de limpar esta maldita casa. A Rute come feijão e arrotta peru. O salto do sapato dela arranhou todo o sinteko. Amanhã é dia de dar brilho no assoalho. Como

louca, ele cochila no sofá da sala, o jornal aberto sobre os joelhos. As três e meia saem para visitar os parentes. A noite não jantam, tomam apenas café, empanturrados ainda do almoço e do chá da tarde. Se não vão ao cinema, ficam a ver TV. Dona Ernestina adora programa de auditório. Seu Luís aprecia os filmes. Nesse domingo ele estava um pouco preocupado. No outro dia vence uma promissória que tem de pagar. É segunda-feira.

Rubem Mauro Machado nasceu nas Alagoas, cresceu no sul, morou alguns anos em São Paulo e atualmente mora no Rio, onde é jornalista. Em 1967 publicou Contos do mundo proletário e até o fim deste ano deve publicar um novo livro de contos. As pequenas violências a que, imperceptivelmente, seus personagens se tornam insensíveis: este é seu terreno preferido.

ESPECIAL

Samora Moisés Machel é o primeiro presidente da República Popular de Moçambique, cujo governo independente foi formalmente instalado na madrugada de 25 de junho deste ano. Machel tem 42 anos, e passou muitos desses anos no exílio. O poema Onde te encontrar? foi escrito logo após a morte de sua mulher, Josina Machel, a cuja memória é dedicado.

E o presidente enviou-o, por nossa correspondente, especialmente para publicação em Movimento.



Onde te encontrar?

Samora Machel

Não te encontrei na casa, mas no rosto de toda a gente, na machamba e na horti. Vi-te viva!

Encontrei-te nas crianças e nos velhos, nas mulheres, nos adultos e nos inválidos.

Encontrei-te na vida nova

que cresce também, pelo teu exemplo e sangue.

Não conheço a tua tribo, não conheço a tua região não conheço a escola que frequentaste.

Conheço-te Encontro-te em toda a gente que vive a transformação.

Tinha razão de te amar, que amei-te nas qualidades novas, os valores que eriam a esperança do amanhã.

É doloroso assim perder a mulher que foi mãe nas crianças, irmã nos camaradas, companheira nas armas e ternura no amor.

É doloroso perdermos o quadro. É doloroso perdermos a mulher que soube na revolução emancipar-se. É doloroso perdermos-te quando ainda somos tão poucos e tanto resta a fazer.

É doloroso perdermos aquela que combinou a inteligência com o matope para fazer crescer a planta nova.

É doloroso perdermos

quem no mundo e na Pátria assumiu a nova mulher moçambicana.

É doloroso perder a força da tua juventude até à morte. É doloroso ver cair a árvore jovem.

É doloroso Doloroso como o fogo que torna o ferro maleável para que este seja enxada.

É doloroso como a lâmina da enxada ferindo a terra para que a semente cresça.

Doloroso porque necessário. Doloroso. Por isso seremos mais e melhores e iremos mais longe, doiorosamente estimulados pelo teu exemplo.

Como teu marido enraizo-me na tua recordação para encontrar a força de continuar a longa marcha até à vitória final.

Assim, na luta, na revolução, te encontro continuamente. A minha vida pertence à revolução. 9/5/71